

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE (PPGC)
MESTRADO ACADÊMICO

RUY FERNANDES DA SILVA COSTA

DETERMINANTES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS:
uma análise nos municípios paranaenses sob a ótica da Hipótese de Tiebout e da Teoria
da Condição Financeira

CASCADEL - PR

2019

RUY FERNANDES DA SILVA COSTA

**DETERMINANTES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS:
uma análise nos municípios paranaenses sob a ótica da Hipótese de Tiebout e da Teoria
da Condição Financeira**

**DETERMINANTS OF INTERMUNICIPAL MIGRATORY MOVEMENTS:
an analysis in the municipalities of Parana from the point of view of Tiebout Hypothesis
and the Theory of Financial Condition**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade**.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças

Orientador: Dr. Denis Dall'Asta

**CASCADEL - PR
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva Costa, Ruy Fernandes da
Determinantes dos Movimentos Migratórios Intermunicipais : uma análise nos municípios paranaenses sob a ótica da hipótese de Tiebout e da teoria da condição financeira / Ruy Fernandes da Silva Costa; orientador(a), Denis Dall'Asta, 2019.
100 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2019.

1. Condição Financeira. 2. Migração. 3. Hipótese de Tiebout. 4. Municípios Paranaenses. I. Dall'Asta, Denis . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RUY FERNANDES DA SILVA COSTA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 2 dia(s) do mês de agosto de 2019 às 14h00min, na SALA REUNIÕES CCSA, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do candidato Ruy Fernandes da Silva Costa, aluno do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - nível de Mestrado, na área de concentração em Controladoria. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Integraram a referida Comissão os Professores Doutores: Denis Dall'asta, Gilmar Ribeiro de Mello, Josedilton Alves Diniz. Os trabalhos foram presididos pelo Denis Dall'asta, orientador do candidato. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o candidato foi admitido à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "DETERMINANTES DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES SOB A ÓTICA DA HIPÓTESE DE TIEBOUT E DA TEORIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA". O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o candidato a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o candidato foi arguido sucessivamente, pelos professores doutores: Gilmar Ribeiro de Mello, Josedilton Alves Diniz. Findas as arguições, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o candidato foi **aprovado**. A seguir, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Cascavel, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o candidato.

Orientador - Denis Dall'asta

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Gilmar Ribeiro de Mello

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão (UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65

Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110

Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RUY FERNANDES DA SILVA COSTA, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Joséilton Alves Diniz

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Ruy Fernandes da Silva Costa

Candidato

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado condições para iniciar e finalizar esse mestrado, e minha família, pela força e compreensão nos momentos da minha ausência nesses últimos anos.

À instituição Exército Brasileiro, meu local de trabalho, pela liberação de horas e pela compreensão por parte dos meus colegas da seção de Fiscalização Administrativa/4ª Seção do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

À sociedade, através da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e seus colaboradores, pela oportunidade de estudo e trabalho.

Ao Professor Denis Dall'Asta, pela valiosa orientação e confiança demonstrada.

Aos Professores Clóvis Fiirst e Nilson dos Santos Dias, pelo apoio e auxílio com seus conhecimentos.

Aos professores Gilmar Ribeiro de Mello e Josedilton Alves Diniz, pelas ricas contribuições na banca.

A todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela amizade e conhecimento compartilhado em sala de aula.

RESUMO

Costa, R. F. S. (2019). *Determinantes dos movimentos migratórios intermunicipais: uma análise nos municípios paranaenses sob a ótica da Hipótese de Tiebout e da Teoria da Condição Financeira*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

Esta pesquisa objetiva analisar a influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses. Entre as justificativas deste estudo, destaca-se o fato de que existe uma lacuna aberta pela falta de pesquisas que envolvam as variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas, aprofundando com o estudo da Hipótese de Tiebout e Teoria da Condição Financeira e suas relações com os movimentos migratórios, de modo que sejam levantadas evidências que subsidiem estudos futuros. A pesquisa, classificada como documental, utilizou uma metodologia descritiva de abordagem quantitativa e os seus dados foram coletados exclusivamente pela internet nos anos de 2018 e 2019. Para cumprir com o objetivo, foi selecionada uma amostra composta pelos 399 municípios paranaenses nos anos de 2013 a 2017, mas devido a alguns dados faltantes, reduziu-se para 366 municípios, o que somou um total de 1.830 observações. A pesquisa concluiu que a variável financeira-orçamentária gastos per capita e as variáveis socioeconômicas IDHM, PIBM per capita, e os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (emprego, renda, educação e saúde), exercem influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória nos municípios paranaenses, sendo fatores de atração da migração interna. Já a variável financeira-orçamentária obrigações a longo prazo influencia de forma negativa na taxa líquida migratória, sendo fator de impulsão migratória. O tamanho da população, a liquidez corrente e a posição operacional são variáveis que não apresentaram significância em relação à taxa líquida migratória. Os municípios apresentam pouca autonomia e flexibilidade para atrair a migração, devido à sua dependência das políticas públicas do governo estadual e federal, principalmente em relação à sua gestão tributária.

Palavras-chave: Condição Financeira. Migração. Hipótese de Tiebout. Municípios Paranaenses.

ABSTRACT

Costa, R. F. S. (2019). *Determinants of intermunicipal migratory movements: an analysis in the municipalities of Parana from the point of view of Tiebout Hypothesis and the Theory of Financial Condition*. Master's Dissertation, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

This research aims to analyze the influence of financial-budgetary and socioeconomic factors on the net migratory rate of the municipalities of Paraná. Among the justifications of this study, we highlight the fact that there is an open gap due to the lack of research involving the financial-budgetary and socioeconomic variables, deepening with the study of the Tiebout Hypothesis and Theory of Financial Condition and its relations with the movements. so that evidence is raised to support future studies. The research, classified as documentary, used a descriptive methodology of quantitative approach and its data were collected exclusively over the internet in the years 2018 and 2019. To fulfill the objective, a sample composed by the 399 municipalities of Paraná in the years 2013 to 2006 was selected. 2017, but due to some missing data, it was reduced to 366 municipalities, which totaled 1,830 observations. The research concluded that the financial-budget variable per capita expenditures and the socioeconomic variables MHDI, GDPM per capita, and the FIRJAN Municipal Development Indexes (employment, income, education and health) exert a positive and significant influence on the net migration rate in the countries. municipalities of Paraná, being factors of attraction of internal migration. On the other hand, the financial-budgetary variable long-term obligations negatively influences the net migration rate, being a factor for migration. Population size, current liquidity and operating position are variables that were not significant in relation to the net migration rate. Municipalities have little autonomy and flexibility to attract migration, due to their dependence on public policies of the state and federal government, especially in relation to their tax management.

Keywords: Financial condition. Migration. Tiebout Hypothesis. Municipalities of Parana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Determinantes da migração interna	25
Figura 2	Conceituação da condição financeira do governo local.....	34
Figura 3	Estratégias para melhorar a condição financeira	35
Figura 4	Modelo Teórico das Hipóteses de Pesquisa	63
Figura 5	Síntese da análise e discussão dos resultados	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Categorização dos municípios segundo proposta de Braga e Lima (2009)..	22
Tabela 2	Termos e definições sobre condição financeira.....	29
Tabela 3	Indicadores do modelo de Wang et al. (2007)	37
Tabela 4	Características dos estudos anteriores sobre a Hipótese de Tiebout que envolvem fatores socioeconômicos e fiscais.....	43
Tabela 5	Características dos estudos anteriores sobre condição financeira que envolvem fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos.....	52
Tabela 6	Descrição das Variáveis de Pesquisa	65
Tabela 7	Estatística Descritiva da Variável Dependente.....	71
Tabela 8	Estatística Descritiva das Variáveis Independentes.....	72
Tabela 9	A influência das variáveis financeiras-orçamentárias sobre a taxa líquida migratória.....	74
Tabela 10	A influência das variáveis socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória.....	76
Tabela 11	A influência das variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória – agrupado.....	78
Tabela 12	Síntese dos Resultados Obtidos – estratificado e agrupado.....	80

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização.....	13
1.2	Problema da Pesquisa	15
1.3	Objetivos.....	17
1.3.1	Geral	17
1.3.2	Específico	17
1.4	Justificativa	17
1.5	Delimitação do Estudo	18
1.6	Organização do Estudo	19
2	REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....	20
2.1	Movimentos Migratórios e a Hipótese de Tiebout.....	20
2.1.1	Conceitos, Abordagens e Fatores Determinantes dos Movimentos Migratórios	20
2.1.2	Evolução Histórica, Conceitos e Fundamentos da Hipótese de Tiebout	23
2.2	Teoria da Condição Financeira	26
2.2.1	Evolução Histórica, Conceitos e Fundamentos da Teoria da Condição Financeira ..	26
2.2.2	Dimensões da Condição Financeira	32
2.2.3	Modelos de Mensuração da Condição Financeira	36
2.3	Experiências Similares no Brasil e no Mundo	37
2.3.1	Estudos anteriores sobre a Hipótese de Tiebout.....	38
2.3.2	Estudos anteriores sobre a condição financeira.....	45
2.4	Hipóteses e Modelo Teórico da Pesquisa.....	55
2.4.1	Fatores Financeiros-Orçamentários	55
2.4.2	Fatores Socioeconômicos	59
3	MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA	64

3.1	Delineamento da Pesquisa	64
3.2	Procedimentos de Coleta dos Dados	64
3.3	Procedimentos e Análise de Dados.....	68
3.4	Limitações dos Métodos e Técnicas de Pesquisa	70
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	71
4.1	Análise Descritiva	71
4.2	Descrição Dos Resultados	74
4.3	Discussão Dos Resultados	80
4.3.1	Fatores Financeiros-Orçamentários	81
4.3.2	Fatores Socioeconômicos	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados a contextualização do tema, o problema da pesquisa, o objetivo geral e específico, a justificativa, a delimitação do estudo e a organização do estudo.

1.1 Contextualização

Os determinantes da migração de pessoas, não só no Brasil, mas também em outros lugares do mundo, tem sido um assunto de interesse em pesquisas. A natureza das questões que envolvem os determinantes são variados, ao abordar os fatores sociais, econômicos, demográficos, fiscais e ambientais (Sjaastad, 1962; Harris & Todaro, 1970; Greenwood, 1997; Muniz, 2002; Andrienko & Guriev, 2004; Golgher & Araujo Junior, 2004; Etzo, 2008; Braga & Lima, 2009; Justo, Martins, Ferreira, & De Lima, 2011; Switek, 2012; Magalhães & Cintra, 2012; Biagetti & Guarini, 2014; Cunha, 2015).

Um dos estudos sobre migração que recebe maior atenção nessas pesquisas envolve a Hipótese de Tiebout de “votar com os pés”. Segundo Tiebout (1956), o consumidor-eleitor pode ser visto como escolhendo aquela comunidade que melhor satisfaz suas preferências por bens públicos, e se desloca para aquela comunidade cujo governo local melhor satisfaz seu conjunto de preferências. Tullock (1971) traz uma observação de que essa hipótese pode ser estendida de tal modo que o indivíduo que decide onde morar levará em conta os efeitos privados sobre si mesmo do pacote de serviços e impostos governamentais.

Tiebout (1956) argumenta que, se as pessoas podem se mover livremente entre as localidades, sua mobilidade se torna um mecanismo de mercado pelo qual elas “votarão com os pés” ou, em outras palavras, mudam para a localidade onde os gastos públicos e impostos correspondem melhor às suas preferências. Dessa forma, a proposta de Tiebout chama a atenção para o papel das autoridades locais na prestação de serviços públicos e as implicações de suas decisões na escolha do local de residência e no impacto na qualidade de vida dessas pessoas (Mcdonald, 2010; Palavicini-Corona, 2014).

As pesquisas sobre a Hipótese de Tiebout tem sido um tema bem discutido, desde a publicação de seu artigo seminal “The pure theory of local expenditures”, em 1956. Observa-se que diversos estudos anteriores mostram a relação entre os fatores sociais, econômicos, fiscais, demográficos, ambientais, e até qualidade regional dos governos; contudo, existem

poucos estudos que determinem a escolha da migração, proporcionada pela Hipótese de Tiebout (1956), em função da condição financeira municipal.

Esse estudo amplia a ideia de que a escolha de um destino depende não apenas de fatores socioeconômicos ou fiscais, mas de melhores condições financeiras para que os indivíduos possam escolher locais que lhes satisfaçam em bens e serviços públicos de qualidade e de forma contínua (Lima & Diniz, 2016).

Honadle, Costa e Cigler (2004) afirmam que o governo local é uma chave importante na economia pois é provedor de serviços diretamente aos cidadãos, tanto por sua própria vontade como na direção de outros níveis de governo. Os autores afirmam ainda que os governos locais não são ilhas e que sua responsabilidade e capacidade de financiar serviços públicos são, em grande parte, moldadas pela relação intergovernamentais e estaduais locais.

Dessa forma, a Teoria da Condição Financeira se insere no contexto dos movimentos migratórios e da Hipótese de Tiebout, que, segundo a concepção de Groves e Valente (2003), refere-se à capacidade dos governos locais em financiar seus serviços de forma contínua, a fim de manter o nível de serviços existentes, resistir as rupturas na economia local e regional, bem como atender as demandas do crescimento natural, declínio e mudança. Por isso, justifica-se o uso dessa teoria para analisar a sua influência sobre os movimentos migratórios intermunicipais, uma vez que também abrange questões relacionadas a Hipótese de Tiebout.

Sendo assim, a inclusão da condição financeira no modelo teórico de Tiebout implica dizer que qualquer escolha feita pelo consumidor-eleitor envolve todo um processo relacionado ao “voto com os pés”. Essa relação é capturada pelas quatro dimensões de solvência financeira apresentadas por Groves e Valente (2003) e pelos indicadores do modelo de Wang, Dennis e Tu (2007): a solvência de caixa ou a curto prazo (liquidez corrente), a solvência orçamentária (indicador de posição operacional), a solvência de longo prazo (indicador de obrigações a longo prazo) e a solvência do nível de serviços (indicador de nível de serviços).

O presente estudo investiga, empiricamente, não apenas a hipótese tradicional de Tiebout (1956), mas também enriquece o alcance da própria hipótese, de forma a lhe dar maior abrangência, ao incorporar as dimensões de solvência da condição financeira municipal com os fatores socioeconômicos. Acredita-se que os municípios que apresentam melhores condições financeiras e socioeconômicas atraem potencialmente migrantes de outros municípios, onde os níveis mais baixos de prestação de serviços e bens públicos por habitantes estão sendo fornecidos.

Diante disso, a presente pesquisa busca dar mais um passo e estender a questão usual da Hipótese de Tiebout (1956) de que as pessoas “votam com os pés” para encontrar a comunidade que fornece seu pacote ideal de impostos, serviços e bens públicos, ao investigar se os fatores financeiros-orçamentários em conjunto com os socioeconômicos são determinantes no critério de escolha do local onde os indivíduos irão morar.

1.2 Problema da Pesquisa

A Hipótese de Tiebout está centrada na ideia de que a preferência de um cidadão-consumidor por bens públicos pode ser observada com base no governo local sob o qual um indivíduo escolhe residir. Ou seja, se houver um número de comunidades alternativas onde os consumidores podem viver, e essas comunidades diferirem nos bens públicos fornecidos, a escolha de um local é um sinal claro de preferência. Ao testemunhar essa preferência, os governos locais podem otimizar o tamanho da comunidade, a receita e os gastos (McDonald, 2010).

Diante disso, pode-se inferir que existe uma relação entre a condição financeira e o critério de escolha do local onde os indivíduos irão morar, ou seja, os municípios saudáveis financeiramente favorecem a permanência dos seus cidadãos em seus locais de origem, caso contrário esses indivíduos irão em busca de localidades que ofereçam menores impostos e melhores condições de bem-estar para a sua família. Essa relação abre uma lacuna para a realização desta pesquisa.

Alguns estudos que envolvem a Hipótese de Tiebout enfocam os fatores socioeconômicos, demográficos e fiscais (Harris & Todaro, 1970; Cebula, 1974; Reschovsky, 1979; Islam & Rafiqzaman, 1991; Cebula & Belton, 1994; Cebula, 2009; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula & Clark, 2013; Cebula, Nair-Reichert, & Coombs, 2014; Biagetti & Guarini, 2014; Kallandranis & Karidis, 2014; Bao, Cen, Lv, & Zhang, 2014; Cebula, 2014; Palavicini-Corona, 2014; Ketterer & Rodríguez-Pose, 2015; Barros & Serafim, 2016), enquanto outras enfatizaram o Federalismo Fiscal (Krane, Ebdon, & Bartle, 2004; Boadway & Tremblay, 2012), a qualidade do ar (Banzhaf & Walsh, 2008), e a qualidade regional do governo, como o combate à corrupção e a eficácia pública (Ketterer & Rodríguez-Pose, 2015).

Outros estudos têm tratado sobre a condição financeira sem, no entanto, relacionar com os movimentos migratórios. Alguns abordam se os fatores financeiros, socioeconômicos,

demográficos, ambientais e políticos influenciam na condição financeira dos governos locais (Casal, Gómez & List, 2014; Rusmin, Astami, & Scully, 2014; Brusca, Rossi & Aversano, 2015; Bisogno, Cuadrado-Ballesteros, Santis, & Citro, 2018; Alam, Alam, & Hoque, 2017), enquanto outros buscaram identificar a influência da descentralização fiscal na condição financeira municipal (Rusmin et al., 2014; Stone, 2015), e a relação entre a eficiência financeira dos gastos públicos e a condição financeira (Diniz, Macedo, & Corrar, 2012; Vesco, Hein, & Scarpin, 2014; Souza, Andrade, & Silva, 2015; Cuadrado-Ballesteros & Bisogno, 2018).

Estudos relacionados à medição da condição financeira de governos centrais e locais por meio de indicadores também foram bastante explorados por alguns autores (Honadle & Lloyd-Jones, 1998; Hendrick, 2004; Wang et al., 2007; Zafra-Gómez, López-Hernández & Hernández-Bastida, 2009; Cabaleiro, Buch, & Vaamonde, 2013; Ritonga, 2014; Clark, 2015; Usang & Salim, 2016; Alam et al. 2017; Natrini & Ritonga, 2017; Zawora, 2018).

Algumas pesquisas também contribuíram para a literatura da condição financeira com foco na sustentabilidade (Benito, Bastida, & Muñoz, 2010; Rodríguez-Bolívar, Navarro-Galera, Alcaide-Muñoz, & López-Subirés, 2016; Bisogno, Cuadrado-Ballesteros, & García-Sánchez, 2017), e divulgação financeira dos governos locais (Yu, 2010; Hong, Kunyu, Cilan, & Ke, 2014; Ferreira, 2017), assim como estudos que demonstraram haver relação entre condição financeira e governança pública, ao concluir que uma boa condição financeira tornará mais fácil para o governo local implementar a boa governança pública (Hasthor, Sarnowo, & Nurwiyanta, 2016).

Observou-se que diversos estudos anteriores mostram a relação entre os fatores sociais, econômicos, fiscais, demográficos, ambientais, e até qualidade regional dos governos, contudo, existem poucos estudos que determinem a escolha da migração, proporcionada pela Hipótese de Tiebout (1956), em função da condição financeira municipal, sendo pertinente que esse assunto seja explorado no caso brasileiro.

Portanto, mesmo que a discussão dos temas envolvendo a Hipótese de Tiebout e a Condição Financeira Governamental esteja ocorrendo em vários estudos, pesquisas relacionando esses temas dentro de um mesmo contexto ainda são incipientes. Diante disso, mostra-se necessário relacionar, empiricamente, elementos que influenciam o movimento migratório intermunicipal segundo a Hipótese de Tiebout e a Teoria da Condição Financeira, de maneira a responder o seguinte questionamento: **Qual a influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a taxa líquida migratória dos**

municípios paranaenses sob a ótica da Hipótese de Tiebout e Teoria da Condição Financeira?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Analisar a influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses sob a ótica da Hipótese de Tiebout e da Teoria da Condição Financeira.

1.3.2 Específico

Para atingir o objetivo geral do estudo, são propostos os objetivos específicos:

- a) Identificar a taxa líquida migratória, os fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos dos municípios paranaenses;
- b) Verificar a influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses;
- c) Analisar os movimentos migratórios nos municípios paranaenses em função da Hipótese de Tiebout e da Teoria da Condição Financeira, proporcionada pelos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos.

1.4 Justificativa

Esse estudo se mostra relevante tanto para a contabilidade como para a própria área científica, pois busca entender os determinantes dos movimentos migratórios dos municípios paranaenses, proporcionados pela Hipótese de Tiebout em função da condição financeira governamental.

Justifica-se, cientificamente, dando um novo enfoque por incluir as dimensões de solvência e indicadores da condição financeira no modelo teórico de Tiebout, e por abordar os fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos de forma conjunta. Além disso, espera-

se que a Hipótese de Tiebout e a Teoria da Condição Financeira auxiliem a explicar os movimentos migratórios nos municípios paranaenses.

Importante destacar que o diferencial dessa pesquisa é que os estudos anteriores se concentram, em sua grande maioria, em analisar a condição financeira dos governos locais e centrais, e a Hipótese de Tiebout tem dado maior ênfase aos fatores socioeconômicos e fiscais, sendo que esta pesquisa abordará as duas perspectivas dentro do mesmo contexto de migração interna.

Sua contribuição prática fortalecerá o controle social, por apresentar resultados que serão úteis aos gestores municipais para melhoria de suas condições financeiras, ao explorar suas relações com fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos, a fim de gerar o nível apropriado de receitas e controlar os seus gastos.

Os formuladores de políticas podem obter insights deste estudo ao elaborar políticas para manter a sustentabilidade dos serviços do governo local diminuindo, assim, os movimentos migratórios intermunicipais ocasionados por esses fatores.

1.5 Delimitação do Estudo

O presente estudo se delimita à observação da influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses no período de 2013 a 2017. Os dados foram obtidos a partir do site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES] (2019), do site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná [TCE-PR] (2019), do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2019), do site Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, e do site da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro [FIRJAN] (2019).

Para avaliar a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses foram utilizados os dados com base no último censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, com projeções realizadas até o ano de 2017, seguindo orientações do próprio IBGE (2018). Para avaliação dos demais indicadores, foram procedidas a realização de cálculo para a formação dos indicadores financeiros-orçamentários, bem como, foram lançados os indicadores socioeconômicos que já estavam disponíveis nos referidos portais de acesso, sendo necessários, em alguns períodos, a realização de projeções com base em suas medianas.

Essa pesquisa ocorreu no período de 2018 e 2019, sendo que a sua coleta de dados foi realizada neste mesmo período, restando o tempo final para a conclusão desse estudo.

1.6 Organização do Estudo

A presente pesquisa se organiza em cinco grandes seções: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e conclusão. Inicialmente, na introdução, se apresenta a abrangência da pesquisa, sua relevância, justificativa, problema e objetivos. Na seção de fundamentação teórica foram discutidos os assuntos existentes na literatura no que se refere aos Movimentos Migratórios e a Hipótese de Tiebout, e a Teoria da Condição Financeira.

Na metodologia foram apresentados os métodos e procedimentos utilizados para atingir o objetivo da pesquisa. Na seção de análise foi apresentado o conteúdo propriamente dito da pesquisa, em que foram desenvolvidos de modo a alcançar os objetivos deste estudo. Na conclusão apresentaram-se os principais achados da pesquisa e a resposta ao problema do trabalho, além das implicações dos resultados obtidos com este estudo.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

A estrutura teórica desta dissertação aborda os assuntos existentes na literatura sobre a migração interna e da Hipótese de Tiebout e a Teoria da Condição Financeira, com vistas à construção do modelo empírico e a construção das hipóteses direcionadas aos objetivos deste estudo.

2.1 Movimentos Migratórios e a Hipótese de Tiebout

Esta seção apresenta aspectos referentes aos movimentos migratórios e ao marco inicial da Hipótese de Tiebout, bem como a forma como esse assunto tem sido tratado a nível nacional e internacional.

2.1.1 Conceitos, Abordagens e Fatores Determinantes dos Movimentos Migratórios

A migração interna é reconhecida como um importante mecanismo através do qual a distribuição espacial das pessoas muda ao longo do tempo (Greenwood, 1997). Diversos estudos têm buscado respostas para os determinantes do movimento migratório, bem como suas principais consequências, embora diferentes pesquisas enfocam a necessidade de mais trabalhos sobre as consequências da migração (Etzo, 2008).

Etzo (2008) ao fazer uma revisão da literatura sobre migração interna, abordou três características principais da análise da migração que são: (1) a migração pode ocorrer dentro das fronteiras do país ou entre países, conseqüentemente, migração interna e migração internacional representam duas vertentes distintas da literatura de migração; (2) a migração pode ser estudada em relação ao indivíduo isolado ou aos lugares afetados pelo movimento de pessoas; (3) a última questão se refere ao objetivo principal da análise de migração, que pode ser o estudo dos determinantes da migração ou o estudo das consequências da migração.

Uma grande parte dos estudos de migração é baseada no modelo proposto por Sjaastad (1962), ao afirmar que o migrante decide migrar se o valor presente líquido dos custos e benefícios totais relacionados for positivo, e que levam em conta os benefícios e custos monetários e psíquicos da mudança relacionados às duas alternativas, ou seja, permanecer ou se deslocar. Outro modelo abordado se refere ao de Harris e Todaro (1970), ao afirmar que a

migração interna das áreas rurais para as áreas urbanas é estudada em relação ao trabalho, medido pela taxa de emprego.

As abordagens relacionadas aos fluxos migratórios agregados e as áreas geográficas também têm sido alvos de estudos empíricos. Etzo (2008) observou que a presença de heterogeneidade espacial entre os diferentes locais é o principal determinante da migração. A influência da seletividade da migração caracteriza a diferente propensão a migrar para diferentes categorias de pessoas, e os jovens em idade ativa têm maior propensão a migrar do que as outras classes etárias de pessoas. Outro fato observado por Greenwood (1997) diz respeito à educação como um fator seletivo importante. No entendimento do autor, pessoas altamente qualificadas tendem a migrar mais do que pessoas pouco qualificadas.

Diferentes fatores determinam os fluxos migratórios que são afetados pelas características espaciais dos locais de origem e de destino, que, segundo Van der Gaag e Wissen (2003 como citado em Etzo, 2008), são classificados em quatro categorias principais: (1) variáveis de gravidade (tamanho e distância da população); (2) variáveis econômicas (emprego, renda, PIB per capita, aluguel); (3) variáveis do mercado de trabalho (taxa de desemprego); (4) variáveis ambientais (segurança pública, serviços sociais, qualidade ambiental, política, entre outros).

Em busca de respostas se a migração aumenta a satisfação da vida, e se o aumento da renda impulsiona a migração, foi que Switek (2012) realizou uma pesquisa usando dados longitudinais de estudo em painel envolvendo jovens adultos suecos no período de 1999 a 2009. O autor constatou, ao comparar migrantes e não migrantes, que a migração interna aumenta a “satisfação com a vida” dos migrantes que se deslocam devido ao trabalho. Para migrantes que não trabalham, as melhorias na “satisfação com a vida” parecem ser devidas à maior satisfação com a moradia. Para os que migram por motivo de trabalho, mudanças na composição ocupacional que levam a um status mais elevado parecem estar subjacentes à maior satisfação com a vida.

Ao fazer uma análise empírica da migração interna na Rússia, Andrienko e Guriev (2004) utilizaram dados em painel sobre os fluxos de migração bruta no período de 1992 a 1999, estimando o efeito de fatores econômicos, políticos e sociais. Foi observado que, embora a migração interna geral seja baixa na Rússia, as pessoas mudam de regiões mais pobres e com emprego escasso, com pior provisão de bens públicos para as mais ricas e mais prósperas, tanto em termos de perspectivas de emprego quanto de bens públicos.

Nas últimas três décadas, os fluxos migratórios internos no Brasil ocorreram com maior intensidade, principalmente os relacionados aos movimentos de curta distância,

intrarregionais, intraestaduais, reemigrações, entre as quais se incluem a migrações de retorno e os movimentos pendulares. Os motivos estão relacionados à procura por centros urbanos, litorâneos ou não, que ofereçam uma melhor qualidade de vida e que supram as condições básicas de consumo e de lazer da população. As demandas por trabalhadores mais especializados em virtude das mudanças no padrão tecnológico dos setores industriais e de serviço, induzem, muitas das vezes, a deslocamentos migratórios desse perfil (Magalhães & Cintra, 2012).

Braga e Lima (2009) ao utilizarem os dados de migração de data fixa (1995-2000) do Censo Demográfico de 2000, apresentaram uma proposta metodológica de identificação e classificação dos municípios brasileiros segundo quatro categorias de tendência migratória, numa tentativa de reconhecer o comportamento migratório e visando compreender a articulação entre a migração e sistemas urbanos. Os autores avaliaram o saldo migratório e, conjuntamente com a taxa líquida migratória, acabaram diferenciando os municípios em três categorias inicialmente: Atração, Repulsão e Saldo Neutro. De posse destas três categorias, num segundo processamento analítico, criaram duas subcategorias para os municípios com Saldo Neutro: Rotatividade Migratória e Baixa Migração (Cunha, 2015). A Tabela 1 apresenta essa categorização por lugares.

Tabela 1

Categorização dos municípios segundo proposta de Braga e Lima (2009)

Categorias de Lugares	Metodologia de Braga e Lima (2009)
Atração Migratória	Taxa Líquida Migratória maior que 2%
Rotatividade Migratória	Taxa Líquida Migratória maior que 2% e -2%
Baixa Migração	Taxa Líquida Migratória maior que 2% e -2%
Repulsão Migratória	Taxa Líquida Migratória menor que -2%

Nota. Fonte: Adaptado de Braga e Lima (2009).

Magalhães e Cintra (2012), valendo-se dos dados censitários de 1991, 2000 e 2010, exploraram o recorte das trocas migratórias entre o Paraná e suas regiões metropolitanas com o restante do país, com base na migração mensurada a partir do quesito censitário que indagava o local de residência da população 5 anos antes da data do Censo – migrante de data fixa. Os resultados apontam que o Paraná chegou à década de 2000 apresentando saldos negativos, praticamente nulos. Os fluxos de entrada no Estado do Paraná se mantiveram constante no período analisado, porém os fluxos de saída sofreram redução substancialmente, apontando um aumento da capacidade de retenção da população paranaense em seu território.

Biagetti e Guarini (2014) afirmam que existem dois tipos de variáveis de bem-estar que impactam nas migrações internas: variáveis econômicas e sociais. Quanto aos componentes econômicos (renda per capita e taxa de desemprego), os indivíduos migram de uma região para outra quando o território de destino está mais desenvolvido no mercado de trabalho em termos de níveis salariais e condições de trabalho, confirmando os pressupostos de Harris e Todaro (1970).

2.1.2 Evolução Histórica, Conceitos e Fundamentos da Hipótese de Tiebout

A Hipótese de Tiebout (1956) surge a partir de uma visão crítica à Teoria dos Bens Públicos proposta por Samuelson (1954), em que o autor afirma que a produção dos bens públicos seria ineficiente em razão dos consumidores terem estímulos para escolher suas verdadeiras preferências (Biderman & Avarte, 2004). Tiebout (1956), por sua vez, não questiona esse resultado, mas tenta mostrar que, para os bens públicos locais, a mobilidade dos residentes representa um forte estímulo à eficiência.

Com isso, Tiebout (1956), em sua obra intitulada “The pure theory of local expenditures”, propôs uma solução para o problema colocado por Samuelson (1954) relacionado à provisão eficiente dos bens públicos ao envolver um sistema de muitos governos locais no qual as famílias tem a liberdade de migrar para os lugares que possuem as melhores cestas de bens públicos de suas preferências (Miranda, 2007). Tiebout estava essencialmente argumentando que as diferenças entre os governos locais na mistura e na quantidade de bens públicos fornecidos, se outras coisas fossem iguais, influenciariam o padrão de migração humana (Cebula, 1978).

Segundo Tiebout (1956), uma explicação da preferência dos cidadãos que “votam com os pés” depende de sete pressupostos centrais: (1) os consumidores cidadãos têm mobilidade perfeita; (2) o consumidor-cidadão tem informação perfeita; (3) há um grande número de comunidades das quais o consumidor-cidadão pode escolher; (4) não há vínculo entre emprego e local particular; (5) não há economias externas entre comunidades; (6) há um tamanho ideal de comunidade para cada conjunto de bens públicos fornecidos; e, (7) comunidades sem tamanho ótimo buscam novos residentes para baixar o custo médio. Embora a adesão aos pressupostos possa variar significativamente, nem sempre é razoável supor que os indivíduos são perfeitamente móveis, mas é apenas através da combinação

dessas suposições de que os governos locais podem encontrar o nível ideal de bens públicos e o nível ótimo correspondente de receita (McDonald, 2010).

Visto como um trabalho seminal na teoria das finanças públicas, a pesquisa de Tiebout influenciou a direção e o desenvolvimento de campos e fundamentos teóricos como o federalismo fiscal, a demografia, a hedonia e a formação de bens públicos (McDonald, 2010). Sendo assim, para Tiebout (1956), a descentralização fiscal poderia ser capaz de induzir o consumidor a revelar suas preferências por bens públicos. Sua ideia é de que cada governo ofertasse uma cesta de bens públicos diferente e impostos, e que cada família escolhesse viver na jurisdição que fosse de sua preferência. Sendo assim, ao optar por viver em uma determinada comunidade, a família estaria revelando sua preferência pela cesta de bens públicos e impostos existente naquela comunidade, ou seja, ela pode “votar com os pés” (Biderman & Avarte, 2004).

Tiebout (1956) argumentou que a existência de múltiplos governos locais criava condições que se aproximavam de um mercado no qual os residentes "compram" entre os "pacotes" concorrentes de bens públicos, serviços e taxas de impostos oferecidos por diferentes comunidades. Assim, Tiebout, teoricamente, vinculou decisões de localização e padrões residenciais a variações intergovernamentais nos níveis de serviços e taxas de impostos (Schneider & Logan, 1982).

Segundo Miranda (2007), no argumento de Tiebout, há uma diferença entre a provisão de serviços e bens públicos por um governo central e local, pois no nível central as preferências do consumidor-eleitor são dadas e esse governo tenta se ajustar ao padrão dessas preferências; enquanto que no nível local, os vários governos têm seus padrões de gastos e receitas mais ou menos fixados. Sendo assim, o consumidor-eleitor se move para o local cujo governo local melhor satisfaz seu conjunto de preferências. Para Palavicini-Corona (2014), as ações políticas de diferentes níveis de governo têm impacto na qualidade de vida das pessoas.

Os fatores sociais ou de qualidade de vida são as “provisões de bens e serviços públicos básicos” e a “coesão social”. Esses fatores são úteis para verificar a Hipótese de Tiebout de acordo com a qual “o consumidor-eleitor pode ser visto como escolhendo a comunidade que melhor satisfaz suas preferências por bens públicos [...] o consumidor-eleitor passa para aquela comunidade cujo governo local melhor satisfaz seu conjunto de preferências.” (Tiebout, 1956, p. 418). Nesse sentido, “as pessoas votam com os pés” ao preferir regiões com melhor provisão de bens públicos (Biagetti & Guarini, 2014; Saltz & Capener, 2016).

A figura 1 mostra os principais determinantes da migração, sejam eles econômicos ou relacionados aos aspectos da qualidade de vida.

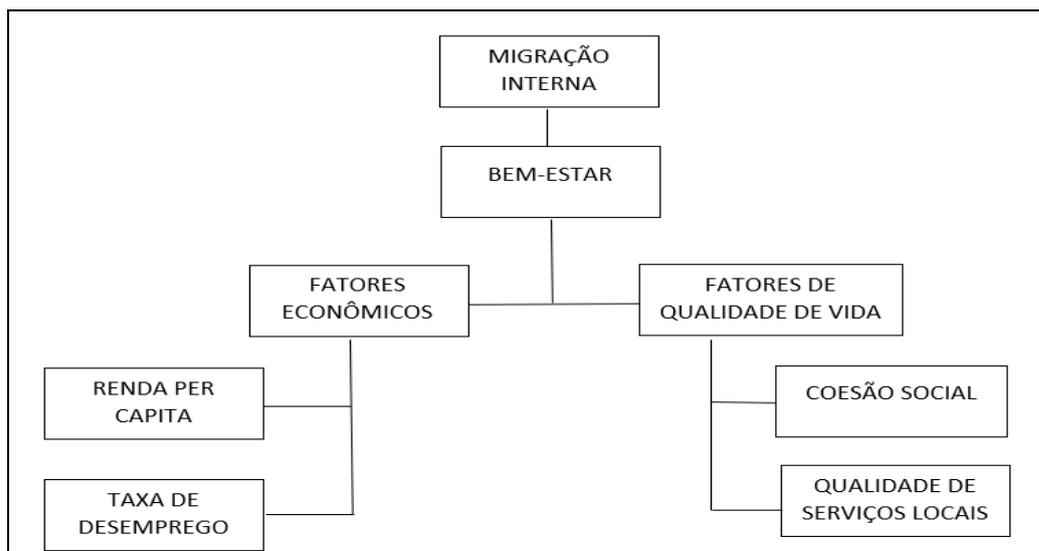


Figura 1. Determinantes da migração interna.
Fonte: Biagetti e Guarini (2014).

Biagetti e Guarini (2014) afirmam ainda que os fatores sociais ligados à qualidade de vida são úteis para verificar a Hipótese de Tiebout de acordo com a qual o consumidor-eleitor pode ser visto como escolhendo a comunidade que melhor satisfaz suas preferências por bens públicos. Segundo Andrienko e Guriev (2004), “as pessoas votam com os pés” para melhor provisão de bens públicos locais, os migrantes preferem uma região com melhor provisão de bens públicos.

Islam e Rafiqzaman (1991) afirmam que os estudos anteriores sobre a migração induzida fiscalmente (Pack, 1973; Cebula, 1979; Keeley, 1980) revelam que as pessoas ricas preferem, em geral, situar-se em áreas de baixa renda e de baixa previdência social; enquanto as pessoas pobres preferem áreas com impostos mais altos e com maiores benefícios sociais. Os autores afirmam ainda que estudos mais recentes (Brueckner, 1981; Islam, 1990), no entanto, mostram que, enquanto os ricos preferem localizar-se em áreas de baixa tributação, os pobres são um pouco insensíveis às mudanças no nível de impostos sobre a propriedade. Um aumento na taxa de imposto sobre a propriedade, por exemplo, faria com que as pessoas ou empresas economicamente melhores se mudassem para outro lugar.

A decisão de mudar é, em grande parte, determinada por mudanças nas demandas habitacionais devido a mudanças na composição ou renda familiar, características de bairro ou fiscais, e os custos de mobilidade e busca de moradia. No entanto, para a maioria das famílias, os custos de transação são altos e incluem não apenas os custos de movimentação, mas também os custos de fechamento para os proprietários e, para os locatários, os descontos de aluguel não concedidos para uma ocupação mais longa. Além disso, os custos psíquicos da mudança podem ser consideráveis. Sendo assim, algumas famílias optam por não se deslocar

em resposta a mudanças na demanda ou nos preços da habitação e, conseqüentemente, ficam desequilibradas (Reschovsky, 1979).

Cebula (1974) afirma que as políticas do governo influenciam a sociedade de várias maneiras por meio de atividades de tributação, transferência e despesas. Quando a tributação, transferências e despesas são realizadas, a redistribuição de renda e as variações nos níveis e distribuições de encargos e benefícios da ação governamental são experimentadas. Por exemplo, quando uma unidade governamental aumenta o nível de benefícios sociais, ela redistribui ainda mais a receita por meio de um processo de transferência de impostos. Alternativamente, sempre que uma unidade governamental elevar os níveis de gastos com educação e impostos, provavelmente resultará em uma miríade de benefícios e custos adicionais para os vários membros da sociedade.

Banzhaf e Walsh (2008) utilizaram um modelo de equilíbrio de Tiebout para derivar hipóteses testáveis sobre mudanças na demografia da comunidade local. O modelo prevê claramente o aumento da densidade populacional em bairros que experimentam um aumento exógeno de bens públicos, mas produz apenas previsões preliminares sobre o efeito na composição da vizinhança. Para testar essas hipóteses foi utilizado um modelo para identificar o efeito dos níveis iniciais de poluição e as mudanças na poluição local na população e na composição demográfica. Os resultados fornecem forte suporte empírico para a noção de que as famílias “votam com os pés” em resposta a mudanças na qualidade ambiental.

2.2 Teoria da Condição Financeira

Esta seção, além de trazer os aspectos fundamentais relacionados à evolução histórica, aos conceitos e aos fundamentos da Teoria da Condição Financeira, também aborda outras vertentes que essa teoria também alcança, como a dimensão da solvência com seus indicadores e os modelos de mensuração da condição financeira.

2.2.1 Evolução Histórica, Conceitos e Fundamentos da Teoria da Condição Financeira

A década de 1970 foi o início dos trabalhos para estudar as crises financeiras dos governos locais americanos ao produzirem as primeiras ideias do corpo teórico da condição financeira governamental. Devido a relevância dos estudos nessa área, principalmente em

meados dos anos 1980, 1990 e 2000, fez surgir, na literatura, várias denominações a fim de caracterizá-la, dentre elas: condição financeira (financial condition), saúde financeira (financial health), saúde fiscal (fiscal health), tensão fiscal (fiscal stress), entre outros (Lima & Diniz, 2016).

Segundo o Conselho de Normas Contábeis Governamentais [GASB] (1987), a condição financeira é entendida como a capacidade em que o governo possui de fornecer serviços à comunidade de forma contínua e prontamente satisfazer suas obrigações financeiras. Para Berne (1992), a definição de Condição Financeira está relacionada à probabilidade de que um governo satisfaça suas obrigações financeiras para com credores, consumidores, empregados, contribuintes, fornecedores, cidadãos, dentre outros, tão logo sejam reclamadas, assim como prestar seus serviços à cidadãos, tanto no presente quanto no futuro.

O conceito de condição financeira, na concepção de Groves e Valente (2003), refere-se à capacidade dos governos locais em financiar seus serviços de forma contínua, a fim de manter o nível de serviços existentes, resistir as rupturas na economia local e regional, bem como atender as demandas do crescimento natural, declínio e mudança. Esse conceito revela que uma boa condição financeira mantida pelo governo mantém o nível de serviços existentes, com disposição para enfrentar pressões por gastos públicos, bem como enfrentar as crises financeiras e recessões ao se manter o equilíbrio financeiro (Lima & Diniz, 2016).

O Instituto Canadense de Revisores Oficiais de Contas (CICA, 1997 como citado em Ritonga, Clark, & Wickremasinghe, 2012) definiu a condição financeira do governo como saúde financeira que é medida a partir do aspecto de sustentabilidade, vulnerabilidade e flexibilidade, dentro do contexto geral do ambiente econômico e financeiro. Sustentabilidade é uma condição na qual o governo é capaz de manter os programas que já existem e atender aos requisitos dos credores sem incorrer em um endividamento da economia. A flexibilidade é uma condição na qual o governo pode aumentar seus recursos financeiros para responder a um maior comprometimento, seja através do aumento das receitas ou aumentando sua capacidade de endividamento. A vulnerabilidade é uma condição na qual o governo se torna dependente, resultando em vulnerabilidade, para fontes de financiamento além de seu controle ou influência, tanto de fontes domésticas quanto internacionais.

Kloha et al. (2005) e Jones e Walker (2007) definem condição financeira no contexto de dificuldades fiscais. Kloha et al. (2005) definem como uma condição na qual os governos locais não podem atender aos padrões de operações, dívida e necessidades da sociedade por vários anos consecutivos, enquanto Jones e Walker (2007) interpretam dificuldades fiscais

como uma incapacidade de manter níveis pré-existentes de serviços para a comunidade. Por outro lado, Hendrick (2004) definiu condição financeira, em termos de saúde fiscal, como uma capacidade dos governos locais para cumprir obrigações financeiras, bem como serviços para a comunidade.

Para Ritonga (2014) a condição financeira do governo local refere-se à capacidade de um governo em cumprir suas obrigações financeiras de maneira oportuna e à capacidade de manter os serviços prestados à comunidade. Portanto, pode-se concluir que a condição financeira do governo local é um impacto financeiro resultante das atividades do governo local para alcançar os objetivos da nação.

Segundo Lima e Diniz (2016), a condição financeira se trata de um fenômeno complexo influenciada por fatores do ambiente político e fiscal. Um governo que apresenta uma boa condição financeira é capaz de manter o nível de serviços existentes, ao suportar as pressões por gastos públicos e tem a capacidade para enfrentar as crises financeiras e recessões, na busca de um equilíbrio financeiro. Assim, a condição financeira pode não ser a melhor medida de sucesso para os governos, mas sem uma condição financeira saudável, o nível e qualidade dos serviços públicos serão prejudicados (Honadle et al., 2004).

Para Groves e Valente (2003), a condição financeira no sentido contábil restrito significa a capacidade do governo em gerar recursos (caixa) suficientes para trinta ou sessenta dias, sendo essa definição conhecida como solvência de caixa. Os autores também acrescentam que a condição financeira está relacionada ao aspecto orçamentário (solvência orçamentária) quando o governo tem a capacidade de gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit. Ainda, os autores definem como solvência a longo prazo a capacidade do governo em pagar, no longo prazo, todos os custos operacionais, incluindo os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas.

Assim, percebe-se que muitas são as definições e usos sobre o termo condição financeira. Os principais termos, definições e autores são evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2

Termos e definições sobre condição financeira

Termo	Autor(es)	Definição	Usado por outro(s) autor(es)
Saúde Fiscal	Berry (1994)	Até que ponto seus recursos financeiros excedem suas obrigações de despesa.	Honadle e Lloyd-Jones (1998); Kleine et al. (2003); Honadle (2003); Carmeli (2007)
	Ladd e Yinger (1989)	A capacidade de uma cidade para fornecer serviços públicos aos seus moradores.	
	Hendrick (2004)	A capacidade do governo para atender às suas necessidades financeiras e obrigações de serviços.	
Saúde Financeira	Zafra et al. (2009a)	Capacidade da instituição em cumprir suas dívidas e, por sua vez, fornecer níveis aceitáveis de serviços.	Groves et al. (1981); Mercer and Gilbert (1996); Honadle e Lloyd-Jones (1997); Petro (1998); Honadle (2003); Hendrick (2004)
Condição Fiscal	Ratcliffe et al. (1990)	A capacidade de um distrito para fornecer qualidade razoável de serviços a uma carga tributária razoável para os seus residentes.	Petersen (1977), Honadle e Lloyd-Jones (1998); Kleine et al. (2003); Honadle (2003); Kloha et al. (2005b); Carmeli (2007)
Condição Financeira	Berne (1992)	É provável que um distrito cumpra as obrigações financeiras devidas aos credores, empregados, contribuintes e outras partes interessadas, e as obrigações de servir seus constituintes tanto no presente como no futuro.	Lorig (1941); Petersen (1977); Hughes e Laverdiere (1986); Zehms (1991); Brown (1993, 1996); Mercer e Gilbert (1996); Honadle e Lloyd-Jones (1998); Wolff e Hughes (1998); Petro (1998); Carcaba (2004); Chase e Phillips (2004); Zafra et al. (2006); Wang et al. (2007); Zafra et al. (2009a, 2009b).
	GASB (1999, 2004), Mead (2001)	A capacidade de seu governo de fornecer serviços adequadamente para atender as obrigações atuais e futuras.	
	GASB (1999, 2004); Jones (1979); Chaney et al. (2002)	Realização financeira medida pelo acumulado nos ativos líquidos, capital próprio do fundo ou fluxos de caixa líquidos.	
	Wang et al. (2007)	Habilidade de uma organização para atender tempestivamente suas obrigações.	
	Groves et al. (1981)	Tem muitos significados: Solvência de caixa: capacidade do governo de gerar dinheiro ou liquidez	

		suficiente para pagar suas contas.	
Condição Financeira		Solvência orçamentária: capacidade da cidade de gerar receitas ao longo do seu período orçamental normal para obrigações de despesa e não incorrer em déficits.	
		Solvência de longo prazo: capacidade de longo prazo de um governo para pagar todos os seus gastos, incluindo obrigações de despesa que normalmente aparecem em cada orçamento anual, bem como aqueles que aparecem apenas nos anos em que devem ser pagos.	
		Solvência do nível de serviço: refere-se a capacidade de um governo fornecer o nível de qualidade de serviços necessários para a saúde geral e bem-estar de uma comunidade.	
	Lin e Raman (1998)	Probabilidade de ser capaz de sustentar o nível atual de serviços a níveis aceitáveis de tributação.	
	CICA (1997; 2009)	É a saúde financeira medida pela sustentabilidade, flexibilidade e vulnerabilidade.	
Posição Financeira	Lorig (1941)	Habilidade para pagar dívidas.	Hughes e Laverdiere (1986); Mead (2001)
Aflicção Fiscal	Kloha et al. (2005a, 2005b)	Uma falha no cumprimento dos padrões nas áreas de posição operacional, dívida e necessidades de recursos da comunidade em anos sucessivos.	Cabill e James (1992); Kleine et al. (2003); Carmeli (2007). Petersen (1977); Morgan e England (1983); Hughes e Laverdiere (1986); Wolman (1992); Clark (1994); Honadle (2003); Kloha et al. (2005a); Skidmore e Scorsone (2011)
Estresse Fiscal	Jones e Walker (2007); Wolman (1992)	Incapacidade de fornecer serviços em níveis preexistentes. Consistiria em saúde fiscal ruim em relação a outras cidades ou uma deterioração da saúde fiscal de uma cidade ao longo do tempo.	
Crise Fiscal	Inman (1995)	Quando o potencial de uma cidade para aumentar as receitas é insuficiente para cobrir as despesas legalmente exigidas da cidade.	Carmeli (2003, 2007); Honadle (2003); Wolff (2008)
	Hirsch e Rufolo (1990)	Quando um governo atinge um estado tal que a flexibilidade orçamental já não existe.	
	Chernick e Reschovsky (2001)	Quando há uma diferença negativa entre as receitas levantadas e as despesas necessárias.	
Crise Financeira	Carmeli (2003)	É quando uma organização não paga seus passivos no tempo.	Zafra et al. (2009b)
Tensão Fiscal	Clark (1994)	Falta de adaptação de um governo ao ambiente do setor privado.	Clark (1977); Morgan e England (1983)

Nota. Fonte: Cabaleiro et al. (2013).

Além dos fatores financeiros relacionados à solvência de curto e longo prazo, orçamentária e do nível de serviços, apresentados por Groves e Valente (2003), os fatores econômicos, sociais e demográficos também afetam a condição financeira dos governos, e exercem pressões por gastos para atender as necessidades da população. Dessa forma, ao realizar a análise da condição financeira, é importante que se tenha o conhecimento da comunidade, bem como dos fatores que influenciam a demanda por bens e serviços. Essas demandas geram recursos aumentando a procura por prestadores de serviços e elevando o nível de arrecadação de impostos sobre a receita (Lima & Diniz, 2016).

Dentre alguns fatores que afetam a saúde financeira dos governos locais, Honadle et al. (2004) citam que as mudanças populacionais, nascimentos, imigração, envelhecimento e outros grupos demográficos afetam a demanda e a capacidade de pagamento pelos serviços, pelo fato dessas implicações contribuírem para que o governo local antecipe as demandas de serviço no futuro. Os autores afirmam ainda que a saúde fiscal influencia nas decisões de localização do proprietário, localização comercial e desenvolvimento econômico, flexibilidade organizacional governamental e qualidade dos recursos humanos, competitividade do governo local, qualidade da prestação de serviços, credibilidade a longo prazo e o custo tributário do governo local sobre os cidadãos.

Zawora (2018) afirma que a situação financeira é influenciada por determinantes internos e externos. Determinantes externos não podem ser controlados diretamente pelo governo local e estão muito além do seu controle: crescimento econômico, nível de desemprego, inflação, sistema legal de finanças do governo local, área e localização da comunidade, ativos ambientais. Por outro lado, os fatores que podem ser pelo menos parcialmente moldados pelo governo local incluem: crescimento econômico regional e local, crescimento socioeconômico da região, nível de investimento ou qualidade da gestão do governo local. Fatores que estão além do controle do governo local desempenham um papel essencial, em particular os regulamentos legais das finanças do governo local e a situação econômica. Esses fatores são resultado da situação econômica do país e afetam a estabilidade e a eficácia das fontes de receita, bem como a estrutura e os gastos do governo local.

Bisogno et al. (2017) contribuíram para a literatura da condição financeira com foco na sustentabilidade. Os autores debateram as definições de sustentabilidade financeira nas administrações públicas bem como discutiram as descobertas empíricas caracterizadas por diferentes abordagens metodológicas. A pesquisa também apresentou fatores que podem afetar a sustentabilidade financeira, como fatores socioeconômicos, organizacionais ou estruturais. Dentre esses fatores, podem-se citar: fatores demográficos (tamanho e densidade

populacional, média de dependência financeira, imigração), fatores socioeconômicos (resultados do orçamento, PIB, nível de desemprego, concentração firme), fatores sociais (nível de educação e qualidade de vida), e fatores políticos (ciclos partidários e orçamentais).

2.2.2 Dimensões da Condição Financeira

Groves e Valente (2003) assinalam que a mensuração da condição financeira sob o enfoque do fator financeiro, deve ser levada em consideração segundo quatro aspectos fundamentais: a solvência de caixa ou a curto prazo, a solvência orçamentária, a solvência de longo prazo e a solvência do nível de serviços.

A solvência a curto prazo demonstra a capacidade do governo local para cumprir suas obrigações que vencem dentro de 30 a 60 dias (Groves & Valente, 2003). No entanto, este estudo utilizou a duração de 12 meses, em vez de 30 a 60 dias, porque a divulgação nos balanços patrimoniais é para o passivo circulante com vencimento em até 12 meses. As informações financeiras sobre as obrigações do governo local que vencerão dentro de 12 meses são mostradas no passivo circulante, enquanto os recursos do governo local que estão disponíveis e devem ser usados dentro de 12 meses estão representados no ativo circulante.

Portanto, para o cálculo da solvência de curto prazo, tem-se como numerador do índice a receita corrente do governo local e como denominador o seu passivo circulante. Quanto maior o valor desse indicador, mais ativos estão disponíveis para garantir o passivo circulante. Assim, um valor crescente desses indicadores aponta uma melhoria na qualidade da solvência de curto prazo (Ritonga, 2014).

A solvência de longo prazo determina a capacidade de um governo local de pagar suas obrigações de longo prazo (CICA, 1997; Groves & Valente, 2003). Essa dimensão demonstra a sustentabilidade de um governo local. As obrigações de longo prazo só podem ser cumpridas pelos governos locais se tiverem recursos suficientes que sejam financiados por seus próprios recursos (Ritonga, 2014).

Para calcular a solvência a longo prazo, os índices apropriados devem colocar os ativos totais ou ações de investimento como numerador e os passivos de longo prazo como denominador (Ritonga, 2014). Porém, para esse estudo, foram utilizados os passivos de longo prazo como numerador, e os ativos totais como denominador, a fim de atender o modelo de solvência de Wang et. al (2007), ao revelar a quantidade de obrigações a longo prazo que podem ser cobertos por cada valor investido no seu ativo total. Sendo assim, valores maiores

dessa relação mostram uma menor capacidade de um governo local em cumprir seus passivos de longo prazo, ocasionando maiores dívidas a longo prazo. Por outro lado, os índices mais baixos indicam uma melhor capacidade de um governo local de cumprir suas obrigações de longo prazo, ao possuir menores dívidas a serem quitadas a longo prazo.

A solvência orçamentária demonstra a capacidade do governo local de gerar receita para cobrir suas operações durante o período do orçamento financeiro (Groves & Valente, 2003). Assim, os indicadores dessa dimensão devem mostrar um equilíbrio entre as receitas operacionais (numerador) e as despesas operacionais (denominador) durante o período financeiro (Ritonga, 2014).

A solvência em nível de serviço é a capacidade dos governos locais em fornecer e manter a qualidade dos serviços públicos necessários e desejados pela comunidade. A razão para medir a solvência do nível de serviço é a razão entre a despesa total e a população (Wang et al., 2007). Essa relação indica qual o custo que um governo local incorre para atender cada morador. Quanto mais altos os valores deste indicador, mais serviços e bens (quantidade ou qualidade) o governo local está fornecendo à comunidade (Ritonga, 2014).

Clark (2015) se propôs a descobrir se o índice de condição financeira baseado nas quatro dimensões (solvência a curto e longo prazo, solvência orçamentária e solvência do nível de serviços) era capaz de fornecer uma avaliação significativa das condições financeiras do governo local. O autor concluiu que existem muitas limitações, reservas e ressalvas para o uso generalizado desse índice para medir a condição financeira do governo local. Os resultados da análise de correlação para fins de confiabilidade demonstram que o índice de condição financeira e os componentes que a compõem parecem ser um pouco confiáveis, mas olhando para os quatro componentes de solvência, a confiança é diminuída.

Segundo Ritonga (2014), a capacidade de cumprir obrigações financeiras é demonstrada pela capacidade de um governo local de pagar suas obrigações de curto e longo prazo (solvência de curto prazo e solvência de longo prazo), a capacidade de cobrir suas despesas operacionais (solvência orçamentária), e a capacidade de fornecer serviços com o padrão e a qualidade necessários e solicitados pela comunidade (solvência em nível de serviço). O autor afirma ainda que uma condição financeira sólida do governo local ocorre quando ele é capaz de antecipar eventos que são inesperados no futuro iminente (flexibilidade financeira), como desastres naturais ou desastres sociais.

A figura 2 apresenta o processo de conceituação da condição financeira do governo local, segundo Ritonga (2014).

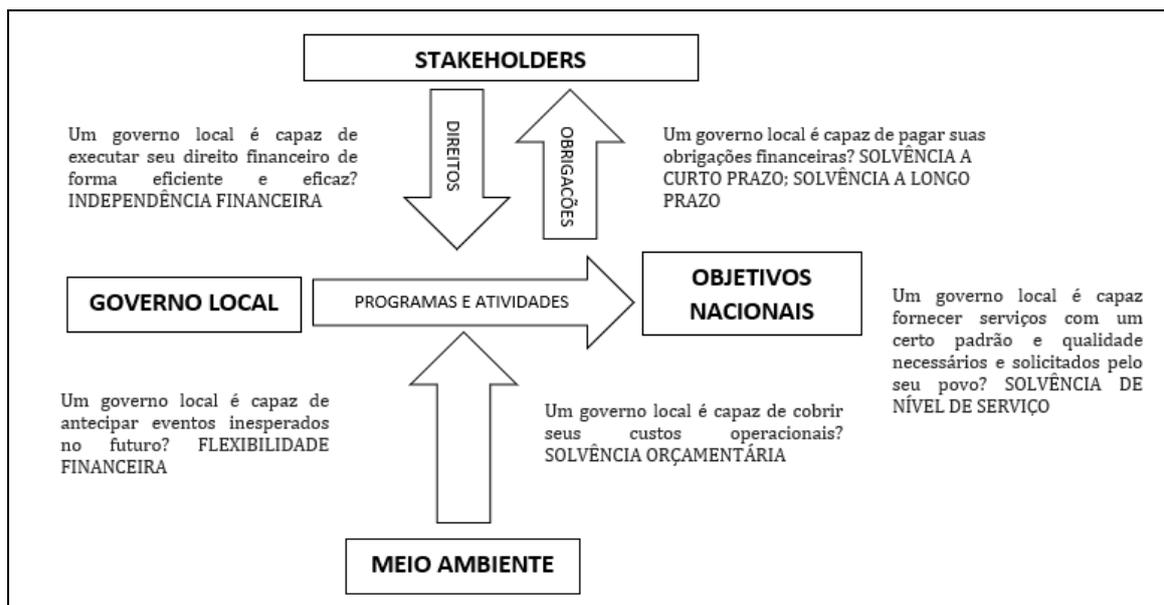


Figura 2. Conceituação da condição financeira do governo local.
Fonte: Ritonga (2014).

Ritonga et al. (2012) ao desenvolver um conceito para avaliar a condição financeira dos governos locais da Indonésia, constatou que as partes interessadas do governo local percebem que a dimensão da solvência a longo prazo e a solvência a curto prazo são as duas dimensões mais importantes, e a dimensão da solvência do nível de serviço é considerada como a menos importante dos elementos da condição financeira. Esses fatos indicam que as partes interessadas tendem a ter visões de curto prazo em vez de longo prazo na gestão do financiamento do governo local.

Com base nas dimensões de solvência de curto prazo e solvência de longo prazo, os governos locais têm a oportunidade de acelerar a melhoria do bem-estar público. Para conseguir isso, uma estratégia que poderia ser tomada pelos governos locais é reduzir o excesso de ativos circulantes, por exemplo, implementando o gerenciamento de dinheiro, juntamente com a adição de dívida de longo prazo, em um montante apropriado para financiar o desenvolvimento de instalações produtivas e infraestrutura, ou investir em investimentos estratégicos (Ritonga et al., 2012).

A figura 3 mostra uma estratégia proposta por Ritonga et al. (2012) que pode ser tomada pelos governos locais para fortalecer sua condição financeira e melhorar o bem-estar social.

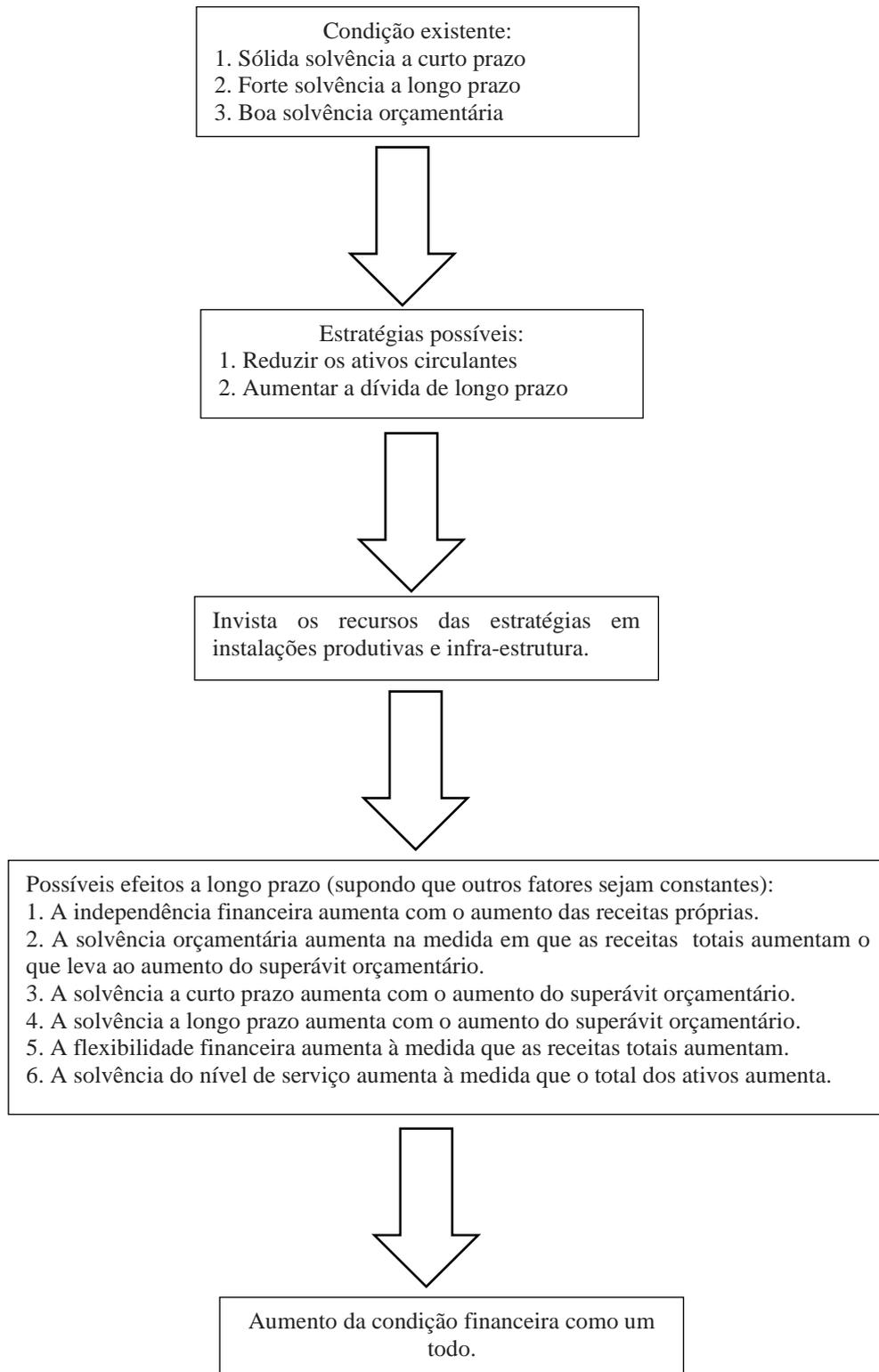


Figura 3. Estratégias para melhorar a condição financeira.
Fonte: Ritonga et al. (2012).

2.2.3 Modelos de Mensuração da Condição Financeira

Alguns estudos apresentam formas de se medir a condição financeira dos governos locais. Esses modelos de mensuração, segundo Lima e Diniz (2016), têm por objetivo fornecer informações sobre o status financeiro dos governos, e ajuda os usuários da informação contábil governamental a preverem e se prevenirem contra tensões fiscais, bem como intervirem em situações de emergência fiscal, declínio fiscal ou crises agudas. Além disso, os autores orientam que, para se obter um diagnóstico completo da condição financeira, os modelos devem ser capazes de capturar não somente a dimensão temporal de curto prazo (solvência de caixa e solvência orçamentária), mas, também, a dimensão de longo prazo (solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços).

Em seu estudo sobre como medir a saúde fiscal das instituições públicas, Hendrick (2004) mostra que os possíveis indicadores a serem utilizados se baseiam em conceitos como tensão fiscal, dificuldade fiscal, crise fiscal e condição financeira, revelando a existência de nomes alternativos que correspondem a diferentes abordagens metodológicas para a mesma realidade.

Para Cabaleiro et al. (2013), a saúde financeira é medida pela sua sustentabilidade, flexibilidade e vulnerabilidade. Sustentabilidade significa o nível em que uma instituição pode manter os programas atuais e cumprir as exigências atuais de crédito sem aumentar o nível de endividamento. Flexibilidade é o grau em que a entidade pode aumentar seus recursos financeiros para responder a compromissos crescentes, seja aumentando suas receitas ou aumentando sua dívida. Finalmente, a vulnerabilidade é a medida em que a entidade depende de recursos que estão além de seu controle ou influência.

Nesse sentido, dentre os modelos apresentados na literatura que trata sobre a condição financeira, faz-se referência ao modelo de Wang et al. (2007), por se tratar de um modelo que se fundamenta no relacionamento estabelecido entre a condição financeira e socioeconômica. Para os autores e idealizadores desse modelo, uma economia forte proporciona governos saudáveis em termo de condição e capacidade financeira, que resultam no aperfeiçoamento da condição socioeconômica (Lima & Diniz, 2016).

Esse modelo utiliza onze indicadores para medir a condição financeira, e adota como referência as quatro dimensões de solvência financeira já apresentadas por Groves e Valente (2003): solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços, conforme apresentadas na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3
Indicadores do modelo de Wang et al. (2007)

Dimensão	Indicador	Definição
Solvência de Caixa	Posição de caixa	(Caixa + equivalente de caixa + investimentos de curto prazo) / obrigações de curto prazo
	Liquidez imediata	(Caixa + equivalente de caixa + investimentos de curto prazo + recebíveis) / obrigações de curto prazo
	Liquidez corrente	Ativos de curto prazo / obrigações de curto prazo
Solvência Orçamentária	Posição operacional	Receita total / despesa total
	Superávit/déficit per capita	Total superávit (déficit) / população
Solvência de Longo Prazo	Índice de ativos líquidos	Ativos líquidos restritos e não restritos / ativos totais
	Indicador de obrigações de longo prazo	Obrigações de longo prazo / ativos totais
	Obrigações de longo prazo per capita	Obrigações de longo prazo / população
Solvência do Nível de Serviços	Tributos per capita	Total da receita tributária / população
	Receita per capita	Total da receita / população
	Gastos per capita	Total dos gastos / população

Nota. Fonte: Wang et al. (2007 como citado em Lima & Diniz, 2016).

A solvência de caixa se refere a capacidade do governo em gerar recursos (caixa) suficiente para trinta ou sessenta dias. Quando o governo tem a capacidade de gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit, está se referindo à solvência orçamentária. Por outro lado, a solvência a longo prazo se refere a capacidade do governo em pagar, no longo prazo, todos os custos operacionais, incluindo os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas. E por fim, a solvência de níveis de serviços, que está relacionada à capacidade do governo em fornecer serviços de saúde, segurança e bem-estar à comunidade com qualidade e eficiência que são requeridos pelos cidadãos (Lima & Diniz, 2016).

2.3 Experiências Similares no Brasil e no Mundo

De modo a levantar as pesquisas que investigaram os movimentos migratórios com relação a Hipótese de Tiebout e a Teoria da Condição Financeira, tem-se a próxima seção que apresenta os principais estudos anteriores com abordagem e temática semelhante dessa pesquisa.

2.3.1 Estudos anteriores sobre a Hipótese de Tiebout

A migração interna tornou-se cada vez mais um aspecto importante na mudança demográfica regional e do crescimento econômico (Cebula & Nair-Reichert, 2011). Os membros de uma comunidade são limitados por oportunidades de trabalho, altos custos de mudança, falta de conhecimento ou outras barreiras para mudar para onde suas preferências podem ser plenamente atendidas.

É por causa das restrições discutidas acima que a maioria dos estudos testa empiricamente evidências da Hipótese de Tiebout, ao incluir variáveis de controle para explicar as oportunidades de emprego (taxa de desemprego e renda per capita), custos de deslocamento (distância) e outras características locais atraentes (variáveis climáticas, custo de vida, etc.) (Saltz & Capener, 2016).

Observou-se que não se encontrou, no caso brasileiro, um estudo que teste a Hipótese de Tiebout em situação de migração interestadual, intermunicipal ou internacional, que possua uma discussão teórica e empírica adequada aos estudos nacionais e internacionais que foram realizados. Deste modo, faz-se necessário levantar a literatura existente sobre o tema, a fim de se construir essa evidência empírica para o caso brasileiro, para se identificar os principais resultados, encaminhar a construção das hipóteses de pesquisa, e delinear a metodologia adequada.

Após a leitura dos artigos, foram selecionados aqueles estudos que têm buscado evidências da Hipótese de Tiebout relacionados à migração interna, e buscou-se identificar as variáveis mais utilizadas. Além disso, elaborou-se a Tabela 4 de forma a evidenciar resumidamente as principais variáveis que foram significativas e que impactaram nestes estudos, de forma a servir como base para essa pesquisa. Os próximos parágrafos descrevem os principais objetivos e resultados de cada pesquisa.

Harris e Todaro (1970) desenvolveram um modelo para explicar que a migração interna das áreas rurais para as áreas urbanas é estudada em relação ao trabalho. Os autores confirmaram essa hipótese ao investigar que os indivíduos da África Tropical migram de uma região para outra quando o território de destino está mais adiantado no mercado de trabalho em termos de níveis salariais e condições de trabalho.

Cebula (1974) examinou o impacto sobre a migração líquida interestadual de diferentes impostos estaduais e municipais e políticas de transferência nos Estados Unidos por raça, idade e sexo, no período de 1965-70. A pesquisa também procurou testar a validade da

Hipótese de Tiebout, enfocando o impacto da migração de dois tipos de políticas governamentais estaduais e locais: o nível médio (por beneficiário) dos pagamentos de previdência social e os níveis de imposto sobre propriedade per capita. Os resultados oferecem apoio considerável à Hipótese de Tiebout de que o consumidor-eleitor se desloca para aquela área que melhor satisfaz suas preferências por bens públicos.

A pesquisa de Reschovsky (1979) forneceu um teste empírico da hipótese, comumente referida como a “Hipótese de Tiebout”, que fornece serviços públicos localmente e o nível de impostos locais influencia as decisões de escolha residencial das famílias. Esta hipótese foi previamente testada na cidade de Minneapolis (EUA), examinando a capitalização de fatores fiscais nos preços da habitação. O estudo analisou os determinantes da escolha residencial, analisando os dados de mudança de casa. Os resultados fornecem suporte para a Hipótese de Tiebout, mesmo nos casos em que nenhuma capitalização é esperada. O apoio foi desenvolvido para a hipótese de que, em qualquer ponto do tempo, existe um desequilíbrio fiscal significativo para os moradores de algumas comunidades, resultando em uma redução das propriedades de eficiência do mecanismo de Tiebout. O estudo apresentou evidências empíricas de que os fatores fiscais locais, tanto no lado tributário quanto no lado das despesas, desempenham um papel nas decisões de escolha residencial das famílias.

Islam e Rafiqzaman (1991) testaram o ordenamento causal entre impostos de propriedade e migração intermunicipal, usando métodos bivariados e multivariados. Os resultados empíricos, baseados em dados anuais do Canadá do pós-guerra (1940-1984), apoiam a Hipótese de Tiebout-Tullock, que implica que o sistema tributário local diferenciado e os serviços públicos induzem a migração intercomunitária, entre outros. Os gastos locais e a tributação definem que as despesas locais e a tributação estão causalmente relacionadas à migração nos governos locais do Canadá, portanto, não são totalmente capitalizados nos valores das propriedades.

Cebula e Belton (1994), com base nos dados do Censo de 1990, constataram empiricamente que, durante o período 1985-1990, os índios americanos, ao tomarem decisões de migração, exibiram uma forte preferência por áreas de bem-estar mais altas. Esta descoberta dá suporte à Hipótese de Tiebout de "votar com os pés" e fornece apoio também para o estabelecimento de níveis reais de bem-estar uniformes entre os estados. Os autores observaram que o desemprego nas reservas indígenas é em média de quase 45%, e o bem-estar em suas várias formas é uma fonte de renda mais significativa para os habitantes da reserva do que o emprego. Dadas estas circunstâncias e dados os níveis muito baixos de

capital humano possuídos pela população indígena americana, há razões para esperar que níveis mais elevados de benefícios sociais sejam atraentes para os migrantes indianos.

Cebula (2009) investigou empiricamente a Hipótese de Tiebout, utilizando dados estaduais contemporâneos para os Estados Unidos. O estudo empírico trata dos determinantes líquidos da taxa de imigração para o período de 2000 a 2005. As descobertas fornecidas neste estudo de fato apoiam a forma expandida da hipótese em termos de decisões de mobilidade contemporânea nos Estados Unidos. Os resultados indicam que a taxa de migração interna do estado durante o período de estudo foi uma função crescente da renda familiar e do crescimento do emprego, e uma função decrescente do custo total de vida. Os eleitores-consumidores também parecem ser atraídos por cargas tributárias mais baixas do Estado e menores encargos tributários sobre a propriedade, ao passo que parecem ser atraídos por gastos públicos primários e secundários maiores por aluno.

Cebula e Nair-Reichert (2011) pesquisaram sobre os determinantes econômicos, fiscais e não-econômicos (qualidade de vida) da imigração líquida nos EUA durante o período 2000-2008. As descobertas fornecidas neste estudo de fato apoiam as Hipóteses de Tiebout (1956) e Tullock (1971) em termos da mobilidade contemporânea dos consumidores-eleitores. Foram empregados três fatores fiscais e uma variável de controle climático. Todas as quatro estimativas geraram resultados que sugerem consistentemente que os migrantes preferem menores encargos tributários estaduais, menores impostos estaduais e locais, e maiores gastos por aluno em educação primária e secundária pública nos estados.

Cebula e Clark (2013) investigaram os determinantes das taxas líquidas de imigração nos Estados Unidos durante o período de 2000-2008, com a intenção de usar dados de migração contemporâneos para investigar a Hipótese de Tiebout (1956) de “votar com os pés” e a extensão da hipótese do magnético do Medicaid, que é um programa de saúde social dos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda e recursos limitados. Os resultados indicam que os consumidores-eleitores foram atraídos para os estados com maiores gastos na educação por aluno, menores taxas de imposto sobre a propriedade e renda, e que certos consumidores-eleitores podem ser atraídos por estados que oferecem níveis mais altos de benefícios do Medicaid (programa de saúde social dos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda e recursos limitados).

Nos Estados Unidos, Cebula et al. (2014), testaram empiricamente a migração ocorrida por conta da grande recessão (2007-2009) ocorrida naquele país. Os resultados apontam que a taxa de migração total do estado foi positivamente associada à renda pessoal per capita, temperaturas de janeiro mais altas e níveis mais altos de superávit fiscal. Além

disso, para esses mesmos períodos de estudo, a taxa de migração total do estado também foi negativamente associada com o custo médio de vida, a densidade populacional e a taxa média de imposto de renda do estado. Os resultados implicam que a busca por “superávit fiscal” confirma que os consumidores-eleitores preferem estados com menores taxas de impostos e níveis mais altos de superávit fiscal.

Por sua vez, Biagetti e Guarini (2014) na busca em identificar quais fatores sociais e econômicos podem causar migração interna na Itália, observaram quanto às variáveis sociais a ocorrência da Hipótese de Tiebout, segundo a qual, a migração depende da satisfação da provisão de bens públicos; enquanto que nas variáveis econômicas, os indivíduos migram para melhorar seu bem-estar econômico relacionado às condições do mercado de trabalho. Os resultados mostraram que os fatores de atração da migração interna são o alto nível de renda per capita e a boa percepção da qualidade dos serviços locais, enquanto fatores de repulsão são a alta percepção de insegurança social e o enorme nível de desemprego, aumentando sua influência durante a crise.

Kallandranis e Karidis (2014) ao examinarem a proposta de Tiebout de votar com os próprios pés no contexto da União Europeia, mostraram que as políticas fiscais, medidas pela variável excedente fiscal (superávit), e confiança do consumidor, desempenham um papel significativo no processo decisório de um migrante em potencial, escolhendo um destino. Outros fatores como ganhos líquidos, preços e educação parecem também ter um efeito sobre esse processo. Os autores concluíram que embora as políticas fiscais sejam avaliadas principalmente pelo migrante em busca de um destino que ofereça benefícios mais altos, porém mais baratos, as expectativas das pessoas sobre o desempenho econômico no país e no exterior têm uma participação significativa no processo de tomada de decisão.

Bao et al. (2014) exploraram se o mecanismo de “votação com pés”, sugerido pelo modelo Tiebout, funciona na China. Foram coletados os dados do 5º censo nacional e 1% da amostragem da população da migração interprovincial em 2000 e 2005. Os resultados mostram que os impactos dos bens públicos na migração são significativos, e maiores em províncias centrais do que em províncias orientais e ocidentais, devido ao desenvolvimento desequilibrado. A imigração é proporcional aos gastos fiscais para migração de longo prazo. Além disso, os gastos com cultura, educação e saúde têm um impacto maior sobre a migração, e os bens públicos afetam a migração por meio de uma ação sobre a renda salarial, em certa medida.

Cebula (2014) investigou empiricamente os impactos da liberdade econômica e da liberdade pessoal na imigração líquida em nível estadual nos EUA. Os resultados apresentam

que há evidências que sugerem fortemente que os estados com níveis mais altos de liberdade econômica e liberdade pessoal podem ter taxas de imigração líquidas mais altas e, portanto, maiores taxas de crescimento populacional e econômico. O estudo oferece uma palavra de conselho aos legisladores estaduais e governadores: “para o vencedor, vão os despojos”, porque as famílias “votam com os pés” na busca de liberdade econômica e pessoal. Buscar políticas que promovam a liberdade econômica e pessoal pode gerar inúmeros benefícios líquidos.

Palavicini-Corona (2014) analisou os efeitos das características fundamentais da abordagem de desenvolvimento econômico local (DEL) na mobilidade populacional entre os municípios mexicanos, ao levar em consideração que os cidadãos podem escolher uma jurisdição não apenas com base em uma combinação de impostos e serviços públicos, mas em uma mistura mais ampla de bens públicos. Este estudo encontra evidências significativas de um impacto positivo dos elementos de DEL na imigração durante o período entre 1990 e 2005.

Ketterer e Rodríguez-Pose (2015) investigaram o impacto da qualidade regional do governo na atratividade regional para migrantes inferidos de preferências individuais reveladas e migração líquida. A análise baseia-se em estimativas de dados em painel de 254 regiões europeias para o período entre 1995 e 2009. Diferentes técnicas de variáveis instrumentais têm sido empregadas para avaliar até que ponto as diferenças na qualidade dos governos locais afetam as classificações de preferências para diferentes locais e para contabilizar preocupações potenciais de endogeneidade. Os resultados apontam para uma importante influência de fatores específicos relacionados à qualidade regional do governo, como o combate à corrupção ou a eficácia do governo, sobre a capacidade das regiões europeias de se posicionarem como lugares atrativos para futuros residentes.

Barros e Serafim (2016) usando um modelo de dados em painel, analisaram a Hipótese de Tiebout nas províncias de Angola no período de 2004 a 2013. Os autores chegaram à conclusão de que a migração interna de Angola está relacionada com o PIB per capita, a despesa pública local, o desemprego, a pobreza, a densidade populacional, o número de funcionários públicos na região e a educação. A conclusão geral é que a Hipótese de Tiebout é aceita nas regiões angolanas e que a causa mais importante da migração é a pobreza regional.

Após descritos de forma detalhada os resultados dos estudos anteriores, tem-se a Tabela 4, que evidencia, de forma sintetizada, os fatores socioeconômicos e fiscais que causam migração interna e a conseqüente ocorrência da Hipótese de Tiebout.

Tabela 4

Características dos estudos anteriores sobre a Hipótese de Tiebout que envolvem fatores socioeconômicos e fiscais

Autor/Estudos	País	Nível de Governo	Variáveis Socioeconômicas	Variáveis Fiscais
Harris e Todaro (1970)	África	Municipal	emprego (+); renda (+)	-
Cebula (1974)	EUA	Municipal	para os brancos: desemprego (-), renda (+), clima frio (-), bem-estar (-); para os negros: desemprego (-), renda (+), clima frio (-), bem-estar (+).	para os brancos: imposto sobre propriedade (-); para os negros: imposto sobre propriedade (NS).
Reschovsky (1979)	EUA	Municipal	tempo de viagem para Minneapolis (NS), status socioeconômico (-), bairros de classe média (+), bairros pobres (-), qualidade da escola pública (+), número de quartos por unidade habitacional (-), acessibilidade aos lagos (NS), acessibilidade as instalações recreativas ao ar livre (NS), idade média das unidades habitacionais (NS), taxa média de criminalidade (NS).	despesas per capita (+), taxa de imposto (-).
Islam e Rafiqzaman (1991)	Canadá	Municipal	-	despesas locais per capita (+), valores de propriedades (+), taxa de imposto sobre a propriedade (+).
Cebula e Belton (1994)	EUA	Municipal	ajuda média mensal para famílias com filhos dependentes (+), renda per capita (+), custo de vida (-), taxa média de desemprego (+), dias de clima frio (-).	-
Cebula (2009)	EUA	Estadual	renda familiar (+), emprego (+), custo de vida (-), clima frio (-).	imposto de renda per capita (-), despesa com educação primária e secundária por aluno (+), imposto sobre a propriedade per capita (-).
Cebula e Nair-Reichert (2011)	EUA	Estadual	renda familiar (+), custo de vida (+), taxa de crescimento do emprego (+), taxa de desemprego (-), clima quente (+).	imposto de renda per capita (-), despesa com educação primária e secundária por aluno (+), imposto sobre a propriedade per capita (-).
Cebula e Clark (2013)	EUA	Estadual	-	gastos na educação por aluno (+), menores taxas de imposto sobre a propriedade e renda (-), níveis mais altos de benefícios do Medicaid (+) que é um programa de saúde social dos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda e recursos limitados.

Cebula et al. (2014)	EUA	Estadual	renda pessoal per capita (+), taxa de desemprego (NS), custo de vida (-), clima quente (+), densidade populacional (-).	taxa média de imposto de renda (-), superávit fiscal (+).
Biagetti e Guarini (2014)	Itália	Municipal	renda per capita (+), taxa de desemprego (-), satisfação nos serviços ferroviários (+), percepção do crime (-).	-
Kallandranis e Karidis (2014)	União Europeia	Estados	confiança do consumidor (+), ganhos líquidos (+), preços (+), educação (+).	superávit fiscal (+).
Bao et al. (2014)	China	Municipal	população da região emigrante (+), população da região imigrante (+), PIB per capita (+), indústria terciária (+), consumo familiar (NS), importação e exportação (+), clima (NS) e distância (+).	despesas financeiras (-), despesas com infraestrutura (+), despesas com cultura, educação e saúde (+).
Cebula (2014)	EUA	Estadual	liberdade econômica (+), liberdade pessoal (+), renda pessoal per capita (+), custo de vida (-), maior temperatura média diária em janeiro de um estado (+), índice de poluição do ar (NS).	carga tributária estadual per capita (-), taxa efetiva média de impostos de renda (NS).
Palavicini-Corona (2014)	México	Municipal	renda per capita (+), índice de desenvolvimento municipal (-), densidade populacional (-), setor terciário (+).	desenvolvimento econômico local (sustentabilidade, plano de desenvolvimento, capacitação, mecanismos de participação e autonomia) (+), gasto municipal per capita em obras públicas e ações sociais (NS).
Ketterer e Rodríguez-Pose (2015)	União Europeia	Estados	desemprego regional (-), emprego agrícola (-), população jovem (+), eficácia do governo local (+), baixo nível de corrupção (+), índice de prestação de contas (NS) e índice do estado de direito (NS).	-
Barros e Serafim (2016)	Angola	Municipal	nº de pessoas em situação de pobreza (-), nº de desemprego (+), PIB per capita (+), densidade da população (+), nº de funcionários públicos (+), ONG que apoia a educação (-).	despesa pública (+).

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Observa-se, a partir da literatura anterior, que há uma lacuna nas pesquisas sobre a ocorrência da Hipótese de Tiebout que aborde o caso dos municípios brasileiros. Dessa forma, este estudo também busca contribuir com a literatura sobre o tema, ao identificar as principais variáveis que determinam a migração interna e, além disso, avança sobre o tema ao realizar o teste da Hipótese de Tiebout nos municípios paranaenses. A Teoria da Condição Financeira auxiliará na construção dessas hipóteses e na discussão dos principais resultados, o que até então não foi testado para o caso brasileiro.

2.3.2 Estudos anteriores sobre a condição financeira

A importância da condição financeira dos governos centrais e locais está relacionada a garantia de um fornecimento contínuo de bens e serviços públicos de qualidade para a população, sendo um dos principais objetivos a ser perseguido pelos seus governantes (Lima & Diniz, 2016). Tal importância tem motivado alguns estudos nessa área em busca de se analisar a saúde financeira desses governos, a determinação de indicadores para a sua medição, dentre outros assuntos.

Observou-se, no entanto, que não se encontrou um estudo a nível nacional e internacional que relacione a condição financeira com os movimentos migratórios internos. Sendo assim, após a leitura dos artigos, foram selecionados aqueles que apresentaram modelos de medição da condição financeira, bem como, variáveis que relacionam a influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a condição financeira. Além disso, elaborou-se a Tabela 5 de forma a evidenciar resumidamente os principais modelos de medição da condição financeira e seus indicadores que foram utilizados nesses estudos, de forma a servir como base para essa pesquisa.

Honadle e Lloyd-Jones (1998) apresentaram três ferramentas que foram usadas em um projeto piloto para analisar a saúde fiscal de um município rural de Minnesota. O estudo compara e contrasta essas metodologias apontando os pontos fortes e fracos, a utilidade dos resultados e a facilidade ou dificuldade de uso dessas ferramentas. As ferramentas utilizadas foram: teste de dez pontos da condição financeira de Brown (1993), tendência de dez anos de Alter e Sistema de Monitoramento Financeiro de Tendências da Associação Internacional de Gestão de Cidades/Municípios. A conclusão geral é que as pequenas jurisdições rurais precisam de ferramentas como essas para monitorar sua condição financeira regularmente.

Hendrick (2004) apresentou uma estrutura para avaliar a condição financeira e a saúde fiscal dos governos municipais. Foram desenvolvidos índices para algumas dimensões dessa estrutura e aplicados a 264 municípios suburbanos da região metropolitana de Chicago. As dimensões da saúde fiscal utilizadas foram: propriedades do ambiente do governo (riqueza da receita, necessidades de gastos e características socioeconômicas), equilíbrio da estrutura fiscal com o meio ambiente, propriedades da estrutura fiscal do governo (folga fiscal, relatividade de componentes dentro das principais áreas estruturais, condições operacionais atuais e obrigações financeiras atuais). Os Índices, que foram desenvolvidos para dimensões específicas da estrutura, são avaliados e comparados a indicadores alternativos de saúde fiscal desenvolvidos por outras pessoas no campo.

Wang et al. (2007) testaram uma medida da condição financeira usando informações em todo o governo, conforme exigido pelo novo modelo de relatório financeiro estabelecido na Declaração do GASB nº 34. A amostra foram os 50 Estados dos EUA, no final de 2004 e início de 2005. Os resultados mostram que a medida é relativamente confiável e válida e que as informações de todo o governo relatadas sob os requisitos da Declaração do GASB nº 34 fornecem uma estrutura de relatório útil para avaliar a condição financeira de um governo. Além disso, a condição financeira entre os estados varia muito e há muito espaço para melhorias.

Zafra-Gómez et al. (2009) criaram uma metodologia para medir a condição financeira tendo como amostra os municípios espanhóis. Foi incluída uma variável para medir a qualidade dos serviços recebidos pela população, e apresentado um novo tratamento para as variáveis do ambiente socioeconômico. Os autores utilizaram os seguintes indicadores de condição financeira: solvência de curto prazo (liquidez imediata e liquidez corrente), solvência orçamentária (índice de poupança líquida, serviços da dívida per capita, índice de dívida líquida per capita), independência (independência financeira corrente, índice de independência financeira), sustentabilidade (índice de receita fiscal, índice de resultado orçamentário não financeiro, e solvência em nível de serviços (índice de execução de despesas, índice de execução de receitas, índice de pagamentos, índice de receita arrecadada, índice de qualidade). A aplicação do novo método revela sua capacidade de minimizar os efeitos do ambiente socioeconômico e maximizar o valor do benchmarking, tornando as comparações entre as autoridades locais mais simples e mais eficazes.

Diniz et al. (2012) avaliaram a eficiência financeira na gestão dos recursos públicos de municípios brasileiros, e mensuraram sua relação com os gastos nas funções de governo definidas na estrutura orçamentária brasileira, para municípios que possuíam uma população

superior a 200 mil habitantes em 2007. Os autores definiram dez indicadores da condição financeira de municípios nos moldes utilizados por Brown (1993), sendo eles: receita per capita, participação de receitas próprias, importância do excedente acumulado, despesas fixas, operacionalização de receitas e despesas totais, operacionalização das despesas com pessoal, operacionalização de investimento, dívida consolidada, dívida a curto prazo e necessidade de recursos. Os resultados revelaram que, dentre as 28 funções de governo dispostas na execução orçamentária, apenas os gastos per capita com saúde, urbanismo e saneamento correlacionaram-se como os escores de eficiência financeira dos municípios.

Ritonga et al. (2012) desenvolveram um conceito para avaliar a condição financeira dos governos locais (GL) e implementa o conceito nos governos locais na Indonésia. O conceito consiste em seis dimensões, a saber: solvência de curto prazo, solvência a longo prazo, solvência orçamentária, solvência em nível de serviço, flexibilidade financeira e independência financeira. As partes interessadas do governo local percebem que a dimensão da solvência a longo prazo e a solvência a curto prazo são as duas dimensões mais importantes, e a dimensão da solvência do nível de serviço é considerada como o elemento menos importante da condição financeira. Esses fatos indicam que as partes interessadas tendem a ter horizonte de curto prazo em vez de longo prazo na gestão do financiamento do governo local.

Cabaleiro et al. (2013) desenvolveram um novo método para avaliar a saúde financeira dos municípios espanhóis. Os autores utilizaram um conjunto de técnicas estatísticas em uma amostra de municípios espanhóis que permitiu obter um único índice que mostra a variabilidade em cada um dos aspectos medidos. O processo se baseou na redução do tamanho de 20 indicadores iniciais para um número menor de componentes, o que inclui a maior parte da variação explicada. Foi utilizado um amplo conjunto de indicadores que compõem a abordagem de saúde financeira desenvolvida pelo CICA (1997, 2009).

Ritonga (2014) desenvolveu um instrumento para medir a condição financeira dos governos locais na Indonésia com base em seis dimensões, a saber: solvência de curto prazo, solvência de longo prazo, solvência orçamentária, solvência em nível de serviço, flexibilidade financeira e independência financeira. Há um total de dezoito indicadores examinados neste estudo. Esses indicadores são combinados para formar um índice composto, chamado Índice de Condições Financeiras. A confiabilidade e validade do índice composto é analisada e os resultados mostram que as medidas desenvolvidas neste estudo são confiáveis e válidas. Além disso, o instrumento possui os critérios de uma boa medida: é teoricamente sólido, uma

avaliação abrangente, tem capacidade preditiva, capacidade distintiva, é prático, objetivo e resistente à manipulação e ao jogo.

Vesco et al. (2014) verificaram a diferença dos indicadores de desempenho econômico e financeiro, propostos por Brown (1993), em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. Os autores fizeram uma discussão referente aos tamanhos de cidades e indicadores de desempenho financeiro classificados em indicadores de receita, despesa, estrutura operacional e estrutura da dívida conforme proposto por Brown (1993). Os resultados condizem com a teoria proposta por Brown (1993) indicando que há limitações nas análises ao interpretar a condição financeira das cidades caso não seja por meio de comparações com cidades de porte semelhante. A distinção entre tamanhos das cidades trouxe reflexos nas análises dos indicadores.

Rusmin et al. (2014) examinaram os resultados das reformas de descentralização na Indonésia, ao focar a associação entre as características demográficas e as diferenças na condição financeira dos governos locais. Foram utilizadas as variáveis demográficas: escopo da entidade, localização, data de posse, gênero, IDH e tamanho do governo local. As variáveis financeiras foram: índice de liquidez corrente, índice de endividamento, índice de serviços contínuos e relação entre a receita local e total. Os resultados sugerem que o escopo da entidade e a localização das unidades do governo ajudam a explicar todas as variáveis da condição financeira. As unidades do governo local com maior população feminina e maior IDH tem melhor capacidade de financiar seus serviços gerais de seus ativos líquidos irrestritos, e tem maior capacidade de obter mais receitas de fontes locais.

Brusca et al. (2015) analisaram a influência de fatores socioeconômicos, políticos e financeiros sobre a condição financeira dos governos locais italiano e espanhol em uma abordagem comparativa. Os resultados mostram que, para a Itália, as variáveis que têm uma influência significativa são: tamanho da população, densidade da população e a maioria das variáveis que representam a estrutura financeira das despesas e receitas do governo local. No entanto, as variáveis socioeconômicas, como o desemprego e o PIB, não são significativas em nenhum dos modelos. Na Espanha, a situação é muito diferente: o tamanho é importante para medir o número de habitantes, com menor relevância quando se considera a densidade populacional. Os fatores socioeconômicos são significativos para as variáveis população, desemprego e PIB.

Souza et al. (2015) analisaram a eficiência na alocação de recursos públicos destinados ao Ensino Fundamental e a sua relação com a condição financeira em municípios brasileiros no ano de 2012. Foram utilizados como amostra os 100 municípios mais populosos do Brasil,

em virtude desses municípios concentrarem a maior parcela da população brasileira. Os indicadores foram selecionados com base no estudo de Brown (1993). Os resultados apresentaram que dentre os 75 municípios analisados, 12 deles foram considerados eficientes quanto à aplicação dos gastos com Ensino Fundamental e que o modelo de regressão proposto utilizando indicadores de condição financeira não teve um forte poder de explicação dos escores de eficiência.

Usang e Salim (2016) examinaram a condição financeira dos governos locais na Nigéria e avaliaram suas implicações no desenvolvimento sustentável das comunidades. Foram utilizados dados secundários de 122 governos locais por um período de três para examinar as condições financeiras dos governos locais na Nigéria. Os indicadores utilizados foram: saldo fiscal, desempenho financeiro, receita própria e solvência orçamentária. Os resultados mostraram que a condição financeira dos governos locais na Nigéria é fraca, indicando dificuldades financeiras. Há necessidade de desenvolvimento de estratégias de geração de receita e gestão por parte dos administradores do governo local, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Rodríguez-Bolívar et al. (2016) identificaram e analisaram os fatores determinantes e os fatores de risco que influenciam a sustentabilidade financeira do governo local. Os resultados identificam tanto os fatores de risco (desemprego e população com idade inferior a 16 anos) quanto os motivadores (resultado orçamentário) da sustentabilidade financeira, podem constituir uma base útil para a tomada de decisões pelos gestores e formuladores de políticas. Os autores observaram que um aumento no número de imigrantes está associado a níveis mais altos de tributação, e, portanto, maiores receitas arrecadadas pelo governo, beneficiando a sustentabilidade financeira.

Hasthoro et al. (2016) investigaram o impacto da condição financeira na governança pública nos 33 governos provinciais na Indonésia, no ano de 2012. O estudo utilizou como variável dependente o Índice de Governança Pública, e as variáveis independentes foram solvência de curto prazo (caixa e equivalente de caixa + investimentos a curto prazo/passivo circulante) e a flexibilidade financeira (receita total – fundo de alocação especial – despesa com pessoal/total do passivo), usadas como proxy para a condição financeira. A idade do governo local foi usada como uma variável de controle. Os resultados da análise de regressão múltipla mostram que a solvência de curto prazo tem uma associação positiva e significativa com o índice de governança pública, mas a flexibilidade financeira não. O teste F mostrou que as variáveis de condição financeira afetam simultaneamente a governança pública entre o

governo provincial na Indonésia. O resultado implica que uma boa condição financeira tornará mais fácil para o governo provincial implementar a boa governança.

Alam et al. (2017) procuraram medir as condições financeiras das organizações do governo local em Bangladesh. Os autores desenvolveram um índice composto sob quatro dimensões, a saber: solvência de curto prazo, solvência orçamentária, solvência do nível de serviços e solvência a longo prazo. Os resultados obtidos indicam que existem diferenças entre esses três tipos de municípios em suas condições financeiras globais, bem como a curto prazo, a longo prazo e a nível de solvência de serviço. A medida do índice explica as forças e fraquezas financeiras e operacionais dos municípios, um entendimento claro do que é necessário para melhorar seu desempenho em bases sustentáveis.

Natrini e Ritonga (2017) desenvolveram um novo indicador usando a ferramenta de análise de indicadores de Brown (1993) que foi ajustada à condição financeira na Indonésia. O resultado desses indicadores foi usado para medir a condição financeira dos governos de Java e Bali. Os resultados desta pesquisa mostraram que entre os 7 clusters analisados, existem variações de resultados, mesmo que cada cluster tenha condições socioeconômicas semelhantes entre si. Esta variação na condição financeira do governo local da Indonésia é causada pela autonomia regional.

Bisogno et al. (2018) investigaram a solvência orçamentária como parte da condição financeira dos governos locais italianos, considerando que a crescente demanda por serviços públicos estava afetando principalmente esta variável. A amostra foi composta pelos 132 municípios italianos com mais de 50.000 habitantes, no período de 2005 a 2014. Os indicadores utilizados na solvência orçamentárias foram: autonomia financeira, equilíbrio atual, endividamento, investimento, densidade, desemprego, PIB e população idosa (acima de 65 anos). Os resultados demonstram que a solvência orçamentária, assim como seus três indicadores - sustentabilidade, flexibilidade e vulnerabilidade - estão positivamente relacionados à independência financeira e ao equilíbrio orçamentário, e negativamente relacionados ao nível de endividamento e investimentos.

Zawora (2018) comparou as condições financeiras da província de Subcarpácia com outras províncias polonesas. Por meio de uma análise de medidas e comparativa multidimensional, foi utilizado o método TOPSIS por permitir a avaliação sintética de situações financeiras. As variáveis utilizadas foram: renda per capita, participação do superávit operacional no resultado total, independência financeira, participação das despesas imobiliárias na despesa total, participação do passivo total no resultado total, e ônus da gestão da dívida na receita total. Os resultados demonstraram que as comunidades da província de

Subcarpácia se caracterizam por uma situação financeira pior do que o resto da Polônia, por apresentarem menor independência financeira e menor capacidade de realizar seus próprios investimentos.

Alam et al. (2018) investigaram como as variáveis densidade populacional, suscetibilidade a desastres, tamanho da população e a capacidade de receita influenciam na condição financeira das organizações municipais. Foi realizado um modelo de regressão e hipóteses derivadas com dados de uma amostra de organizações municipais em Bangladesh. As hipóteses propostas foram testadas por meio de análise de regressão multivariada. Os resultados apontaram que, enquanto a suscetibilidade a desastres, tamanho da população e a capacidade de receita estão direta e significativamente relacionados à condição financeira municipal, a densidade populacional é considerada insignificante.

De acordo com os resultados detalhados destes estudos anteriores, tem-se a Tabela 5, que evidencia, de forma sintetizada, as principais variáveis financeiras-orçamentárias com suas dimensões/modelos de solvência, e as socioeconômicas, que servirão de base para definição das variáveis que serão utilizadas na relação da condição financeira e a migração interna, no presente estudo.

Tabela 5

Características dos estudos anteriores sobre condição financeira que envolvem fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos

Autor/Estudos	País	Nível de Governo	Variáveis Financeiras-Orçamentárias	Variáveis Socioeconômicas
Honadle e Lloyd-Jones (1998)	EUA	Municipal	receita total/população, receitas correntes–transferências correntes/receitas correntes, patrimônio líquido/receita corrente líquida, despesas correntes/despesa total, receitas correntes/despesa total, despesa com pessoal/receita corrente líquida, despesa com investimento/passivo real, passivo real/receita corrente líquida, passivo financeiro/ativo total, despesas de juros + encargos da dívida/receita corrente líquida	-
Hendrick (2004)	EUA	Municipal	propriedades do ambiente do governo (riqueza da receita, necessidades de gastos e características socioeconômicas), equilíbrio da estrutura fiscal com o meio ambiente, propriedades da estrutura fiscal do governo (folga fiscal, relatividade de componentes dentro das principais áreas estruturais, condições operacionais atuais e obrigações financeiras atuais)	-
Wang et al. (2007)	EUA	Municipal	solvência de caixa (liquidez imediata e liquidez corrente), solvência orçamentária (posição operacional, superávit ou déficit per capita), solvência a longo prazo (ativos líquidos, obrigações a longo prazo, obrigações a longo prazo per capita), solvência de nível de serviço (impostos per capita, receitas per capita e despesas per capita).	-
Zafra-Gómez et al. (2009)	Espanha	Municipal	solvência de curto prazo (liquidez imediata e liquidez corrente), solvência orçamentária (índice de poupança líquida, serviços da dívida per capita, índice de dívida líquida per capita), independência (independência financeira corrente, índice de independência financeira), sustentabilidade (índice de receita fiscal, índice de resultado orçamentário não financeiro, e solvência em nível de serviços (índice de execução de despesas, índice de execução de receitas, índice de pagamentos, índice de receita arrecadada, índice de qualidade).	-
Diniz et al. (2012)	Brasil	Municipal	receita per capita, participação de receitas próprias, importância do excedente acumulado, despesas fixas, operacionalização de receitas e despesas totais, operacionalização das despesas com pessoal, operacionalização de investimento, dívida consolidada, dívida a curto prazo e necessidade de recursos.	-
Ritonga et al. (2012)	Indonésia	Municipal	caixa + investimentos a curto prazo/passivo circulante, ativo circulante/passivo circulante, caixa/passivo circulante, receita	-

			total/despesa total, obrigações a longo prazo/ativos totais, obrigações a longo prazo/investimentos, investimentos/ativos totais, superávit ou déficit/população, ativos líquidos/ativos totais, total de impostos/população, receita total/população, total da despesa/população.	
Cabaleiro et al. (2013)	Espanha	Municipal	sustentabilidade (dívidas de longo prazo/receitas orçamentárias líquida das operações não financeiras, dívidas de longo prazo/receitas orçamentárias líquida das operações atuais), flexibilidade (receita orçamentária líquida/obrigações orçamentárias líquidas, receita orçamentária líquida/obrigações orçamentárias de transações não financeiras), e vulnerabilidade (impostos e taxas/receitas orçamentárias, impostos e taxas/obrigações do orçamento líquido das despesas correntes).	-
Ritonga (2014)	Indonésia	Estadual	caixa + investimentos a curto prazo/passivo circulante, ativo circulante/passivo circulante, caixa/passivo circulante, receita total/despesa total, obrigações a longo prazo/ativos totais, obrigações a longo prazo/investimentos, investimentos/ativos totais, superávit ou déficit/população, ativos líquidos/ativos totais, total de impostos/população, receita total/população, total da despesa/população.	-
Vesco et al. (2014)	Brasil	Municipal	indicadores de receita, despesa, estrutura operacional e estrutura da dívida	-
Rusmin et al. (2014)	Indonésia	Municipal	índice de liquidez corrente, índice de endividamento, índice de serviços contínuos e relação entre a receita local e total	escopo da entidade, localização, data de posse, gênero, IDH e tamanho do governo local
Brusca et al. (2015)	Espanha e Itália	Municipal	dívida per capita, dívida sobre o PIB, dívida sobre as receitas operacionais, variação da dívida no ano per capita, serviço da dívida sobre as receitas operacionais, superávit ou déficit operacional per capita, superávit ou déficit operacional sobre as receitas operacionais, despesas operacionais sobre as receitas operacionais, superávit ou déficit operacional sobre pagamentos da dívida	tamanho da população, densidade da população, desemprego e o PIB
Souza et al. (2015)	Brasil	Municipal	receita per capita, participação de receitas próprias, operacionalização de receitas e despesas totais, operacionalização de investimento, dívida consolidada, dívida a curto prazo e necessidade de recursos	-
Usang e Salim (2016)	Nigéria	Municipal	saldo fiscal, desempenho financeiro, receita própria e solvência orçamentária.	-

Rodríguez-Bolívar et al. (2016)	União Europeia	Estados	-	tamanho da população tamanho, densidade populacional, população com idade acima de 65 anos, população com idade inferior a 16 anos, taxa de desemprego, população imigrante, nível de escolaridade da população, resultados orçamentários per capita, PIB per capita, atividade turística, e concentração firme.
Hasthoro et al. (2016)	Indonésia	Municipal	solvência de curto prazo (caixa e equivalente de caixa + investimentos a curto prazo/passivo circulante) e a flexibilidade financeira (receita total – fundo de alocação especial – despesa com pessoal/total do passivo)	idade do governo local.
Alam et al. (2017)	Bangladesh	Municipal	posição de caixa (caixa + investimentos a curto prazo/passivo circulante), liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante), liquidez imediata (caixa/passivo circulante), posição operacional (receita total/despesa total; receita total/despesa com pessoal), obrigações a longo prazo (obrigações a longo prazo/ativos totais; obrigações a longo prazo/população), ativo total per capita (total do ativo/população), despesa de capital per capita (total das despesas de capital/população), despesa total per capita (total da despesa/população)	-
Natrini e Ritonga (2017)	Indonésia	Municipal	receita total/população, receita de fonte própria/receita total, despesa operacional/total da despesa, receita total/total das despesas, caixa/obrigações a curto prazo, obrigações a curto prazo/receitas de impostos, despesas com juros/receita total, dívida a longo prazo/população.	-
Bisogno et al. (2018)	Itália	Municipal	autonomia financeira, equilíbrio atual, endividamento, investimento	densidade populacional, desemprego, PIB e população idosa (acima de 65 anos).
Zawora (2018)	Polônia	Municipal	renda per capita, participação do superávit operacional no resultado total, independência financeira, participação das despesas imobiliárias na despesa total, participação do passivo total no resultado total, e ônus da gestão da dívida na receita total.	-
Alam et al. (2018)	Bangladesh	Municipal	capacidade de receita	densidade populacional, suscetibilidade a desastres, tamanho da população.

Nota. Fonte: O autor (2019).

Deste modo, observa-se, a partir da literatura anterior, a lacuna nas pesquisas sobre os fatores da condição financeira que aborde o caso da migração nos municípios brasileiros. Sendo assim, este estudo busca contribuir com a literatura sobre o tema, identificando as principais variáveis financeiras-orçamentárias que determinam a migração interna e, além disso, o suporte teórico da Teoria da Condição Financeira que auxiliará na construção dessas hipóteses e na discussão dos principais resultados, o que até então não foi identificado para o caso brasileiro.

2.4 Hipóteses Orientadoras e Modelo Teórico da Pesquisa

Nesta seção será descrita toda a argumentação necessária, com base na literatura anterior e nos argumentos teóricos, para a construção das hipóteses e do desenvolvimento dessa pesquisa. Ao final, elaborou-se um modelo teórico relacionando as hipóteses orientadoras construídas com base na literatura existente.

2.4.1 Fatores Financeiros-Orçamentários

Os indicadores financeiros e orçamentários são importantes para a avaliação das administrações públicas e municipais (Trevisan, Lobler, Visentini, Coelho, & Grabner, 2009). Para Caldas (2006) esses indicadores são instrumentos importantes para o controle da gestão pública, bem como da sua eficiência e eficácia administrativa, pois permitem comparar situações entre municípios ou entre diferentes períodos de um mesmo município.

Apesar de não existirem estudos que mostrem a relação entre os fatores financeiros-orçamentários e a migração interna, sob a ótica da Hipótese de Tiebout, essa pesquisa busca testar os indicadores de solvência financeira utilizados para medir a condição financeira (Wang et al., 2007), adotando como referência as quatro dimensões de solvência financeira apresentadas por Groves e Valente (2003): solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços. Essas dimensões com os seus indicadores de liquidez corrente, posição operacional, obrigações de longo prazo, e de gastos per capita, serão utilizadas para a construção das hipóteses desta pesquisa.

A primeira variável analisada nesse contexto é o indicador de liquidez corrente, que demonstra a capacidade do governo local para cumprir suas obrigações que vencem dentro de 30 a 60 dias (Groves & Valente, 2003). Portanto, para o cálculo da solvência de curto prazo, tem-se como numerador do índice a receita corrente do governo local e como denominador o seu passivo circulante. Um valor maior nesses índices indica que uma quantidade maior de ativos especificados está disponível para cobrir os passivos atuais e, portanto, um nível mais alto de solvência de curto prazo (Wang et al., 2007; Ritonga, 2014).

Lima e Diniz (2016) afirmam que a condição financeira a curto prazo depende dos recursos internos disponíveis, bem como da capacidade do governo de produzir esses recursos para atender as obrigações financeiras imediatas. Os autores enfatizam que a medida mais conhecida do nível de recursos internos de uma organização pública é representada pelo superávit financeiro, que é obtido pela diferença entre o montante dos recursos que o governo dispõe e o montante dos recursos que o governo deve a terceiros, ou seja, a diferença entre ativos e passivos financeiros.

Por outro lado, valores muito altos do índice de liquidez corrente indicam que um governo local possui ativos circulantes excessivos, isto é, capacidade ociosa, que poderiam ser usados para fornecer serviços à comunidade (Ritonga, 2014). Importante salientar que os governos que apresentam essa característica de solvência a curto prazo, apresentam alto nível de estresse fiscal com o objetivo de quitar suas obrigações a curto prazo (Hendrick, 2004).

Dessa forma, quanto maior o recurso interno mantido pelo governo (solvência de caixa), maior a sua condição financeira a curto prazo. Porém, se esses recursos estão ociosos ou empregados inadequadamente, isso significa que a gestão financeira é ineficiente (Lima & Diniz, 2016). Diante disso, é possível formular a hipótese 1:

H1 – O indicador de liquidez corrente exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Outra variável utilizada é a solvência orçamentária, representada nesse estudo pelo indicador de posição operacional, que demonstra a capacidade do governo local em gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit (Groves & Valente, 2003). Assim, esse indicador deve mostrar um equilíbrio entre as receitas operacionais (numerador) e as despesas operacionais (denominador) durante o período financeiro (Ritonga, 2014).

O indicador de posição operacional é calculado por meio da razão entre as receitas operacionais totais e despesas operacionais totais. Isso implica dizer que um valor maior para essas proporções indica uma maior solvência orçamentária (Wang et al., 2007). Porém, quando esse quociente apresentar um valor muito alto, pode ser prejudicial, pois representa um ganho econômico da entidade governamental à custa de um prejuízo social, e se for um valor muito baixo, provoca um aumento do endividamento público, podendo prejudicar os serviços ofertados a população no futuro. Logo, deve-se buscar um equilíbrio orçamentário para que se tenha uma situação satisfatória (Trevisan et al., 2009).

Lima e Diniz (2016) afirmam que quando o resultado de execução apresenta superávit, fica caracterizado que houve sobra de recursos. Esse resultado decorre pelo fato do superávit fazer parte de um planejamento de longo prazo com o objetivo de gerar recursos internos para enfrentar contingências financeiras no futuro. Porém, para os autores, se o superávit de execução for desfavorável (déficit), a entidade não está atendendo as demandas da população, ou a carga tributária é elevada.

Não foram encontrados estudos que relacionem diretamente o indicador de posição operacional com a migração interna. Porém, pelo fato do resultado orçamentário estar relacionado com o superávit ou déficit da execução orçamentária, buscou-se pesquisas que apresentam a variável “superávit” como determinantes desses movimentos.

Kallandranis e Karidis (2014), identificaram que a variável superávit fiscal, definida pela razão entre a receita tributária total e os gastos totais, apresentou influência positiva e significativa em relação aos movimentos migratórios dos estados da União Europeia. Os autores concluíram que os migrantes em processo de escolha de um país de destino, preferem um destino mais barato que lhes proporcionem um superávit fiscal mais alto. Dessa forma, propõe-se a hipótese 2:

H2 – O indicador de posição operacional, exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Outra variável utilizada nessa pesquisa é a solvência a longo prazo, representada pelo indicador de obrigações a longo prazo, que se refere a capacidade do governo em pagar, a longo prazo, todos os custos operacionais, incluindo os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas (Groves & Valente, 2003).

Para esse estudo foram utilizados os passivos de longo prazo como numerador, e os ativos totais como denominador, fins atender ao modelo de solvência a longo prazo definidos por Groves e Valente (2003) e Wang et al. (2007). Esse modelo demonstra que uma razão maior no quociente de passivos de longo prazo, ou passivos de longo prazo per capita, indica um nível mais baixo de solvência de longo prazo (Wang et. al., 2007).

Por outro lado, Mauss (2012), traz uma interpretação desse indicador relacionando quanto cada valor do ativo foi realizado com dívida ao longo dos anos. Para o autor, uma queda nesse indicador é melhor para o município, pois é resultado da política pública de realizar investimentos em ativos com capital próprio (receitas correntes), o que faz aumentar os ativos, sem a necessidade de buscar mais dívidas.

Sendo assim, no entendimento de Mauss (2012) e pelo fato de não ter encontrado estudos que relacionem o indicador de obrigações a longo prazo com os movimentos migratórios, buscou-se relacionar esse indicador com os estudos que envolvem investimentos com bens públicos realizados pelos governos locais ou centrais, ou seja, quanto mais investimentos, mais se utiliza capital de terceiros a longo prazo, e maior é seu endividamento.

No estudo de Bao et al. (2014), os resultados mostram que os impactos dos bens públicos relacionados aos gastos com infraestrutura na migração são positivos e significativos mais nas províncias centrais do que em províncias orientais e ocidentais, devido ao atual padrão de desenvolvimento desequilibrado. Por outro lado, os achados de Palavicini-Corona (2014), não apresentaram significância entre as despesas per capita em obras públicas e ações sociais dos municípios mexicanos.

Levando em consideração a relação de que as despesas com investimentos produzem um maior endividamento proporcionado pelo aumento das obrigações a longo prazo, e que isso venha comprometer a saúde financeira desses municípios, bem como a divergência dos estudos que envolvem investimentos apresentarem relação positiva e significativa, ou até mesmo insignificante sobre a migração e, além disso, a argumentação teórica remeter a uma influência negativa nesse tipo de relação, é possível construir a hipótese 3.

H3 – O indicador de obrigações a longo prazo exerce influência negativa sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Outra variável que necessita de análise é a solvência em nível de serviço, representada pelo indicador de gastos per capita, que é a capacidade dos governos locais em fornecer e manter a qualidade dos serviços públicos necessários e desejados pela comunidade (Groves &

Valente, 2003). A análise desse indicador mostra as mudanças ocorridas no nível dos gastos em relação às mudanças no tamanho da população (Lima & Diniz, 2016).

A solvência no nível de Serviço, segundo Wang et al. (2007), é definida pelos indicadores de impostos per capita, receitas per capita e despesas per capita que são usados para medir a capacidade de uma organização de pagar e sustentar os níveis de serviço existentes. O autor afirma que os impostos per capita e as receitas per capita avaliam a carga tributária imposta aos residentes, enquanto as despesas per capita são uma indicação do custo dos serviços. Para Ritonga (2014), a relação entre a despesa total e a população proposta por Wang et al. (2007) indica qual o custo que um governo local incorre para atender cada morador, e quanto mais altos os valores deste indicador, mais serviços e bens (quantidade ou qualidade) o governo local está fornecendo à comunidade.

Estudos apresentaram influência significativa e positiva das despesas per capita em relação aos movimentos migratórios (Reschovsky, 1979; Islam & Rafiquzzaman, 1991; Bao et al., 2014; Barros & Serafim, 2016). Diante disso, tem-se a hipótese 4:

H4 – O indicador de gastos per capita, exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

2.4.2 Fatores Socioeconômicos

A literatura tem revelado que aspectos ambientais e organizacionais também exercem influência significativa nesse processo de mensuração para contemplar variáveis que representam a criação de demandas, a geração de recursos e a capacidade dos governantes em desenvolver políticas para adaptar-se ao contexto em que estão operando (Groves & Valente, 2003).

A condição financeira dos governos não é determinada apenas pelo estado financeiro da organização, mas também por fatores sociais, econômicos e demográficos que exercem pressões por gastos públicos e/ou proporcionam a base para a exploração de receitas. Esses indicadores socioeconômicos são construídos com variáveis econômicas e sociais que, direta ou indiretamente, medem diferentes tipos de necessidades, como população com baixa renda, condições paupérrimas de moradia, altos índices de mortalidade infantil, altos índices de analfabetismo etc. (Lima & Diniz, 2016).

Van der Gaag e Wissen (2003 como citado em Etzo, 2008) apresentam quatro categorias socioeconômicas que determinam o fluxo migratório: (1) variáveis de gravidade (tamanho e distância da população); (2) variáveis econômicas (emprego, renda, PIB per capita, aluguel); (3) variáveis do mercado de trabalho (taxa de desemprego); (4) variáveis ambientais que estão relacionadas aos fatores que afetam a qualidade de vida (segurança pública, serviços sociais, qualidade ambiental, política, entre outros).

Quanto a variável população, que é medida pelo número de habitantes de determinado município, Groves e Valente (2003) enfatizam que um aumento nessa variável proporciona aumento da base da receita, mas por outro lado cria pressões imediatas por novos gastos de capital e por acréscimo no nível de serviços correntes. Porém, uma redução no tamanho da população pode ocasionar redução na base da receita, mas nem todos os custos são reduzidos devido à estrutura fixa de gastos existentes.

Estudos de Bao et al. (2014) verificaram que a população das regiões emigrantes e imigrantes exercem influência significativa e positiva sobre os movimentos migratórios ocorridos na China. Outros estudos apresentaram a variável densidade populacional para relacionar com os movimentos migratórios, ao apresentar influência significativa positiva (Barros & Serafim, 2016), ou negativa (Cebula et al., 2014; Palavicini-Corona, 2014). Dessa forma, é possível construir a hipótese 5:

H5 – O número de habitantes dos municípios exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Outro fator socioeconômico que necessita de análise é o índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM). Segundo Nova (2006), esse índice é importante porque associa indicadores de renda per capita, de educação e longevidade, e que permite capturar melhor a satisfação do bem-estar percebido pelas pessoas. Dessa forma, são índices que buscam analisar o desenvolvimento humano dos municípios, abrangendo aspectos de qualidade de vida, educação e renda (Mattei, Bezerra, & Mello, 2018).

Levando em consideração que o IDHM está relacionado ao bem-estar social, bem como aos fatores de qualidade de vida, alguns estudos internacionais, comprovaram que a renda per capita (Cebula, 1974; Cebula & Belton, 1994; Cebula, 2009; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula et al., 2014; Biagetti & Guarini, 2014; Cebula, 2014; Palavicini-Corona, 2014), a educação (Reschovsky, 1979; Kallandranis & Karidis, 2014), e o bem-estar para a raça branca nos Estados Unidos (Cebula, 1974), exercem influência positiva e

significativa sobre os movimentos migratórios, ou seja, são fatores de atração da migração interna nos municípios paranaenses.

Por outro lado, Palavicini-Corona (2014) considerou em sua pesquisa sobre a ocorrência da Hipótese Tiebout nos municípios mexicanos que quanto maior o índice de desenvolvimento humano dos seus municípios (educação, saúde e padrão de vida), menor o fluxo de imigrantes. Sendo assim, tem-se a hipótese 6.

H6 – O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

O Produto Interno Bruto per capita Municipal representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado município. Lima & Diniz (2016) afirmam que estudos sobre a capacidade econômica dos governos frequentemente utilizam o PIB como variável do potencial de recursos de uma comunidade, pois quanto maior o PIB de uma região, maior será a capacidade do governo em obter receitas de impostos.

Bao et al. (2014) analisaram a influência do PIB dos municípios chineses em relação aos seus movimentos migratórios, e Barros e Serafim (2016), analisou a mesma variável para os municípios angolanos, tendo encontrado relação positiva e significativa para a variável taxa líquida migratória para ambos os casos, o que permitiu comprovar a Hipótese de Tiebout (1956) nessas localidades. Diante desse fato, tem-se a hipótese 7:

H7 – O Produto Interno Bruto dos Municípios per capita exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Outra variável é o índice FIRJAN de desenvolvimento de emprego e renda, que calcula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base duas dimensões: emprego – que avalia a capacidade de geração de emprego formal e o nível de absorção da mão de obra local – e renda – que acompanha a geração e sua distribuição no mercado de trabalho do município (FIRJAN, 2018).

Estudos comprovaram influência das variáveis emprego e renda sobre a migração (Cebula, 2009; Cebula & Nair-Reichert, 2011). Por sua vez, Harris e Todaro (1970), confirmam essa hipótese ao investigar que os indivíduos da África Tropical migram de uma região para outra quando o território de destino está mais adiantado no mercado de trabalho em termos de níveis salariais e condições de trabalho. Outros estudos apresentaram somente a

variável renda familiar como influência positiva e significativa sobre os movimentos migratórios (Cebula, 1974; Cebula & Belton, 1994; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula et al., 2014; Biagetti & Guarini, 2014; Cebula, 2014; Palavicini-Corona, 2014). Esses achados, corroborados com a literatura, permitem elaborar a hipótese 8:

H8 – O índice FIRJAN de desenvolvimento de emprego e renda municipal exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

O índice FIRJAN de desenvolvimento da educação municipal é composto por seis indicadores: atendimento à Educação Infantil, abandono no Ensino Fundamental, distorção idade-série do Ensino Fundamental, docentes com Ensino Superior no Ensino Fundamental, média de horas-aula diária no Ensino Fundamental e nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (FIRJAN, 2018).

Kallandranis e Karidis (2014), ao examinarem a proposta de Tiebout de “votar com os próprios pés”, no contexto da União Europeia, mostraram que a educação tem efeito sobre o processo migratório. O estudo de Reschovsky (1979) também apresentou uma variação positiva e significativa da qualidade da escola pública nos municípios dos EUA com os movimentos migratórios naquele país. Estudos também apresentaram variação positiva nos gastos com a educação, sob o aspecto da política fiscal, que também são importantes para testar a Hipótese de Tiebout (Cebula, 2009; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula & Clark, 2013; Bao et al., 2014). Esses resultados permitem definir a hipótese 9:

H9 – O índice FIRJAN de desenvolvimento educacional municipal exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

O índice FIRJAN de desenvolvimento de saúde tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica (FIRJAN, 2018).

Cebula e Clark (2013), ao investigar a ocorrência Hipótese de Tiebout nos EUA, chegaram à conclusão de que certos cidadãos podem ser atraídos por estados que oferecem níveis mais altos de benefícios do Medicaid (programa de saúde social dos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda e recursos limitados). Bao et al. (2014), por sua vez, investigaram se o mecanismo de “votação com pés”, sugerido pelo modelo Tiebout, funciona

na China, concluindo que os gastos com cultura, educação e saúde têm um impacto maior sobre a migração. Diante disso, tem-se a hipótese 10:

H10 – O índice FIRJAN de desenvolvimento da saúde municipal exerce influência positiva sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

As hipóteses ficam mais compreensíveis na ilustração apresentada na Figura 4, que demonstra de forma direta as possíveis relações que podem ocorrer entre essas variáveis.

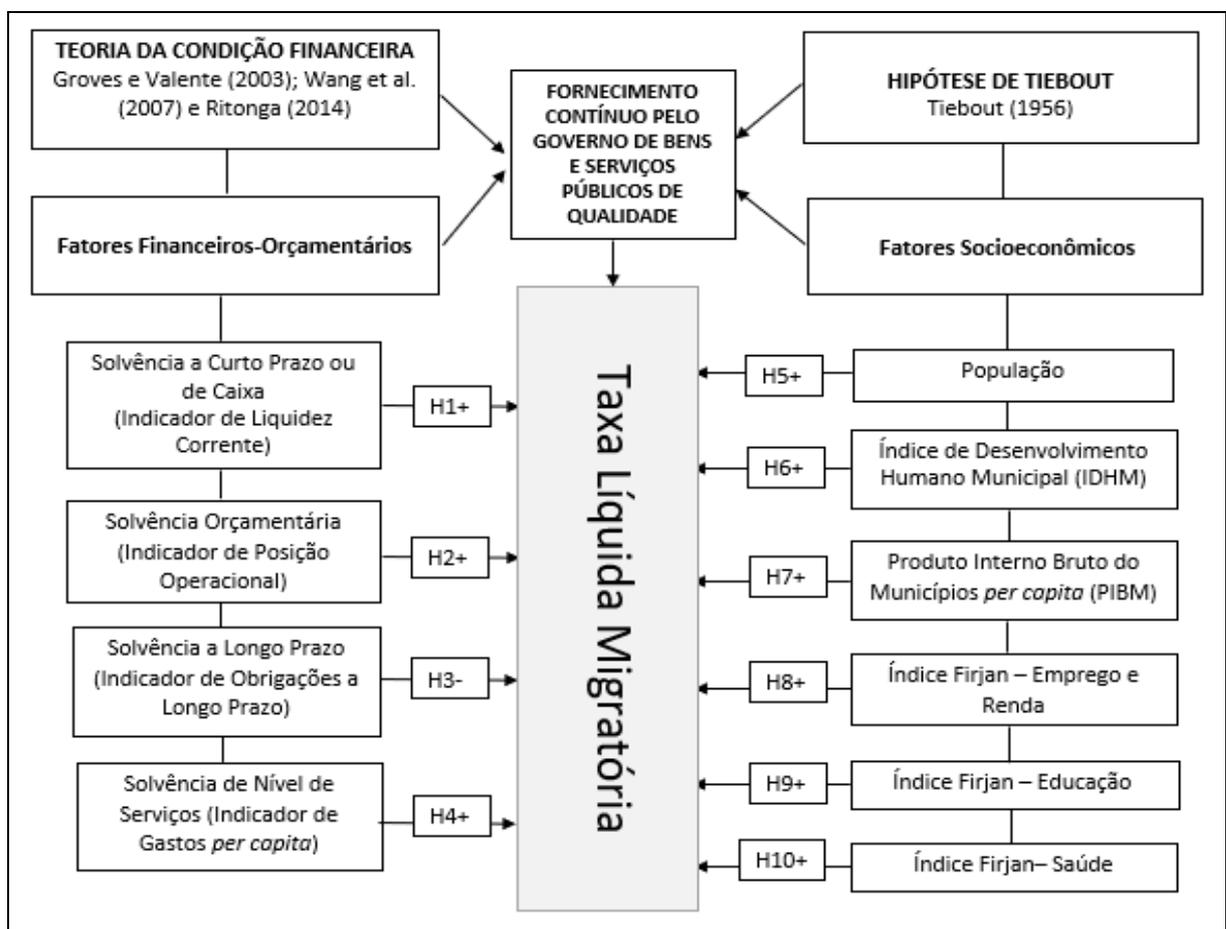


Figura 4. Modelo Teórico das Hipóteses de Pesquisa.
Fonte: O Autor (2019).

O modelo acima permite explorar a Teoria da Condição Financeira e a Hipótese de Tiebout sobre a taxa líquida migratória intermunicipal, sendo que ainda não se encontrou um estudo que aborde a migração interna municipal aliado a uma discussão teórica e empírica adequada aos estudos nacionais e internacionais mais recentes que envolvam essas duas abordagens.

3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta seção apresenta o delineamento metodológico adotado no desenvolvimento dessa pesquisa, abrangendo o delineamento da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise de dados e as limitações desse estudo.

3.1 Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa se classifica quanto ao objetivo como descritiva pois, de acordo com Silva (2010), têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as suas variáveis. Justifica-se o uso dessa característica de pesquisa pelo fato de estar relacionada ao modelo escolhido, pois seus dados serão coletados por meio eletrônico e formatados para análise com a utilização de um software específico.

Quanto aos procedimentos ela será documental com fonte de dados secundários (Richardson, 2017), pois irá trabalhar com dados obtidos por meio dos relatórios contábeis do TCE-PR, planilha de microdados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), Sistema FIRJAN e Atlas do Desenvolvimento Humano.

A pesquisa quanto à abordagem do problema, é caracterizada como quantitativa, pois, segundo Silva (2010), esse método quantitativo além de empregar recursos e técnicas estatísticas, também é utilizada no desenvolvimento de investigações descritivas, pois as mesmas procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos causa e efeito.

3.2 Procedimentos de Coleta dos Dados

O objeto e a população dessa pesquisa consistem nos 399 municípios paranaenses, visto a acessibilidade da taxa líquida migratória, dos dados financeiros-orçamentários e socioeconômicos. Porém, devido a alguns dados faltantes em uma ou mais variáveis utilizadas, bem como, algumas inconsistências em dados disponibilizados pelos municípios, reduziu-se para uma amostra de 366 municípios, o que somou um total de 1.830 observações para cada variável.

Os 33 municípios que foram excluídos por dados faltantes e/ou inconsistência nos dados foram: Abatiá, Adrianópolis, Araucária, Barracão, Boa Vista da Aparecida, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Colorado, Coronel Domingos Soares, Esperança Nova, Foz do Iguaçu, Guairaçá, Guaraqueçaba, Imbaú, Inajá, Itapejara D'Oeste, Jaguariaíva, Mamborê, Mandaguari, Nova América da Colina, Paranaguá, Paulo Freitas, Pérola D'Oeste, Piraí do Sul, Presidente Castelo Branco, Renascença, Reserva do Iguaçu, Rio Bom, São Jerônimo da Serra, São Pedro do Paraná, Tomazina e Três Barras do Paraná.

Para tanto, delimitou-se o período de 2013 a 2017, já que se trata do período em que se tem disponível os dados necessários para todas as variáveis deste estudo. Acredita-se que o número de observações foi suficiente para estimar as relações esperadas.

A variável dependente dessa pesquisa é a taxa líquida migratória, cujos dados foram coletados do site do IPARDES (www.ipardes.gov.br), com base no último censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. As variáveis independentes financeiras-orçamentárias foram coletadas exclusivamente do site do TCE-PR.

As variáveis socioeconômicas referentes à população e PIBM per capita, foram coletadas do site do IBGE sendo mensuradas pelo próprio órgão e disponíveis no seu site (www.censo2010.ibge.gov.br). O IDHM foi coletado do site Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (www.atlasbrasil.org.br). Também foram coletados os índices FIRJAN (www.firjan.com.br/ifdm), para a avaliação do nível de desenvolvimento do emprego e renda, educação e saúde dos municípios analisados.

A variável dependente e as independentes estão evidenciadas na Tabela 6, a qual identifica a classificação, descrição e relação esperada de acordo com a literatura.

Tabela 6

Descrição das Variáveis de Pesquisa

Variáveis	Descrição e Mensuração	Fonte / Ano Base	Autor(es)	Relação Esperada
VARIÁVEL DEPENDENTE				
MIGRAÇÃO				
Taxa Líquida Migratória (TLM)	Quociente entre o saldo migratório e a população do período $TLM = [(entradas - saídas) / população]$	IBGE/ IPARDES	IBGE; Harris e Todaro (1970); Biagetti e Guarini (2014)	
VARIÁVEIS INDEPENDENTES				
FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS				
Solvência de Caixa				
Indicador de Liquidez Corrente (ILC)	Ativos de curto prazo/obrigações de curto prazo (quanto maior, melhor)	TCE-PR	Groves e Valente (2003); Wang et al. (2007); Ritonga (2014)	+

Solvência Orçamentária				
Indicador de Posição Operacional (IPO)	Receita Total / Despesa Total (quanto maior, melhor)	TCE-PR	Groves e Valente (2003); Wang et al. (2007); Ritonga (2014)	+
Solvência de Longo Prazo				
Indicador de Obrigações de Longo Prazo (IOLP)	Obrigações de Longo Prazo / Ativos Totais (quanto maior, pior)	TCE-PR	Groves e Valente (2003); Wang et al. (2007); Ritonga (2014)	-
Solvência do Nível de Serviços				
Indicador de Gastos Per Capita (IGPC)	Total dos Gastos / População (quanto maior, melhor)	TCE-PR	Groves e Valente (2003); Wang et al. (2007); Ritonga (2014)	+
FATORES SOCIOECONÔMICOS				
População (POP)	Número de habitantes de determinado município.	IBGE 2010	IBGE	+
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	Índice de Desenvolvimento Humano de cada município.	IBGE/Atlas Brasil	IBGE	+
PIB per capita (PIBM_PER CAPITA)	Produto Interno Bruto do município, em reais, dividido pelo número de seus moradores.	IGBE 2010	IBGE	+
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Emprego & Renda (IFDM_EMPR_REND)	Índice que calcula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base o emprego e a renda.	FIRJAN 2016	FIRJAN	+
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM_EDU)	Índice que calcula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base a educação.	FIRJAN 2016	FIRJAN	+
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM_SAU)	Índice que calcula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base a saúde.	FIRJAN 2016	FIRJAN	+

Nota. Fonte: O Autor (2019).

A variável dependente que representa o fenômeno migratório será a taxa líquida migratória (TLM), calculada pelo quociente entre as trocas líquidas migratórias (imigrantes-emigrantes) de data fixa e a população observada no final do período. Entende-se por migrante de data fixa aquele indivíduo que morava em locais distintos em duas datas prefixadas, ou seja, cinco dias antes e no dia da pesquisa do censo (IBGE, 2010). Uma taxa líquida migratória positiva indica que mais migrantes entraram no município do que o deixaram, enquanto uma taxa negativa indica que mais migrantes saíram do que entraram. Optou-se pela utilização desse indicador pois representa estatisticamente a realidade migratória de cada município paranaense.

Como os dados de migração são referentes ao último Censo Demográfico 2010 (migração em uma data fixa), e pelo fato de não existir dados projetados para migração, o IBGE (2018) em sua publicação que disponibiliza aos usuários a metodologia empregada na elaboração das Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação, orienta por meio do método direto que seja reduzida de forma gradativa, no patamar de 30%, até o horizonte das projeções (2010-2030), o número de pessoas envolvidas nos deslocamentos interestaduais, ou seja, redução atribuídas ao saldo migratório de entradas e saídas. Sendo assim, os dados de migração (imigrantes e emigrantes) dessa pesquisa foram atualizados com a utilização desse percentual para fins de obtenção da taxa líquida migratória para os municípios paranaenses, nos períodos de 2013 a 2017.

As variáveis independentes são referentes aos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos. Estudos anteriores abordaram apenas os determinantes da migração com base nos fatores socioeconômicos dos governos locais, estaduais ou federais, sem levar em consideração os fatores financeiros-orçamentários. Entretanto, até o momento, não existe estudo que buscou relacionar todas essas variáveis com a migração interna municipal.

As quatro variáveis financeiras-orçamentárias foram retiradas dos onze indicadores de medição financeira propostos por Wang et al. (2007), por se fundamentar no relacionamento estabelecido entre condição financeira e socioeconômica. Essas variáveis fazem parte das quatro dimensões de solvência apresentadas por Groves e Valente (2003), utilizadas para medir a condição financeira: solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência do nível de serviços. A escolha dessas variáveis foi feita a partir do conhecimento de aspectos identificados como relevantes no diagnóstico financeiro e fiscal municipal brasileiro (Platt Neto, 2003).

A dimensão solvência de caixa é representada pela variável ILC que demonstra a capacidade do governo em gerar recursos suficientes para cumprir com suas obrigações a curto prazo. A dimensão solvência orçamentária apresenta como variável o IPO, que demonstra se o governo tem a capacidade de gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, sem gerar déficit. A variável IOLP, que faz parte da dimensão de solvência de longo prazo, consiste na capacidade do governo em pagar, no longo prazo, todos os custos operacionais e gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas. Por fim, a variável IGPC, referente à solvência de nível de serviços, que está relacionada à capacidade do governo em proporcionar saúde, segurança e bem-estar à comunidade (Groves & Valente, 2003).

As variáveis socioeconômicas são mais comuns em estudos que envolvem migração pelo fato de serem fatores que proporcionam a imigração (atração) ou emigração (repulsão) de seus habitantes. Para tanto, foi definida para essa pesquisa a variável POP que representa a quantidade de habitantes de um município. A variável IDHM representa o grau de desenvolvimento humano dos municípios, tendo como base a longevidade (esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil), educação (escolaridade e frequência escolar) e renda (renda domiciliar per capita). A variável PIBM_PER CAPITA representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado município. As variáveis IFDM_EMPR_REND, IFDM_EDU, IFDM_SAU, representam índices calculados pelo sistema FIRJAN que demonstram o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base o emprego e renda, educação e saúde, respectivamente.

Todos os dados das variáveis foram organizados em planilha do Microsoft Excel, onde foram procedidas a realização de cálculo para a formação dos respectivos indicadores financeiros-orçamentários, conforme as fórmulas evidenciadas na Tabela 6, bem como, foram lançados os indicadores socioeconômicos que já estavam disponíveis nos referidos portais de acesso.

Foram necessárias algumas projeções para as variáveis socioeconômicas, em virtude de alguns dados faltantes para o período analisado de 2013 a 2017. A variável IDHM, por exemplo, apresentou dados somente do último censo de 2010, sendo necessário realizar uma projeção com base na mediana, calculando-se a diferença das décadas que tinham informação dos últimos censos (1991-2000-2010), sendo, logo após, esses valores divididos por 10, e aplicados anualmente no período projetado (2011 a 2017). Quanto as variáveis PIBM_PER CAPITA, IFDM_EMPR_REND, IFDM_EDU, IFDM_SAU, estas apresentaram dados somente no período de 2013 a 2016, sendo necessária a realização de projeção com base na mediana dos anos existentes, para o ano de 2017.

3.3 Procedimentos e Análise de Dados

Para verificar a influência das variáveis independentes sobre a taxa líquida migratória, utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel, já que mescla os dados cross-section e de série temporal (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009). A taxa líquida migratória foi colocada em função das variáveis referentes aos fatores financeiros-orçamentários (solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência a longo prazo e

solvência do nível de serviços), e dos fatores socioeconômicos (população, IDHM, PIB per capita, emprego, renda, educação e saúde).

Diante disso, foram desenvolvidas três equações principais, em que as duas primeiras representam os modelos matemáticos relacionados aos grupos de variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas, e a terceira equação que evidencia todas essas variáveis em conjunto, todas expostas, a seguir, nas Equações 1, 2 e 3.

Equação 1:

$$TLM_{it} = \beta_i + \beta_1 ILC_{it} + \beta_2 IPO_{IT} + \beta_3 IOLP_{it} + \beta_4 IGPC_{it} + e_{it...}$$

Equação 2:

$$TLM_{it} = \beta_i + \beta_1 POP_{it} + \beta_2 IDHM_{IT} + \beta_3 PIBM_{it} + \beta_4 EMPR_REND_{it} + \beta_5 EDU_{it} + \beta_6 SAU_{it} + e_{it...}$$

Equação 3:

$$TLM_{it} = \beta_i + \beta_1 ILC_{it} + \beta_2 IPO_{IT} + \beta_3 IOLP_{it} + \beta_4 IGPC_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 IDHM_{IT} + \beta_7 PIBM_{it} + \beta_8 EMPR_REND_{it} + \beta_9 EDU_{it} + \beta_{10} SAU_{it} + e_{it...}$$

Em que:

β – é a constante do modelo;

TLM – taxa líquida migratória;

ILC – indicador de liquidez corrente;

IPO – indicador de posição orçamentária;

IOLP – indicador de obrigações a longo prazo;

IGPC – indicador de gastos per capita;

POP – tamanho da população;

IDHM – índice de desenvolvimento humano do município;

PIBM – produto interno bruto do município;

EMPR_REND – índice FIRJAN de emprego e renda;

EDU – índice FIRJAN de desenvolvimento municipal de educação;

SAU – índice FIRJAN de desenvolvimento municipal da saúde;

e – é o termo de erro.

Por meio desse modelo econométrico é possível observar e analisar a determinação da variável taxa líquida migratória em função das variáveis independentes, contribuindo para a análise dos resultados.

Para realizar a tabulação e organização dos dados da pesquisa, utilizou-se do Office Excel®. Porém, para realizar a estatística descritiva e regressão, utilizou-se o software estatístico SPSS® e Stata®.

Realizada a estimação do modelo, procedeu com a verificação da significância dos parâmetros pela estatística t e a significância do modelo pela estatística F. Os pressupostos da regressão linear múltipla foram avaliados pelos testes de autocorrelação (Durbin-Watson), testes de heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg e White) e verificando a existência de multicolinearidade entre as variáveis pelo teste Variance Inflation Factor (VIF).

Feita a análise e com base nos resultados obtidos foi possível verificar os achados de acordo com a Teoria da Condição Financeira e a Hipótese de Tiebout, possibilitando, assim, as devidas conclusões de acordo com os pressupostos dessas teorias.

3.4 Limitações dos Métodos e Técnicas de Pesquisa

Essa pesquisa se limitou apenas aos municípios paranaenses sendo necessária uma pesquisa mais ampla que venha abranger os estados brasileiros, pois a hipótese de Tiebout foi pensada no contexto dos estados americanos por apresentarem uma maior autonomia e flexibilidade em relação à sua gestão administrativa e tributária. Os municípios brasileiros, por sua vez, possuem pouca flexibilidade para atrair a migração, devido à sua dependência das políticas públicas do governo estadual e federal.

É importante observar pois, ainda que se tenha 399 municípios no Paraná, a amostra é limitada a disponibilidade de dados envolvidos para o cálculo e/ou organização das variáveis independentes, o que reduziu a amostra a 366 municípios. O período da amostra ficou compreendido nos anos de 2013 a 2017 pela disponibilidade dos dados em apenas uma base de dados (TCE-PR), e pela confiabilidade que esses dados trazem por serem todos de uma mesma base.

Outra limitação se refere ao uso das variáveis independentes que foram selecionadas por meio dos indicadores financeiros-orçamentários e socioeconômicos utilizados em estudos anteriores, podendo ser ampliadas para outros tipos de variáveis, a fim de se testar as hipóteses. A pesquisa se restringiu aos testes que foram propostos, porém, não foi considerado um delay nas variáveis estudadas, sendo necessário para futuras pesquisas um delay de pelo menos um ano, a fim de trazer maior acuracidade aos modelos utilizados.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em vista o objetivo de analisar a influência das variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, desenvolveu-se a estatística descritiva e regressão linear múltipla com dados em painel. Os testes realizados foram utilizados para verificar se as relações esperadas e se as hipóteses de pesquisas se comprovam ou não.

4.1 Análise Descritiva

Dada a necessidade de visualizar sobre um panorama geral a situação da taxa líquida migratória em função das variáveis dessa pesquisa, realizou-se a Tabela 7, em que se demonstra os valores mínimo e máximo, média, desvio padrão, em relação à variável dependente.

Tabela 7
Estatística Descritiva da Variável Dependente

Variável Dependente	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
TLM	1.830	-15,11	14,74	-0,90	4,37

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Como se observa na Tabela 7, variável TLM varia entre o valor mínimo de -15,11 a 14,74, em que o valor máximo representa uma taxa de maior atração migratória nos municípios paranaenses, ao passo que o valor mínimo representa a taxa de maior repulsão migratória, conforme tabela proposta por Braga e Lima (2009).

Das 1.830 observações obtidas, percebe-se que a média da taxa líquida migratória para estes municípios é de -0,90, o que representa uma média de municípios com saldo neutro, ou seja, municípios que apresentam ao mesmo tempo rotatividade migratória e baixa migração, por possuírem taxa líquida migratória maior que 2% e menor que -2% (Braga & Lima, 2009). O desvio padrão é 4,37, o que mostra uma variação alta em torno da média, demonstrando que as taxas líquidas de migração variam, para mais e para menos, em torno de 44% em relação à média, demonstrando uma disparidade nas entradas e saídas migratórias entre os entes municipais.

Tendo analisado a variável dependente, faz-se necessária uma análise dos resultados das variáveis independentes, conforme demonstrando na Tabela 8, em que se apresentam os valores mínimo e máximo, média e desvio padrão.

Tabela 8
Estatística Descritiva das Variáveis Independentes

Variáveis Independentes	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ILC	1.830	0,17	124.075,22	246,11	4.885,87
IPO	1.830	0,76	1,56	1,02	0,06
IOLP	1.830	-1,21	2,96	0,10	0,19
IGPC	1.830	136,94	46.720,96	3.937,03	2.434,01
POP	1.830	7,24	14,46	9,30	1,05
IDHM	1.830	0,64	1,00	0,81	0,05
PIBM_PER CAPITA	1.830	8.634,03	202.810,80	25.739,79	13.372,86
IFDM_EMPR_REND	1.830	0,27	0,91	0,56	0,11
IFDM_EDU	1.830	0,59	1,00	0,80	0,06
IFDM_SAU	1.830	0,41	0,99	0,83	0,09

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Observa-se, quanto à variável ILC, que os municípios apresentam desempenho médio 246,11 de Liquidez Corrente, o que significa dizer que para cada R\$ 1,00 das obrigações de curto prazo, o município detêm R\$ 246,11 de ativos a curto prazo para cobrir essas obrigações e, com isso, demonstrando capacidade do governo em gerar recursos (caixa) suficiente para trinta ou sessenta dias (Lima & Diniz, 2016). Essa realidade também é bem distribuída, uma vez que existiram situações que este índice foi de 0,17, e situações que foi de 124.075,22, o que demonstra capacidade baixa ou capacidade alta, respectivamente, para cumprir com as obrigações de curto prazo a partir dos recursos disponíveis em seus ativos a curto prazo, fato comprovado pelo desvio padrão de 4.885,87.

Quanto à solvência operacional dos municípios pesquisados, observa-se que o IPO, avaliado pela relação entre a receita total e a despesa total, apresentou valor médio de 1,02, o que significa que, para cada R\$ 1,00 das despesas totais realizadas pelos municípios, tem-se, em média, R\$ 1,02 de receita total para fazer frente a esse tipo de gasto e, com isso, demonstrando que os governos locais tem capacidade de gerar receitas a fim de atender suas despesas, no seu período orçamentário normal, sem gerar déficit (Lima & Diniz, 2016). Em média, para os municípios paranaenses, essa situação não se mostra tão confortável, já que existe uma pequena folga de receita orçamentária. A amostra apresenta-se bem distribuída, uma vez que mostra valores mínimos de 0,76, o que significa situações em que a própria

despesa total já é superior as suas receitas, e valores máximos de 1,56, situação em que o município se apresenta com bastante folga em sua receita orçamentária arrecadada.

O IOLP, que representa capacidade do governo em pagar, no longo prazo, todos os seus custos operacionais e despesas que aparecerão somente nos anos em que deverão ser pagas, apresentou valor médio de 0,10, o que indica que as obrigações a longo prazo representam 10% dos seus ativos totais, sendo suficientes para cobri-los. A amostra se apresenta bem distribuída, uma vez que mostra valores mínimos de -1,21, o que significa situações em que as obrigações a longo prazo são bem inferiores aos seus ativos, e valores máximos de 2,96, situação em que o município se destaca com muitas obrigações a longo prazo comprometidas com seu ativo total.

Já no que se refere ao IGPC, também chamado de Solvência do Nível de Serviços, avaliado a partir da relação entre os gastos totais e a população, demonstrou o valor médio de R\$ 3.937,03 de gasto por habitante com os serviços essenciais à população (saúde, segurança e bem-estar). Esses gastos variam de R\$ 136,94 a R\$ 46.720,96, o que representa os valores mínimos e máximos, respectivamente, representando uma grande disparidade de gastos per capita entre os municípios, fato comprovado pelo desvio padrão de 2.434,01.

Entre as características socioeconômicas, observa-se que o valor médio, em logaritmo natural, da população dos municípios observados é de 9,30, o que representa, aproximadamente, 27.241 de habitantes por municípios, e que o município com menor nível populacional é de 7,24 (1.396 habitantes), e o maior de 14,46 (1.908.359 habitantes). O desvio padrão foi de 1,05.

Também se observa que o IDHM médio foi de 0,81, o que representa, segundo a classificação do IBGE, municípios com faixa de desenvolvimento humano “muito alto”, ao considerar as três dimensões que o compõem que são renda, longevidade e educação, tendo valores mínimos de 0,64 (médio) e máximo de 1,00 (muito alto).

O PIBM é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estados ou cidade, geralmente em um ano, e o PIBM per capita mede quanto caberia a cada indivíduo se todos recebessem essa riqueza gerada em partes iguais. Os municípios paranaenses apresentaram uma média de R\$ 25.739,79 por habitantes com um valor significativo de desvio padrão de 13.372,86, o que demonstra uma grande disparidade de valores no indicador entre os municípios, evidenciado na Tabela 8, pela comparação entre os valores mínimos e máximos.

O índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Emprego e Renda, apresentou um índice médio de 0,56, sendo considerado um desenvolvimento regular (0,4 e 0,6), com valor

mínimos de 0,27 e máximo de 0,91. Os níveis educacionais, mensurado pelo índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação, teve como índice médio o valor de 0,80, podendo ser considerado um desenvolvimento médio moderado (0,6 a 0,8), e apresentou municípios com índice de 0,59 e de 1,00, valores mínimos e máximos observados. Também foi observado que o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde, apresentou uma média de 0,83, sendo considerado municípios de alto estágio de desenvolvimento (0,8 e 1,0), com valores mínimo e máximo de 0,41 e 0,99, aproximadamente.

Observa-se que esses resultados não consideram a relação de dependência da variável taxa líquida migratória em função das variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas. Sendo assim, faz-se necessário verificar a influência das variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, por meio do Teste de Regressão, cujos resultados serão evidenciados na próxima seção.

4.2 Descrição dos Resultados

Tendo em vista a necessidade de verificar as hipóteses de pesquisa, foram realizados nesta seção os testes econométricos. Os resultados foram demonstrados de forma estratificada (Equação 1 e 2), isto é, realizando uma regressão linear múltipla com dados em painel para cada um dos grupos de variáveis, e, também, de forma agrupada (Equação 3), em que todas as variáveis são colocadas em conjunto, a fim de se verificar como a variação de todas elas impactam na variável dependente.

Portanto, de modo a testar a Equação 1, realizou-se um teste de regressão linear múltipla com dados em painel, de modo a verificar a influência das variáveis financeiras-orçamentárias sobre a taxa líquida migratória, o qual é apresentado na Tabela 9.

Tabela 9

A influência das variáveis financeiras-orçamentárias sobre a taxa líquida migratória

FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS									
EQUAÇÃO 1									
Prob>F	R²	DW	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0,0000	0,0258	1,918	1,00	0,2642	0,8668	0,0000	0,0000	-0,65	1.830

Variáveis Independentes	EFEITOS FIXOS							
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	VIF	Interv. Conf. 95%		
ILC	-.0000118	.0000103	-1.14	0.253	1,00	-.0000319	8.40e-06	
IPO	.9322334	1.576994	0.59	0.554	1,00	-2.16067	4.025136	
IOLP	-3.242975	.4888957	-6.63	0.000***	1,00	-4.201829	-2.284121	
IGPC	.0001155	.0000451	2.56	0.011***	1,00	.000027	.0002041	

CONS	-1.974086	1.621958	-1.22	0,224	-	5.155174	1.207002
-------------	-----------	----------	-------	-------	---	----------	----------

***Significância ao nível de até 1; ** Significância ao nível de até 5; *Significância ao nível de até 10

Legenda: Prob>F: significância do Modelo; R2: poder explicativo do modelo; DW: Durbin-Watson - auto correlação; Teste BP/CW: Breuch-Pagan/Cook-Weisberg - teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste White: teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste B e P: Breusch and Pagan – verificação da adequação da modelagem em painel; F de Chow: verificação da adequação da modelagem em painel; Teste Hausman: verificação da adequação da modelagem em painel.

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Os resultados dos testes de Breusch-Pagan, F de Chow e de Hausman, apresentados na Tabela 9, correspondente à Equação 1, indicaram que a modelagem apropriada para análise da amostra estudada com dados em painel é a de efeitos fixos, visto que o teste de Breusch-Pagan apresentou-se menor que 0,05, conseqüentemente, direcionou-se a verificação do teste de Hausman, que foi menor que 0,05, possibilitando a aceitação da modelagem de efeitos fixos (Fávero et al., 2009).

A modelagem utilizada a fim de verificar a influência das variáveis financeiras-orçamentárias sobre a taxa líquida migratória, mostra-se consistente, uma vez que o modelo composto por 1.830 observações se apresenta significativo ao nível de 1%. O R² que representa a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 2,58%, indicando um baixo poder explicativo.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que o Durbin-Watson é 1,918, dentro do limite aceitável (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não há problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste VIF ($1,00 < 10$), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero et al., 2009). O teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg (0,26) e o teste de White (0,87), não indicam que a amostra tenha problemas de heterocedasticidade nos resíduos.

Diante dos pressupostos verificados na Equação 1, procedeu-se com o teste das variáveis, e se observou que o indicador de obrigações a longo prazo (quanto menor, melhor; quanto maior, pior), determinante da solvência de longo prazo dos municípios, exerce influência negativa e significativa na taxa líquida migratória. Sendo assim, a variação positiva dessa variável provoca uma menor capacidade de pagamento dessas obrigações a longo prazo pelos municípios, impactando de forma negativa na migração interna, provocando uma repulsão migratória.

Por outro lado, observa-se uma influência positiva e significativa quando observada a variável que representa a solvência do nível de serviços (indicador de gastos per capita), uma vez que um maior gasto com a população (bens e serviços) tende a impactar de forma positiva a taxa líquida migratória, tornando esses municípios uma área de atração migratória. As variáveis Indicador de Liquidez Corrente e Indicador de Posição Operacional, apesar de

demonstrarem influência negativa e positiva, respectivamente, não demonstraram significância estatística aos níveis de 1%, 5% ou 10%, ou seja, o fato de os municípios apresentarem capacidade de gerar caixa para os seus pagamentos a curto prazo, bem como, gerar receita no seu período orçamentário normal a fim de atender suas despesas, não proporcionaram um impacto na variável dependente taxa líquida migratória.

Os resultados contam com coeficientes padronizados, também conhecidos como coeficientes beta, o que proporciona a avaliação da importância das variáveis independentes na definição da variável dependente. Sendo assim, é possível verificar o grau de participação de cada variável dependente que apresentou significância, de acordo com o seu coeficiente. Observa-se, assim, que a variável que mais explica a taxa líquida migratória, mesmo que de forma negativa, é o IOLP, que apresenta o maior coeficiente, de -3,242975, seguido pelo IGPC (0,0001155), sendo este com baixo poder explicativo. Tais resultados fazem com que essas variáveis sejam as mais importantes da explicação do modelo.

Por meio destes resultados, é possível aceitar as hipóteses H3 e H4, uma vez que demonstraram relação estatisticamente significativa e com sinal esperado. Apesar disso, ao contrário do que se esperava, rejeitou-se a hipótese H1 e H2, por não apresentar resultado significativo.

Os fatores socioeconômicos são importantes na análise dos determinantes da migração interna dos municípios paranaenses. Deste modo, para testar a Equação 2, realizou-se um teste de regressão, de modo que fosse possível avaliar o impacto de cada fator socioeconômico sobre a taxa líquida migratória, sendo estes resultados evidenciados na Tabela 10.

Tabela 10

A influência das variáveis socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória

FATORES SOCIOECONÔMICOS									
EQUAÇÃO 2									
Prob>F	R ²	DW	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0,0000	0,0783	1,992	1,23	0,0014	1.0e-21	0,0000	0,0000	0,0000	1.830

Variáveis Independentes	EFEITOS FIXOS						
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	VIF	Interv.	Conf. 95%
POP	-.0337633	.124967	-0.27	0.787	1.39	-.2788567	.2113302
IDHM	9.119295	2.166238	4.21	0.000***	1.16	4.870726	13.36786
PIBM_PER CAPITA	.0000156	6.44e-06	2.43	0.015***	1.00	3.00e-06	.0000282
IFDM_EMPR_REND	7.367224	1.142104	6.45	0.000***	1.48	5.127255	9.607193
IFDM_EDU	3.070389	1.747254	1.76	0.079*	1.29	-.3564422	6.49722
IFDM_SAU	5.359848	1.16266	4.61	0.000***	1.06	3.079563	7.640133
CONS	-19.455	1.930716	-10.08	0.000***	-	-23.24255	-15.66925

***Significância ao nível de até 1; ** Significância ao nível de até 5; *Significância ao nível de até 10

Legenda: Prob>F: significância do Modelo; R2: poder explicativo do modelo; DW: Durbin-Watson - auto correlação; Teste BP/CW: Breuch-Pagan/Cook-Weisberg - teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste White: teste de heterocedasticidade

dos resíduos; Teste B e P: Breusch and Pagan – verificação da adequação da modelagem em painel; F de Chow: verificação da adequação da modelagem em painel; Teste Hausman: verificação da adequação da modelagem em painel.

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Observa-se na modelagem da Equação 2, composta de 1.830 observações, que os resultados dos testes de Breusch-Pagan, F de Chow e de Hausman, apresentados na Tabela 10, indicaram que a modelagem apropriada para análise da amostra estudada com dados em painel é a de efeitos fixos, visto que o teste de Breusch-Pagan apresentou-se menor que 0,05, conseqüentemente, direcionou-se a verificação do teste de Hausman, que foi menor que 0,05, possibilitando a aceitação da modelagem de efeitos fixos (Fávero et al., 2009).

A influência das variáveis socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória, mostra-se consistente, uma vez que o modelo se apresenta significativo ao nível de 1%. O R^2 que representa a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 7,83%, indicando um baixo poder explicativo.

Não há problemas de autocorrelação, uma vez que o Durbin-Watson é 1,992, dentro do limite aceitável (Hill et al., 2010). Não há problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste VIF ($1,23 < 10$), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero et al., 2009). O teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg (0,0014) e o teste de White ($1.0e-21$), indicam ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos, gerando alguma discrepância entre os dados (Gujarati, 2006), no entanto, para confiabilidade e robustez, aplicou-se a correção robusta de White.

As variáveis socioeconômicas se mostraram determinantes para a variável TLM. Com exceção da variável POP, as variáveis de IDHM, PIBM per capita, IFDM_EMPR-REN e IFDM_SAU foram significantes ao nível de 1%, enquanto a variável IFDM_EDU, apresentou significância ao nível de 10%.

Entre os aspectos socioeconômicos, verificou-se que a variável POP não exerce influência significativa na TLM destes entes, sugerindo que os municípios paranaenses mais populosos não têm poder de atração ou repulsão na migração interna. Outro aspecto socioeconômico analisado foi o IDHM, que representa o grau de desenvolvimento humano dos municípios, tendo como base a longevidade, educação e renda, apresentou uma influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória. Diante disso, infere-se que quanto maior o IDHM, maior a atração migratória nos municípios paranaenses.

Observou-se, também que os municípios cujo PIBM per capita sejam mais elevados tendem a se mostrarem mais atrativos para os imigrantes, ou seja, a variação positiva do

PIBM per capita de um determinado município tende a variar de forma positiva sua respectiva taxa líquida migratória.

Os resultados apresentados em relação ao IFDM_EMPR_REND, IFDM_SAU e IFDM_EDU, apresentaram influências positivas e significativas ao nível de 1%, 1% e 10%, respectivamente. Isso demonstra que em municípios com maiores capacidades de geração de emprego e renda, e cujo desenvolvimento em educação e saúde é elevado, apresentam poder de atração migratória. Deste modo, a variação positiva nesses índices tende a aumentar a taxa líquida migratória deste respectivo ente.

Também é possível verificar o grau de participação de cada variável dependente que apresentou significância, de acordo com o seu coeficiente. Sendo assim, observa-se que as variáveis que mais explicam a TLM são o IDHM, que apresenta o maior coeficiente (9,12), seguido pelo IFDM_EMPR_RENDA (7,37), IFDM_SAU (5,36), IFDM_EDU (3,07), e pelo PIBM_PER CAPITA (0,0000156), sendo este com baixo poder explicativo.

Por meio destes resultados, é possível aceitar as hipóteses H6, H7, H8, H9, e H10, uma vez que demonstraram relação estatisticamente significativa e com sinal esperado. Apesar disso, ao contrário do que se esperava, rejeitou-se a hipótese H5, por não apresentar resultado significativo.

Por fim, de modo a reconhecer como todas essas variáveis, de forma agrupada, influenciam na TLM, desenvolveu-se o teste da Equação 3. Os resultados são apresentados na Tabela 11.

Tabela 11

A influência das variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas sobre a taxa líquida migratória - agrupado

FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS E SOCIOECONÔMICOS - AGRUPADOS									
EQUAÇÃO 3									
Prob>F	R ²	DW	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0,0000	0,0970	1,978	1,21	0,0017	2.1e-20	0,0000	0,0000	0,0000	1.830

Variáveis Independentes	EFEITOS FIXOS							
	Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	VIF	Interv. Conf. 95%		
ILC	-5.49e-06	7.81e-06	-0.70	0.482	1.00	-0.000208	9.82e-06	
IPO	-.6109591	1.558086	-0.39	0.695	1.02	-3.666784	2.444866	
IOLP	-2.823324	.5067443	-5.57	0.000***	1.02	-3.817185	-1.829462	
IGPC	.0001198	.0000492	2.44	0.015***	1.32	.0000234	.0002162	
POP	.1085597	.1370916	0.79	0.429	1.64	-.1603138	.3774332	
IDHM	8.135244	2.268621	3.59	0.000***	1.24	3.685868	12.58462	
PIBM_PER CAPITA	.0000167	6.59e-06	2.53	0.011***	1.01	3.75e-06	.0000296	
IFDM_EMPR_REND	6.906829	1.142495	6.05	0.000***	1.50	4.666089	9.147568	
IFDM_EDU	1.696943	1.759101	0.96	0.335	1.32	-1.753126	5.147012	
IFDM_SAU	5.179472	1.158876	4.47	0.000***	1.06	2.906605	7.45234	
CONS	-18.0629	2.408072	-7.50	0.000***	-	-22.78578	-13.34003	

***Significância ao nível de até 1; ** Significância ao nível de até 5; *Significância ao nível de até 10

Legenda: Prob>F: significância do Modelo; R2: poder explicativo do modelo; DW: Durbin-Watson - auto correlação; Teste BP/CW: Breuch-Pagan/Cook-Weisberg - teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste White: teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste B e P: Breusch and Pagan – verificação da adequação da modelagem em painel; F de Chow: verificação da adequação da modelagem em painel; Teste Hausman: verificação da adequação da modelagem em painel.

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Observa-se que o modelo desenvolvido na Equação 3, composto de 1.830 observações, é consistente, uma vez que demonstrou significância ao nível de 1% na amostra de municípios selecionados. O R² que representa o poder explicativo do modelo (Wooldridge, 2003), isto é, a proporção de variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis independentes, é de 9,7%.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, já que o Durbin-Watson é 1,98, dentro do limite de não rejeição de H_0 , isto é, quando a variação das variáveis independentes não está correlacionada com o resíduo do modelo (Hill et al., 2010). Não se identificou problemas de multicolinearidade, uma vez que o teste VIF ($1,21 < 10$) está dentro do limite aceitável.

Os testes de heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, p-valor = 0,0017; White, p-valor = $2.1e-20$) indicam ter problemas nos resíduos, o que pode ser justificado pelo número de variáveis, o que causa uma discrepância entre os dados (Gujarati, 2006). Entretanto, aplicou-se a correção robusta de White para confiabilidade e robustez.

Observa-se que as variáveis IGPC, IDHM, PIBM per capita, IFDM_EMPR_REND e IFDM_SAU, demonstraram influência positiva com significância estatística, com exceção do IOLP que apresentou influência negativa e significativa na taxa líquida migratória. Esses resultados demonstram que municípios que apresentam maiores gastos com sua população em bens e serviços, maior IDHM, maior PIBM per capita, maior capacidade na geração de emprego e renda, e maior desenvolvimento na área de saúde, são áreas de grande atração migratória. Por outro lado, municípios com menor capacidade de pagamento de suas obrigações a longo prazo, ou seja, índices maiores de obrigações a longo prazo, são áreas de repulsão migratória.

Entretanto, outras variáveis não demonstraram significância estatística aos níveis de 1%, 5% ou 10% em nenhum dos casos, são elas: ILC, IPO, POP e IFDM_EDU, o que significa que esses aspectos financeiros-orçamentários e socioeconômicos não exercem impacto na TLM, quando essa variável é colocada no mesmo contexto das demais. Deste modo, os municípios que apresentam capacidade de gerar caixa para quitar suas obrigações a curto prazo; possuem condições de gerar receita no seu período orçamentário normal, a fim de

atender suas despesas; municípios populosos; e que apresentam elevado desenvolvimento em educação, são indiferentes para a taxa líquida migratória, uma vez que seu impacto é mitigado pelas demais variáveis.

Estes resultados corroboram com os aplicados na Equação 1 e 2, com exceção da variável socioeconômica IFDM_EDU. Esta variável quando colocada no mesmo contexto das variáveis financeiras-orçamentárias e socioeconômicas, não é suficiente para proporcionar uma variação, positiva ou negativa, na variável dependente TLM. Vale lembrar que na Equação 2, essa variável apresentou uma influência significativa e positiva de 10% na taxa líquida migratória, ao demonstrar que os municípios que apresentam elevados resultados na educação não são locais de atração migratória, e que na Equação 3, não apresentou significância estatística.

Não se limitando à descrição dos resultados, visto a necessidade de além de interpretar e verificar as implicações dos achados dessa pesquisa, tem-se a próxima seção para discutir os resultados sob o prisma do suporte teórico e das evidências empíricas levantadas.

4.3 Discussão dos Resultados

Com base nos resultados obtidos com a regressão linear múltipla em cada uma das equações, corroborados com a análise descritiva, apresenta-se a Tabela 12 de modo a sintetizar esses resultados, a qual confronta os resultados obtidos de forma estratificada e agrupado, com a expectativa definida previamente.

Tabela 12

Síntese dos Resultados Obtidos – estratificado e agrupado

Variáveis Independentes	Expectativa	Resultado obtido	
		Estratificado	Agrupado
ILC	+	NS	NS
IPO	+	NS	NS
IOLP	-	-	-
IGPC	+	+	+
POP	+	NS	NS
IDHM	+	+	+
PIBM_PER CAPITA	+	+	+
IFDM_EMPR_REND	+	+	+
IFDM_EDU	+	+	NS
IFDM_SAU	+	+	+

(+) positivo e significativo; (-) negativo e significativo; (NS) não significativo

Nota. Fonte: O Autor (2019).

Observa-se que entre os fatores financeiros-orçamentários, as variáveis ILC e IPO não se mostraram estatisticamente significantes em nenhum dos casos. Além disso, e atendendo às expectativas, as variáveis IOLP e IGPC demonstraram significância estatística, e que exercem influência negativa e positiva, respectivamente, sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

Os aspectos socioeconômicos, com exceção do IFDM_EDU, que não apresentou significância no teste agrupado, demonstraram relações positivas e significativas, corroborando com as expectativas definidas previamente. Deste modo, é possível confirmar que os aspectos socioeconômicos exercem um impacto positivo na taxa líquida migratória dos municípios paranaenses.

De modo a analisar e discutir cada uma das variáveis, a próxima seção foi elaborada para expor essas análises.

4.3.1 Fatores Financeiros-Orçamentários

De modo a evidenciar os resultados relacionados à Equação 1 e 3 no que se refere aos aspectos financeiros-orçamentários, esta seção apresenta a discussão e as implicações dos resultados da relação entre as variáveis indicador de liquidez corrente, indicador de posição operacional, indicador de obrigações a longo prazo e indicador de gastos per capita. Segundo Trevisan et al. (2009), esses indicadores medem a eficiência e eficácia da administração pública em termos de gestão, muita das vezes não sendo perceptíveis pela população.

Vale salientar que não foram encontrados estudos nacionais ou internacionais que mostram a relação dessas variáveis com movimentos migratórios. Sendo assim, os resultados observados na presente pesquisa abrem questionamentos para estudos futuros que busquem relacionar a migração interna com os elementos que integram os elementos das dimensões de solvência da condição financeira municipal.

4.3.1.1 Indicador de Liquidez Corrente

A liquidez corrente demonstra a capacidade do governo em gerar caixa para cobrir suas obrigações a curto prazo. De acordo com os resultados apresentados na Equação 1 e 3, observou-se que o ILC, apesar de apresentar um coeficiente negativo, não apresenta uma relação estatisticamente significativa nem mesmo ao nível de 10%, sobre a TLM dos

municípios paranaenses, de modo que permitiu rejeitar a hipótese H1. Esse resultado sugere que os municípios paranaenses que apresentam capacidade de gerar caixa para seus pagamentos a curto prazo, ou seja, melhor condição financeira a curto prazo, não exercem influência sobre os movimentos migratórios.

Ainda que não se tenha estudos específicos abordando a relação entre essa variável com os movimentos migratórios, cabe aqui discutir que valores muito altos nessas proporções indicam que um governo local possui ativos circulantes excessivos, isto é, capacidade ociosa, que poderiam ser melhores usados para fornecer serviços à comunidade (Ritonga, 2014). Para Trevisan et al. (2009), um excesso de liquidez pode ser um indicativo de demora na aplicação desses recursos em obras e serviços capazes de beneficiar a população. Isso leva a indícios de que municípios que apresentam excesso de caixa, apresentam baixos investimentos em bens e serviços públicos, pelo fato dessas entidades constituírem reservas para cobrir suas despesas obrigatórias. Esse fato não é perceptível pela população, justificando, assim, a insignificância desse indicador em relação aos movimentos migratórios.

4.3.1.2 Indicador de Posição Operacional

A variável IPO é calculada por meio da razão entre as receitas operacionais totais e despesas operacionais totais. Conforme os resultados apresentados na Equação 1 e 3, nota-se que o IPO, apesar de apresentar coeficiente negativo para a Equação 1, e positivo para a Equação 3, não apresentou significância estatística aos níveis de 1%, 5% ou 10%, em nenhum dos seus modelos, sobre a TLM dos municípios paranaenses, de modo que permitiu rejeitar a hipótese H2. Isso implica dizer que municípios com um maior índice de solvência orçamentária, são indiferentes para a migração interna.

Importante destacar que valores altos desse indicador ocasionam um excesso de recursos ou superávit, ocasionado pela arrecadação de impostos ou diminuição na realização das despesas (Lima & Diniz, 2016). Para Trevisan et al. (2009), um valor muito alto nesse quociente pode ser prejudicial, pois representa um ganho econômico da entidade governamental à custa de um prejuízo social, e se for um valor muito baixo, provoca um aumento do endividamento público, podendo prejudicar os serviços ofertados a população no futuro. Porém, as entidades devem buscar um equilíbrio nesse indicador, o que justifica a insignificância desse resultado por um provável equilíbrio do resultado orçamentário desses municípios.

Não foram encontrados estudos que relacionem diretamente o indicador de posição operacional com a migração interna. Porém, pelo fato do resultado orçamentário está relacionado com o superávit ou déficit da execução orçamentária, buscou-se pesquisas que apresentam a variável “superávit” como determinantes desses movimentos.

Kallandranis e Karidis (2014), identificaram que a variável superávit fiscal, definida pela razão entre a receita tributária total e os gastos totais, apresentou influência positiva e significativa em relação aos movimentos migratórios dos estados da União Europeia. Os autores concluíram que os migrantes em processo de escolha de um país de destino, preferem um destino mais barato que lhes proporcionem um superávit fiscal mais alto.

Diante disso, a busca por “superávit fiscal” parece estar em andamento. Conseqüentemente, os formuladores de políticas em cada um dos estados devem ser muito cautelosos ao estabelecer políticas de imposto de renda, políticas que envolvam gastos com educação pública por aluno, bem como aumento da carga tributária sobre a propriedade, para que não sofram com migrações para estados mais atraentes do ponto de vista fiscal (Cebula & Nair-Reichert, 2011).

4.3.1.3 Indicador de Obrigações a Longo Prazo

O indicador de obrigações a longo prazo é calculado pela razão entre os passivos de longo prazo (numerador) e os ativos totais (denominador). Uma razão maior no quociente de passivos de longo prazo, ou passivos de longo prazo per capita, indica um nível mais baixo de solvência de longo prazo (Wang et. al., 2007). Conforme os resultados apresentados na Equação 1 e 3, nota-se que o IOLP apresentou significância estatística ao nível de 1%, porém negativa, em todos os seus modelos, sobre a TLM dos municípios paranaenses, de modo que permitiu aceitar a hipótese H3.

Esse resultado leva a uma suposição que municípios com maiores obrigações a longo prazo, possuem um maior endividamento provocado por uma política pública de realizar investimentos em ativos com capital de terceiros, ao invés utilizar capital próprio, como, por exemplo, as receitas correntes (Mauss, 2012). Isso justifica que municípios mais endividados a longo prazo não são atrativos para a população, apesar desse endividamento supostamente estar relacionado a maiores investimentos.

Apesar de não existir estudos que mostrem a relação dessa variável com a migração interna, buscou-se relacionar esse indicador com os estudos que envolvem investimentos com bens públicos realizados pelos governos locais ou centrais. No estudo de Bao et al. (2014), os

resultados demonstram que os impactos dos bens públicos relacionados aos gastos com infraestrutura na migração são positivos e significativos mais nas províncias centrais do que em províncias orientais e ocidentais, devido ao atual padrão de desenvolvimento desequilibrado. Por outro lado, os achados de Palavicini-Corona (2014), não apresentaram significância entre as despesas per capita em obras públicas e ações sociais dos municípios mexicanos.

4.3.1.4 Indicador de Gastos Per Capita

O indicador de gastos per capita é obtido pela razão entre a despesa total e o número da população de determinada localidade. Conforme os resultados apresentados na Equação 1 e 3, nota-se que o IGPC apresentou influência positiva e significativa ao nível de 1%, em todos os seus modelos, sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, de modo que permitiu aceitar a hipótese H4.

Esse resultado infere que municípios que tem um maior gasto com a população, como bens e serviços públicos, tendem a impactar de forma positiva e significativa na taxa líquida migratória, fazendo desses municípios uma área de atração migratória. Isso se justifica por esses gastos serem perceptíveis pela população por resultar em bens e serviços públicos que atendam a sua demanda.

Dado o exposto, é importante mencionar que, de acordo com a estrutura constitucional brasileira, os gastos com saúde e educação são despesas compulsórias e, nesse quesito, divergem dos estudos de outros países. Por isso, essa pesquisa se limitou a uma investigação global das despesas, sendo necessária para futuras pesquisas um detalhamento dessas despesas, a fim de se discutir quais seriam mais significantes entre si. Esse resultado corrobora com boa parte da literatura ao apresentar influência significativa e positiva das despesas per capita em relação aos movimentos migratórios.

Reschovsky (1979) apresentou evidências empíricas de que os fatores fiscais locais, tanto no lado tributário quanto no lado das despesas, desempenham um papel positivo nas decisões de escolha residencial das famílias na cidade de Minneapolis (EUA). Islam e Rafiquzzaman (1991) definem que as despesas locais estão causalmente relacionadas à migração nos governos locais do Canadá.

Por sua vez, Bao et al. (2014) chegaram ao resultado de que os gastos com cultura, educação e saúde nas províncias da China têm um impacto maior sobre a migração. Barros e

Serafim (2016) chegaram à conclusão de que a migração interna da Angola está relacionada com a despesa pública local.

Por fim, percebe-se, quanto aos indicadores de condição financeira, que existe uma influência negativa do indicador de obrigações a longo prazo, e positiva do indicador de gastos per capita, em relação à taxa líquida migratória dos municípios paranaenses. Por outro lado, os resultados apresentaram insignificância dos indicadores de liquidez corrente e do indicador de posição operacional.

Diante desses resultados, é importante dar continuidade aos estudos que investiguem a relação das variáveis da condição financeira com os movimentos migratórios, sob a ótica da Hipótese de Tiebout, visto que o intuito desse trabalho é iniciar a discussão da relação de influência entre esses fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos em situação de migração interna.

Na próxima seção é apresentada a discussão sobre os fatores socioeconômicos dos resultados apresentados na pesquisa.

4.3.2 Fatores Socioeconômicos

Essa seção apresenta os resultados das Equações 2 e 3, com a discussão e as implicações dos resultados da relação entre as variáveis socioeconômicas: Tamanho da População, Índice de Desenvolvimento Humano do Município, Produto Interno Bruto Per Capita do Município, Índice FIRJAN do Desenvolvimento do Município referentes à Emprego e Renda, Educação e Saúde.

4.3.2.1 Tamanho da População

O número de habitantes não exerce influência significativa sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, de modo que permitiu rejeitar a hipótese H5. Portanto, o tamanho da população desses municípios é indiferente para a variação da taxa líquida migratória dos municípios paranaenses e sugere que os municípios mais populosos não têm poder de atração ou repulsão na sua migração interna.

Esse resultado contrasta com os estudos Bao et al. (2014) ao verificar que a população das regiões emigrantes e imigrantes exercem influência significativa e positiva sobre os movimentos migratórios ocorridos na China. Outros estudos apresentaram a variável

densidade populacional para relacionar com os movimentos migratórios, ao apresentar influência significativa positiva (Barros & Serafim, 2016) ou negativa (Cebula et al., 2014; Palavicini-Corona, 2014). Dessa forma, no caso brasileiro e particularmente nos municípios paranaenses, o tamanho da população não tem sido motivo para que os indivíduos migrem para outras localidades, e que “votem com os pés” (Tiebout, 1956).

Importante destacar que municípios mais populosos têm mais demandas com gastos públicos e conseqüentemente um maior aumento da carga tributária para fazer frente as suas despesas, e que a diminuição da população pode reduzir a receita arrecadada devido à queda na receita de vendas das empresas, e a redução da renda pessoal e empresarial, porém, não reduzirá o nível de gastos devido a estrutura de custos fixos (Lima & Diniz, 2016). Nesse caso, medidas governamentais devem ser tomadas para equacionar o desequilíbrio orçamentário, como, por exemplo o aumento da carga tributária (Groves & Valente, 2003).

4.3.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano do Município

O IDHM representa o desenvolvimento humano dos municípios paranaenses, tendo como base a longevidade, educação e a renda. Esse índice apresentou um coeficiente positivo e significativo em relação à taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, de modo que permitiu aceitar a hipótese H6. Diante disso, infere-se que quanto maior o IDHM, maior a TLM, ou seja, os municípios que apresentam maiores resultados quanto a sua longevidade, educação e renda, são regiões de atração migratória.

É relevante destacar que o IDHM, segundo Nova (2006), é um índice importante porque associa indicadores de renda per capita, de educação e longevidade, e que permite capturar melhor a satisfação do bem-estar percebido pelas pessoas. Dessa forma, são índices que buscam analisar o desenvolvimento humano dos municípios, abrangendo aspectos de qualidade de vida, educação e renda (Mattei, Bezerra, & Mello, 2018).

Levando em consideração que o IDHM está relacionado ao bem-estar social, bem como aos fatores de qualidade de vida, esse resultado corrobora com a literatura internacional ao comprovar que a renda per capita (Cebula, 1974; Cebula & Belton, 1994; Cebula, 2009; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula et al., 2014; Biagetti & Guarini, 2014; Cebula, 2014; Palavicini-Corona, 2014), a educação (Reschovsky, 1979; Kallandranis & Karidis, 2014), e o bem-estar para a raça branca nos Estados Unidos (Cebula, 1974), exercem influência positiva e significativa sobre os movimentos migratórios, ou seja, são fatores de atração da migração interna nos municípios paranaenses. Por outro lado, Palavicini-Corona (2014) considerou em

sua pesquisa sobre a ocorrência da Hipótese Tiebout nos municípios mexicanos que quanto maior o índice de desenvolvimento humano dos seus municípios (educação, saúde e padrão de vida), menor o fluxo de imigrantes.

Portanto, infere-se que quanto maior o IDHM, maior a atração migratória nos municípios paranaenses, sendo que os fatores de bem-estar social e qualidade de vida são determinantes para as pessoas que decidem mudar de uma região para outra.

4.3.2.3 Produto Interno Bruto Per Capita Municipal

O Produto Interno Bruto per capita Municipal, que representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado município, apresentou uma influência positiva e significativa sobre a variável TLM, o que permitiu aceitar a hipótese H7. Essa constatação demonstra que os municípios cujo PIBM per capita sejam mais elevados tendem a se mostrarem mais atrativos para os imigrantes, ou seja, a variação positiva do PIBM per capita de um determinado município tende a variar de forma positiva na sua respectiva taxa líquida migratória.

Os resultados são semelhantes aos estudos de Bao et al. (2014), e de Barros e Serafim (2016), que também estudaram os PIB's municipais em situação de migração. O primeiro analisa os municípios chineses, e o segundo, os municípios angolanos, tendo encontrado relação positiva para a variável taxa líquida migratória para ambos os casos, o que permitiu comprovar a Hipótese de Tiebout (1956) nessas localidades.

4.3.2.4 Índice FIRJAN de Emprego e Renda

O índice FIRJAN - Emprego e Renda calcula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base duas dimensões: emprego – que avalia a capacidade de geração de emprego formal e o nível de absorção da mão de obra local – e renda – que acompanha a geração e sua distribuição no mercado de trabalho do município (FIRJAN, 2018).

Esse índice apresentou influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, ao nível de 1% de significância, o que permite aceitar a hipótese H8. Isso demonstra que em municípios com maiores capacidades de geração de emprego e renda, apresentam maior poder de atração migratória. Deste modo, uma variação positiva nesse índice tende a aumentar a taxa líquida migratória dos entes municipais.

Esse resultado corrobora com os achados da pesquisa realizada nos estados do EUA, por Cebula (2009), durante o período de 2000 a 2005, e por Cebula e Nair-Reichert (2011), durante o período de 2000 a 2008. Os autores constataram que a renda familiar e o crescimento do emprego nos estados do EUA influenciam o movimento migratório de forma positiva, ao tornar essas regiões com forte poder de atração de imigrantes. Harris e Todaro (1970) confirmam essa hipótese ao investigar que os indivíduos da África Tropical migram de uma região para outra quando o território de destino está mais adiantado no mercado de trabalho em termos de níveis salariais e condições de trabalho.

Outros estudos apresentaram somente a variável renda familiar como influência positiva e significativa sobre os movimentos migratórios (Cebula, 1974; Cebula & Belton, 1994; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula et al., 2014; Biagetti & Guarini, 2014; Cebula, 2014; Palavicini-Corona, 2014).

A variável emprego tem sido pouco explorada nos artigos internacionais, sendo a variável taxa de desemprego a mais utilizada, porém não utilizada para essa pesquisa. Alguns estudos apresentaram variação negativa desta variável, sendo regiões de repulsão migratória (Cebula, 1974; Cebula et al., 2014; Biagetti & Guarini, 2014; Cebula, 2014; Palavicini-Corona, 2014; Ketterer & Rodríguez-Pose, 2015), e outros apresentam variação positiva (Cebula & Belton, 1994; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Barros & Serafim, 2016), como regiões atrativas para migração. Esses resultados inferem que regiões que apresentam melhores condições de emprego e renda, são mais atrativas para imigrantes, enquanto as que apresentam altas taxas de desemprego, favorecem a emigração.

4.3.2.5 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação

O índice FIRJAN - Educação é composta por seis indicadores: atendimento à educação infantil, abandono no Ensino Fundamental, distorção idade-série do Ensino Fundamental, docentes com Ensino Superior no Ensino Fundamental, média de horas-aula diária no Ensino Fundamental e nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental (FIRJAN, 2018).

A variável FIRJAN_EDU apresentou uma forte relação significativa e positiva a nível de 10%, na Equação 2, porém, na Equação 3, ao ser colocada em conjunto com as demais variáveis, não apresentou relação significativa. Porém, pelo fato dessa variável ser um dos componentes do IDHM, e este possuir influência positiva e significativa sobre a variável TLM, optou-se em considerá-la como uma variável que influencia os movimentos migratórios

dos municípios paranaenses. Sendo assim, aceita-se a hipótese H9. Isso infere que municípios que apresentam alto desenvolvimento na área de educação, são regiões de atração migratória.

Esse resultado está de acordo com os achados de Kallandranis e Karidis (2014), que ao examinarem a proposta de Tiebout de “votar com os próprios pés”, no contexto da União Europeia, mostraram que a educação tem efeito sobre o processo migratório. O estudo de Reschovsky (1979) também apresentou uma variação positiva e significativa da qualidade da escola pública nos municípios dos EUA com os movimentos migratórios naquele país. Estudos também apresentaram variação positiva nos gastos com a educação, sob o aspecto da política fiscal, que também são importantes para testar a Hipótese de Tiebout (Cebula, 2009; Cebula & Nair-Reichert, 2011; Cebula & Clark, 2013; Bao et al., 2014).

4.3.2.6 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde

O índice FIRJAN - Saúde tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica (FIRJAN, 2018). Esse índice apresentou influência positiva e significativa em relação a variável TLM; logo, permite-se aceitar H10. Deste modo, a variação positiva nesse índice tende a aumentar a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses e sugere que os municípios que apresentam maior desenvolvimento na área de saúde são regiões com poder de atração migratória.

Esse resultado corrobora com os achados de Cebula e Clark (2013), que ao investigar a ocorrência Hipótese de Tiebout nos EUA, chegaram à conclusão de que certos consumidores-eleitores podem ser atraídos por estados que oferecem níveis mais altos de benefícios do Medicaid (programa de saúde social dos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda e recursos limitados). Bao et al. (2014), por sua vez, investigaram se o mecanismo de “votação com pés”, sugerido pelo modelo Tiebout, funciona na China, concluindo que os gastos com cultura, educação e saúde têm um impacto maior sobre a migração.

Feitas essas considerações a respeito dos resultados obtidos, apresenta-se a Figura 5, a qual demonstra uma síntese da análise e decisão tomada a respeito de cada uma das hipóteses definidas e as relações existentes entre todas as variáveis.

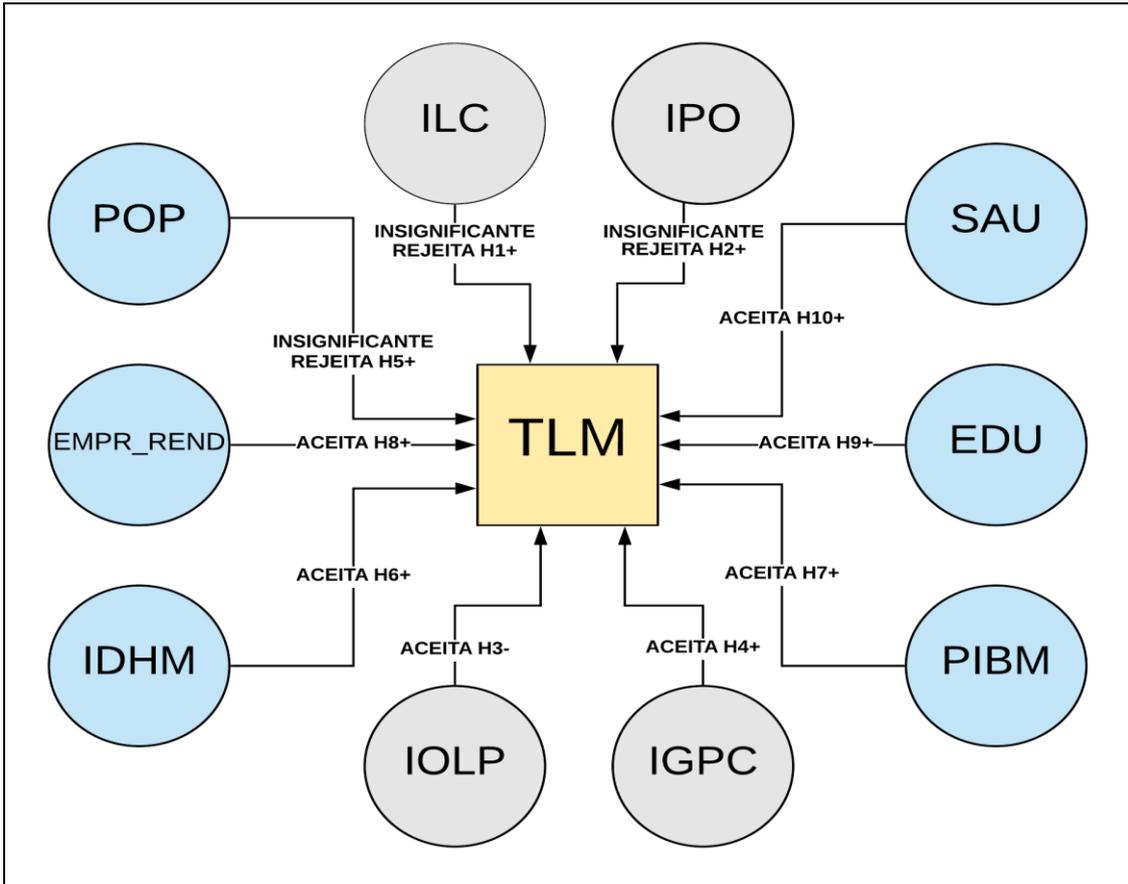


Figura 5. Síntese da análise e discussão dos resultados.
Fonte: O Autor (2019).

Após realizadas todas as análises e discussões dos resultados dessa pesquisa, finaliza-se esse estudo com as considerações finais, com a apresentação dos principais resultados, suas implicações práticas e sociais, sua contribuição para a literatura e as sugestões para as futuras pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar a influência dos fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos sobre a taxa líquida migratória dos municípios paranaenses, sob o olhar teórico da Hipótese de Tiebout e da Teoria da Condição Financeira.

A pesquisa, classificada como documental, utilizou uma metodologia descritiva de abordagem quantitativa e os seus dados foram coletados exclusivamente pela internet nos anos de 2018 e 2019. Para cumprir com o objetivo, foi selecionada uma amostra composta pelos 399 municípios paranaenses nos anos de 2013 a 2017, mas devido a alguns dados faltantes, reduziu-se para 366 municípios, o que somou um total de 1.830 observações.

Em relação aos fatores financeiros-orçamentários, os resultados revelaram que a variável gastos per capita demonstrou relação de influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória nos municípios paranaenses. Isto sugere que municípios que têm um maior gasto com a população, como bens e serviços públicos, tendem a impactar de forma positiva e significativa na taxa líquida migratória, fazendo desses municípios uma área de atração migratória.

Em contrapartida, para a variável obrigações a longo prazo, os resultados demonstraram que municípios mais endividados a longo prazo não são atrativos para a população, apesar desse endividamento supostamente estar relacionado a maiores investimentos. Quanto às variáveis liquidez corrente e posição operacional, os resultados revelaram que não há influência significativa dessas variáveis sobre a taxa líquida migratória, isto é, o fato dos municípios apresentarem capacidade de gerar caixa para seus pagamentos a curto prazo e maiores índices de solvência orçamentária, são indiferentes para a migração interna.

Adicionalmente à pesquisa, foram levantadas as variáveis socioeconômicas IDHM, PIBM per capita, e os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (emprego, renda, educação e saúde), a fim de que fosse verificada alguma influência sobre a taxa líquida migratória. Observou-se que todas estas variáveis exercem influência positiva e significativa sobre a taxa líquida migratória nos municípios paranaenses, diferentemente da variável tamanho da população, que demonstrou não exercer influência significativa sobre a taxa líquida migratória. Sendo assim, municípios que apresentam maiores resultados quanto a sua longevidade, educação, saúde, atividade econômica, emprego e renda, apresentam maior poder de atração migratória, e municípios mais populosos são indiferentes à migração.

Os dados estatísticos demonstraram uma média de municípios paranaenses com saldo neutro em relação à sua taxa líquida migratória, ou seja, municípios que apresentam ao mesmo tempo uma rotatividade migratória e baixa migração. Esse resultado demonstra que os municípios apresentam pouca autonomia e flexibilidade para atrair a migração, devido à sua dependência das políticas públicas do governo estadual e federal, principalmente em relação à sua gestão tributária. O estudo da Hipótese de Tiebout (1956) foi realizado no contexto dos estados americanos, onde há uma autonomia plena da gestão tributária e administrativa, o que potencializa a preferência de escolha por um ou outro estado.

De acordo com os achados desta pesquisa, observa-se que a migração interna dos municípios paranaenses está estreitamente relacionada com os aspectos financeiros-orçamentários e socioeconômicos, o que demonstra o uso das variáveis gastos per capita, obrigações a longo prazo, IDHM, PIBM per capita e os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (emprego, renda, educação e saúde) como sinalizadores da preferência dos indivíduos na escolha da localidade onde irá morar. Isto se justifica por esses gastos serem perceptíveis pela população por resultar em bens e serviços públicos que atendam a sua demanda.

Esta pesquisa trouxe contribuições teóricas e empíricas para o escopo da Hipótese de Tiebout e da Teoria da Condição Financeira, ao adicionar elementos relevantes para os determinantes dos movimentos migratórios municipais, e por trazer evidências para futuros estudos nessas áreas, principalmente para pesquisas a nível estadual. Sua contribuição prática permitirá aos gestores municipais identificarem as preferências dos indivíduos na escolha do local de residência, tendo como base os fatores financeiros-orçamentários e socioeconômicos, e contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas municipais e fortalecimento do controle social.

Essa pesquisa se limitou aos municípios paranaenses e se restringiu aos testes que foram propostos. Porém, sugere-se o uso de um delay de pelo menos um ano nas variáveis estudadas para uma melhor acurácia dos modelos utilizados. Outra limitação se refere ao uso das variáveis independentes que foram selecionadas por meio dos indicadores financeiros-orçamentários e socioeconômicos utilizados em estudos anteriores, podendo ser ampliadas para outros tipos de variáveis, a fim de se testar as hipóteses.

Por fim, mesmo com a comprovação das hipóteses formuladas para esse estudo, sugere-se uma pesquisa mais ampla que venha abranger os estados brasileiros, sendo o fator “governo estadual” muito relevante, principalmente para motivações tributárias entre os migrantes.

REFERÊNCIAS

- Alam, A. B. M. M., Alam, M., & Hoque, A. (2017). Measuring financial condition of urban local government: a study of municipalities in bangladesh. *The Journal of Developing Areas*, Volume 51, Number 2, Spring 2017, pp. 71-84 (Article).
- Alam, A. B. M. M., Alam, M., & Hoque, A. (2018). Spending pressure, revenue capacity and financial conditon in municipal organizations: an empirical study. *The Journal of Developing Areas*, Volume 53, Number 1, Winter 2019, pp. 243-256 (Article). Published by Tennessee State University College of Business.
- Andrienko Y., & Guriev S. (2004). Determinants of interregional mobility in Russia. *Evidence from panel data, Economics of Transition*, 12 (1): 1–27.
- Banzhaf, S. H., & Walsh, R.P. (2008). Do people vote with their feet? An empirical test of tiebout's mechanism. *Resources for the Future: Washington, DC, USA*.
- Bao, H., Cen, Y., Lv, K., & Zhang, L. (2014). Local public goods on migration: the experience of the Tiebout model from China. *International Journal of Services, Economics and Management*, 6(4), 357.
- Barros, C. P., & Serafim, J. (2016). The Tiebout Hypothesis in Africa: Evidence from Angola. *African Development Review*, 28(2), 192–200.
- Benito, B., F. Bastida, & M. J. Muñoz. (2010). Explanatory Factors of the Municipal Fiscal Burden. *Spanish Accounting Review* 13 (2): 239–283.
- Berne, R., & Schramm, R. (1986). The financial analysis of governments. *New Jersey: Prentice Hall*.
- Berne, R. (1992). The relationships between financial reporting and the measurement of financial condition. *Norwalk: GASB*.
- Biagetti, M., & Guarini, G. (2014). Wellbeing and internal migration in Italy: an econometric analysis. *Journal of Applied Economic Sciences*. Volume IX, Issue 1(27), Spring.
- Biderman, C., & Arvate, P. (2004). Economia do Setor Público no Brasil. *Editora Campus – Elsevier*, 2004.
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., & García-Sánchez, I.M. (2017), “Financial sustainability in local governments: definition, measurement and determinants”, in Rodríguez-Bolívar, M.P. (Ed.), *Financial Sustainability in Public Administration*, Palgrave Macmillan, Cham, pp. 57-83.
- Bisogno, M. (2018). Efficiency as a determinant of financial condition: an assessment of italian and Spanish local governments. *International Public Management Journal*.

- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., & Citro, F. (2018). Budgetary solvency of Italian local governments: an assessment. *International Journal of Public Sector Management*. 0951-3558.
- Boadway, R., & Tremblay, J.-F. (2012). Reassessment of the Tiebout model. *Journal of Public Economics*. 96-1063–1078.
- Braga, F. G., & Lima, E. E. C. (2009). Categorização da Rede Migratória Brasileira: A Emergência da Rotatividade nas Trocas Populacionais Intermunicipais. *XIII Encontro da ANPUR*.
- Brown, K. W. (1993). The 10-Point Test of Financial Condition: Toward an Easy-to-Use Assessment Tool for Smaller Cities. *Government Finance Review*, v. December, p. 21-26.
- Brueckner, J. K. (1981). Labour mobility and the incidence of residential property tax. *Journal of Urban Economics*, 10, 173-82.
- Brusca, I., Rossi, F.M., & Aversano, N. (2015). Drivers for the financial condition of local government: A comparative study between Italy and Spain. *Lex Localis - Journal of Local Self-Government*. Vol. 13, No. 2, pp. 161 - 184, April.
- Cabaleiro, R., Buch, E., & Vaamonde, A. (2013). Developing a Method to Assessing the Municipal Financial Health. *American Review of Public Administration*. Universidad de Vigo, Vigo, Spain.
- Caldas, E. L. (2006). *Indicadores municipais de arrecadação*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/05/18/indicadores-municipais-de-arrecadacao/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- Canadian Institute of Chartered Accountants. (1997). *Indicators of government financial condition*. Toronto, Ontario, Canada: CICA.
- Canadian Institute of Chartered Accountants. (2009). *Public sector statements of recommended practice (SORP)*. Indicators of financial condition. Toronto, Ontario, Canada: CICA.
- Casal, R.C., Gómez, E.J.B., & Liste, A.V. (2014). Financial situation and political parties in local governments: Empirical evidence in the Spanish municipalities. *Published by Elsevier España, S.L.*
- Cebula, R. J. (1974). Interstate Migration and the Tiebout Hypothesis: An Analysis According to Race, Sex and Age. *Journal of the American Statistical Association*, 69(348), 876.
- Cebula, R. J. (1978). An Empirical Note on the Tiebout-Tullock Hypothesis. *The Quarterly Journal of Economics*, 92(4), 705.
- Cebula, R. J. (1979) A survey of the literature on the migration impact of state and local government policies, *Public Finance*, 1, 69-84.

- Cebula, R. J., & Belton, W. J. (1994). Voting with One's Feet. *American Journal of Economics and Sociology*, 53(3), 273–280.
- Cebula, R. J. (2009). Migration and the Tiebout-Tullock hypothesis revisited. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 68, no. 2 (apr., 2009), pp. 541-552.
- Cebula, R. J., & Nair-Reichert, U. (2011). Migration and public policies: a further empirical analysis. *Journal of Economics and Finance*, 36(1), 238–248.
- Cebula, R.J., & Clark, J.R. (2013). An extension of the Tiebout hypothesis of voting with one's feet: The Medicaid magnet hypothesis. *Applied Economics*. Vol. 45, No. 32, 4575–4583.
- Cebula, R.J., Nair-Reichert, U., & Coombs, C.K. (2014). Total state in-migration rates and public policy in the United States: A comparative analysis of the Great Recession and the pre-and post-Great Recession years. *Regional Studies, Regional Science*. Vol. 1, No. 1, 102–115.
- Cebula, R. J. (2014). The Impact of Economic Freedom and Personal Freedom on Net In-Migration in the U.S.: A State-Level Empirical Analysis, 2000 to 2010. *Journal of Labor Research*, 35(1), 88–103.
- Clark, B.Y. (2015). Evaluating the Validity and Reliability of the Financial Condition Index for Local Governments. *Public Budgeting & Finance*.
- Cunha, A. S. D. (2015). O Índice de Eficácia Migratória: suas raízes e o seu uso na análise e interpretação dos movimentos migratórios. *Programação preliminar do IX encontro nacional sobre migrações*. Campinas, São Paulo.
- Diniz, J. A., Macedo, M. A. S., & Corrar, L. J. (2012). Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, v. 28, n. 83, p. 5-20.
- Etzo, I. (2008). *Internal migration: a review of the literature*, MPRA.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2018). *Metodologia do Sistema FIRJAN*.
- Ferreira, C. J. A. (2017). *Condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal*. Dissertação de Mestrado. Nobre - João Pessoa.
- Governmental Accounting Standards Board. (1987). *Objectives of financial reporting: concept statement n. 1. Governmental Accounting Standard Series*, Norwalk, May 1987.

- Golgher, A. B., & Araujo Junior, A. F. (2004). Migrantes e não-migrantes em Minas Gerais: a influência de fatores pessoais e de contexto socioeconômico e criminal. *Revista de Economia e Administração*, v.3, n.2, 111-134p, abr./jun.
- Greenwood, M.J. (1997). Internal Migration in Developed Countries. In Mark R. *Rosenzweig and Oded Stark, editors, Handbook of Population and Family Economics*, Volume 1B. Amsterdam: Elsevier, pp. 647-720.
- Groves, S. M., & Valente, G. (2003). *Evaluating financial condition: a handbook for local government*. 4. ed. Revisado por Karls Nollenberger. Washington: The International City/Country Management Association – ICMA.
- Gujarati, D. (2006). *Econometria Básica* (4a ed.). São Paulo: Campus.
- Harris, J.R. & Todaro, M.P. (1970). Migration, Unemployment and Development: A Two Sector Analysis, *American Economic Review*, 60, 126-142.
- Hasthoro, H. A., Sarnowo, H., & Nurwiyanta. (2016). The impact of financial condition on public governance among provincial Government in Indonesia. *Proceedings-International Conference of Banking, Accounting, Management and Economics & Call For Papers (ICOBAME)*, October 26-27, 2016, Magelang, Indonesia.
- Hendrick, R. (2004). Assessing and measuring the fiscal health of local governments: Focus on Chicago suburban municipalities. *Urban Affairs Review*, Vol. 40, No. 1, September 2004 78-114.
- Honadle, B. W., & Lloyd-Jones, M. (1998). Analyzing rural local governments financial condition: An exploratory application of three tools. *Public Budgeting and Finance*.
- Honadle, B. W., Costa, J. M., & Cigler, B. A. (2004). Fiscal health for local government: an introduction to concepts, practical analysis, and strategies. *Elsevier Academic Press*.
- Hong, X., Kunyu, L., Cilan, Z., & Ke, G. (2014). The evaluation for the performance of supply chain information sharing based on bijective fuzzy soft set. *An Indian Journal. BTAIJ*, 10(12).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010: documentação dos microdados da amostra*.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, 57 (Série Relatos Metodológicos, v. 40). Coordenação de População e Indicadores Sociais. – 2. ed.
- Islam, M. N. (1990) Tiebout hypothesis and migration-impact of local fiscal policies. *Public Financel Finances Publiques, forthcoming*.
- Islam, M. N., & Rafiquzzaman, M. (1991). Property tax and inter-municipal migration in canada: a multivariate test of the Tiebout hypothesis. *Applied Economics*, 23(4), 623–630.

- Jones, S., & Walker, R. (2007). *Explanators of local government distress*. Abacus, vol. 43, n.º 3, pp. 396-418.
- Justo, W. R., Martins, G. N., Ferreira, R. A., & De Lima, C. F., (2011). Os determinantes da migração e da migração de retorno intermunicipal no Brasil. *Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia*.
- Kallandranis, C., & Karidis, S. (2014). Assessing the Effect of the Consumer-Voter Sentiment on Fiscally Induced Migration: The EU 27 Case. *Global Economy Journal*.
- Keeley, M. C. (1980) Migration as consumption: the impact of alternative negative income tax program? *Research in Population Economics*, 2, 401-12.
- Ketterer, T. D., & Rodríguez-Pose, A. (2015). Local quality of government and voting with one's feet. *The Annals of Regional Science*, 55(2-3), 501–532.
- Kloha, P., Weissert, C. S., & Kleine, R. (2005). Developing and testing a composite model to predict local fiscal distress. *Public Administration Review*, 65, 313-323.
- Krane, D., Ebdon, C., & Bartle, J. (2004). Fiscal Federalism, and Changing Patterns of Municipal Revenues: The Mismatch between Theory and Reality. *Journal of Public Administration Research and Theory*, Vol. 14, no. 4.
- Lima, S. C., & Diniz, J. A. (2016). *Análise Financeira Governamental*. 1. ed. São Paulo: Atlas.
- Magalhães, M. V., & Cintra, A. P. U. (2012). *As trocas migratórias entre Paraná e suas regiões metropolitanas com as regiões brasileiras nas décadas recentes*. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, ISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 1-14, jul./dez.
- Mattei, T. F., Bezerra, F. M., & Mello, G. R. (2018). Despesas Públicas e o Nível de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros: Uma Análise do IDHM 2000 e 2010. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 17(1), 29-54.
- Mauss, C. V. (2012). *Análise de demonstrações contábeis governamentais: instrumento de suporte à gestão pública*. São Paulo: Atlas.
- McDonald, B. D. (2010). Staying Put: A Rebuttal to Tiebout. Miami. *FL The Annual Proceedings of the National Business and Economics Society*. Available at: http://works.bepress.com/bruce_mcdonald/5/
- Miranda, R. A. (2007). 50 anos da teoria pura das finanças públicas locais: Tiebout or not Tiebout, that's the question. *Revista de Economia e Administração*, v. 6, n. 2, p. 275-293.
- Muniz, J. O. (2002). *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. UFMG/ CEDEPLAR/ Demografia – Avaliação de CDD (Componentes da Dinâmica Demográfica).
- Natrini, N.D., & Ritonga, I.T. (2017). Design and Analysis of Financial Condition Local Government Java and Bali (2013-2014). *SHS Web of Conferences*, 34, 03003.

- Nova, M. J. (2006). *O impacto dos gastos públicos no Índice de Desenvolvimento Humano: o caso dos municípios do Ceará*. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) – Universidade Federal do Ceará.
- Pack, J. R. (1973) Determinants of migration to central cities. *Journal of Regional Science*, 13, 249-60.
- Palavicini-Corona, E. I. (2014). Extending the “voting with the feet” proposition: the impact of local economic development actions on immigration across Mexican municipalities, *Space and Polity*, 18:3, 233-254.
- Platt Neto, O. A. (2003). *Painéis de indicadores contábeis para diagnóstico financeiro e fiscal de Municípios*. 311p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Reschovsky, A. (1979). Residential choice and the local public sector: An alternative test of the “Tiebout Hypothesis.” *Journal of Urban Economics*, 6(4), 501–520.
- Richardson, R. J. (2017). *Metodologia e pesquisa social: métodos e técnicas-métodos quantitativos e qualitativos*. São Paulo: Editora Atlas.
- Ritonga, I.T., Clark, C., & Wickremasinghe, G. (2012). Assessing Financial Condition of Local Government in Indonesia: An Exploration. *Public and Municipal Finance*, 1 (2): 37-50.
- Ritonga, I. T. (2014). Developing a measure of local government’s financial condition. *Journal of Indonesian Economy and Business*. Volume 29, Number 2, 2014, 142 – 164.
- Rodríguez-Bolívar, M. P., Navarro-Galera, A., Alcaide-Muñoz, L., & López-Subirés, M. D. (2016). Risk Factors and Drivers of Financial Sustainability in Local Government: An Empirical Study. *Local Government Studies*, 42 (1): 29–51.
- Rusmin, R., Astami, E.W., & Scully, G. (2014). Local government units in Indonesia: Demographic attributes and differences in financial condition. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 8(2), 88-109.
- Saltz, I.S., & Capener, D. (2016). 60 Years Later and Still Going strong: The Continued Relevance of the Tiebout Hypothesis. *The Journal of Regional Analysis & Policy*. JRAP 46(1): 72-94.
- Samuelson, P. A. (1954). The Pure Theory of Public Expenditure. *Review of Economics and Statistics*, 36 (4), p. 387-389, Nov.
- Schneider, M., & Logan, J. R. (1982). The effects of local government finances on community growth rates: a test of the tiebout model. *Urban Affairs Quarterly*, Vol. 18, nº 1, 91-105.
- Silva, A. C. R. (2010). *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. 3 ed. São Paulo.

- Sjaastad, L. (1962). The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, 70, 80–93.
- Souza, F. J. V., Andrade, A. P. F., & Silva, M. C. (2015). Eficiência na alocação de recursos públicos destinados ao ensino fundamental: um estudo da sua relação com a condição financeira de municípios brasileiros. *Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS*, v. 15, n. 31, p. 81-99.
- Stone, S.B. (2015). The Effect of Fiscal Decentralization on the Financial Condition of Municipal Government. *International Journal of Public Administration*, 38: 453–460.
- Switek, M. (2012). Internal migration and life satisfaction: Well-being effects of moving as a young adult. Nº. 7016. *Discussion Paper Series, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit*.
- Tiebout, C. M. (1956). A pure theory of local expenditures. *The Journal of Political Economy*, v. 64, n. 5, p. 416-424, Oct.
- Trevisan, R., Lobler, M. L., Visentini, M. S., Coelho, M. C., & Grabner, S. (2009). Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em Prefeituras Municipais. *Pensar Contábil, Rio de Janeiro*, v. 11, n. 43, p. 24 - 34, jan./mar.
- Tullock, G. (1971). Public expenditures as public goods. *Journal of Political Economy*, 79, 913–18.
- Usang, O. U. E., & Salim, B. (2016). Local government financial condition and sustainable development of communities in Nigeria. *Scholedge International Journal of Management & Development*.
- Vesco, D. G. D., Hein, N., & Scarpin, J. E. (2014). Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. *Enfoque Reflexão Contábil*, v. 33, n. 2, p. 19-34.
- Wang, X., Dennis, L., & Tu, Y. S. J. (2007). Measuring Financial Condition: A Study of U.S. States. *Public Budgeting & Finance*, Vol. 27 No.2, pp.1–21.
- Wooldridge, J. M. (2003). *Introductory Econometrics: a Modern Approach*. Ohio: South-Western College.
- Yu, H. (2010). On the determinants of internet-based disclosure of government financial information. *International Conference on Management and Service Science*.
- Zafra-Gómez, J. L., López-Hernández, A. M., & Hernández-Bastida, A. (2009). Developing a model to measure financial condition in local government: Evaluating service quality and minimizing the effects of the socioeconomic environment: An application to Spanish municipalities. *The American Review of Public Administration*. Volume 39. Number 4. 425-449.

Zawora, J. (2018). Synthetic assessment of financial situation of local governments in Podkarpackie Voivodeship compared with other Polish provinces. *Lex localis - journal of local self-government*, vol. 16, no. 2, pp. 311 - 335, April.